Fundado em 1864, o seu Arquivo é Tesouro Nacional

Diário de Notícias

www.dn.pt / Sexta-feira 24.5.2024 / Diário / Ano 160.º / N.º 56 645 / € 1,80 / Direção interina Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos)

ENTREVISTA DN-TSF

JORGE SILVA CARVALHO

EX-DIRETOR DAS SECRETAS

"Os nossos serviços de informações não têm preponderância no espaço securitário nacional"

PÁGS. 4-7

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DAS EMPRESAS AGRAVOU-SE PARA 60 DIAS

DÍVIDAS Embora Portugal esteja abaixo da média europeia, o prazo é o dobro do pretendido por Bruxelas, que quer mexer na legislação. Setor público leva 68 dias em média a liquidar faturas

PÁG. 18

ELEIÇÕES NA MADEIRA
As geringonças que vão decidir o vencedor

PÁGS. 8-9

JOVENS
Governo aprova garantia pública de 15% para casas até 450 mil euros

PÁG. 10

REUNIÃO
Sindicatos dos médicos vão exigir aumentos salariais e acordo até final do ano

PÁG. 14

BENFICA
Schmidt fica e Di María talvez porque é preciso fazer o que não foi feito esta época, diz Rui Costa

PÁGS. 22-23

HOJE GRÁTIS

TAIWAN NOVO PRESIDENTE VALE A TAIPÉ "PUNIÇÃO SEVERA" DE PEQUIM

PÁG. 19

Editorial

Valentina Marcelino

Diretora adjunta do Diário de Notícias

Ser vento ou ser bandeira. A cobardia e o desconhecimento no debate político sobre a Defesa

Quando o jornalista da RTP Carlos Daniel questionou os cabeça de lista da AD, PS, Chega e CDU às eleições europeias sobre as declarações do almirante Gouveia e Melo ao DN e à TSF – "Se a Europa for atacada e a NATO nos exigir, vamos morrer onde tivermos de morrer para defender a Europa" – antevi que, finalmente, com um conteúdo tão vasto como foi o desta entrevista, o debate sobre a Defesa e a posição dos representantes de quatro grandes partidos, entre os quais os três maiores, traria respostas importantes.

Mas foi como se, sedenta num deserto e a avistar uma fonte de água fresca, esta se transformasse numa miragem.

O chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) disse o óbvio, para quem conhece o acordo do Tratado do Atlântico Norte, assinado em Washington D.C. a 4 de abril de 1949 que institui a NATO, aliança militar de defesa coletiva entre países norte-americanos e europeus, da qual Portugal é um dos 12 membros fundadores.

Mas as respostas destes cabeça de lista que pretendem representar Portugal no Parlamento Europeu ficaram pela espuma.

Para Sebastião Bugalho, o importante é que "afirmações sobre o futuro da vida dos jovens portugueses numa democracia devem ser feitas por democratas eleitos pelos portugueses. Não pelo chefe do Estado-Maior da Armada".

Marta Temido descobriu que "a eventual ideia do envio de tropas para o terreno é admitir a escalada daquilo que se passa hoje num contexto regional para uma eventual guerra mundial".

Tânger Correia interpretou as palavras de Gouveia e Melo como "mais uma declaração de intenções do que propriamente uma declaração de que vamos efetivamente". Até porque, sublinhou, "não temos ninguém para mandar para lado nenhum", pois "as Forças Armadas portugueses foram convenientemente destruídas nos últimos anos" e o "desinvestimento na Defesa deixa-nos perfeitamente vulneráveis e desarmados perante qualquer tipo de ameaça". Lembrou ainda que um eventual envio de tropas "é uma negociação a 27. Não é uma imposição da Comissão [Europeia]".

João Oliveira considerou as declarações do chefe militar "preocupantes, porque apontam para o futuro dos portugueses", designadamente "essa perspetiva de ter de ir morrer porque a NATO nos manda".

Depreendo que, para estes partidos, é totalmente irrelevante que Gouveia e Melo se limitasse a lembrar um dos artigos mais importantes do Tratado. "As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, consequentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou coletiva, reconhecido pelo artigo 51.º da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a ação que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte".

Como bem lembrou o CEMA nesta entrevista, "o país é uma migalha na Europa e está aqui isolado no canto sudoeste, mas no mar é central. É central à NATO, é central ao espaço europeu".

Como militar que tem de se preparar para os vários cenários, do pior ao menos mau, sabe que "se tivermos de nos defender, somos todos que temos de nos defender" e "não podemos é meter a cabeça debaixo da areia e dizer que isso não vai acontecer, porque estamos aqui neste cantinho e antes a Europa toda vai ser conquistada até chegarem cá". Porque "quando chegarem cá já não vale a pena defender-nos, não é? Porque senão não somos aliados de nada. Quando digo defender o nosso país, não é o nosso país aqui em Portugal, o nosso país é o nosso espaço europeu".

A Aliança NATO tem obrigações e se não é para as cumprir mais vale abandoná-la já, como sempre defendeu o PCP, e não criar expetativas de que, se um dia precisarem de nós, não só não estamos preparados (nem em meios nem em gente), como não queremos.

Caso contrário, temos de nos aprontar porque é isso que está implícito quando se fala de defesa coletiva ou defesa mútua. E não será uma "decisão a 27", como disse Tânger Correia. A União Europeia é uma união económica, não é militar. Não será porque Emmanuel Macron disse que temos de ir para a guerra na Ucrânia que vamos.

Será sempre uma decisão NATO, de acordo com os pressupostos do Tratado, aos quais não podemos fugir caso se pretenda permanecer nesta coligação. Não vale a pena ser ingénuo nem demagogo e tentar iludir as pessoas só porque não dá jeito em período eleitoral.

A Federação Russa invadiu um país independente e só a força que tem sido demonstrada pela NATO, na qual se incluem os países da UE, a impediu de ir mais longe. O frágil equilíbrio da paz também se faz por mostrar aos inimigos a nossa força. Uma NATO unida, resoluta e forte é a melhor dissuasão e caminho para a paz. No fundo, dizer a Vladimir Putin que se ousar invadir os Bálticos, somos um por todos e todos por um. Supor que algum destes países não responde à chamada é arrasar esta força.

Gouveia e Melo contou nesta entrevista DN-TSF que quando fala com um comandante antes de uma missão lhe pergunta se quer ser vento ou bandeira. "Se é vento dirige o seu navio, mas se é bandeira, vai ser dirigido por uma massa informe que tem desejos estranhos e que podem não ser os desejos que o país necessita e que o país quer que sejam feitos", explicou. É um teste que se podia transferir para o debate político. Porque quando se fala do futuro dos jovens, dos nossos filhos e filhas, certamente que não vamos querer ser empurrados por quem não passa de uma bandeira gasta e descolorada. Em momentos complexos como o que estamos a viver no mundo, enfiar a cabeça na areia é o que menos precisamos.

OS NÚMEROS DO DIA

15

POR CENTO
A taxa máxima de IRS até aos 35 anos, à exceção do último escalão, anunciada pelo Governo. Um esforço do ponto de vista fiscal que tem um impacto de mil milhões de euros.

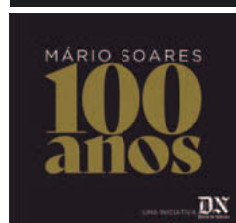
8

MILHÕES
O número de pessoas que podem morrer anualmente devido ao consumo de tabaco em todo o mundo até 2030, se as atuais tendências se mantiverem, estima a Organização Mundial de Saúde, segundo a qual 80% das mortes ocorrerão em países pobres. Atualmente, o tabaco mata quase seis milhões de pessoas todos os anos.

90

QUILÓMETROS
O aumento da rede ciclável de Lisboa até ao final de 2025, que, de acordo com a Câmara Municipal, terá um investimento de 13 milhões de euros.

21

ANOS
A pena de prisão aplicada por um tribunal de Caracas à lusodescendente Carla da Silva (houve mais 28 condenados), por conspirar para derrubar o Governo da Venezuela. Estão acusados, entre outros, dos crimes de traição, conspiração e rebelião.

24.5.2024

Direção interina: Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Diretor de arte** Rui Leitão **Diretor adjunto de arte** Vítor Higgs **Editor-chefe** Nuno Ramos de Almeida **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira **Editor executivo adjunto** Artur Cassiano **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Câncio e Leonardo Ralha **Editores** Sofia Fonseca, Carlos Nogueira, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil e Nuno Fernandes **Redatores** Alexandra Tavares-Teles, Amanda Lima, Ana Meireles, Bruno Horta, César Avó, David Pereira, Isabel Laranjo, Isaura Almeida, Manuel Catarino, Margarida Davim, Mariana de Melo Gonçalves, Rui Miguel Godinho, Sara Azevedo Santos, Susete Henriques, Susana Salvador e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida e António Mateus (coordenadores), Fernando Almeida, João Coelho **Digitalização** Nuno Espada **Dinheiro Vivo** Bruno Contreiras Mateus (diretor) **Evasões** Pedro Lucas (coordenação) **NotíciasMagazine** Inês Cardoso (diretora) **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Câncio e Sofia Fonseca **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** RuaTomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de Fevereiro 2024: 6 084 exps.

Jorge Silva Carvalho
"Os nossos serviços de informações não têm preponderância no espaço securitário nacional"

ENTREVISTA DN-TSF O ex-diretor das secretas, Jorge Silva Carvalho, atualmente consultor de segurança, estratégia e informações, lamenta a "menorização" dos serviços de informações. Fala de Graça Mira Gomes, valoriza a gestão dos "silêncios" de Margarida Blasco e elenca os riscos da imigração ilegal e do "erro de lesa-pátria" que foi o fim do SEF.

VALENTINA MARCELINO E NUNO DOMINGUES (TSF) FOTOS **REINALDO RODRIGUES/GLOBAL IMAGENS**

Tendo por base a sua experiência de quase 30 anos nos serviços de informações, com que autoridade fica uma chefe máxima dos serviços de informações, estou a falar da embaixadora Graça Mira Gomes, secretária-geral do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), quando aceita manter-se no cargo sobre as ordens de um primeiro-ministro, Luís Montenegro, que quando era líder da oposição lhe retirou a confiança política?

A senhora embaixadora tomará as decisões que entender ao nível pessoal. Em relação à posição do sr. primeiro-ministro, entendo que há uma diferença grande entre ser líder da oposição e ser primeiro-ministro. O primeiro-ministro deve mostrar alguma noção de razão de Estado e, portanto, presumo que nessa sua decisão terá de ter ponderado os interesses nacionais e interesses superiores que provavelmente poderiam não passar pela sua opinião enquanto líder da oposição. Isso só fica bem a um primeiro-ministro. Eu, provavelmente, numa circunstância dessas dificilmente aceitaria ficar. No entanto, qualquer mudança nos serviços de informações deve ser pensada sempre de uma forma muito estruturada. E deve ser pensada porque são entidades relativamente frágeis e, por outro lado, muito importantes. Poderiam ser muito mais importantes em Portugal, do que efetivamente o são. Os serviços de informações hoje, no panorama geral da segurança internacional e da segurança nacional, são talvez o instrumento mais importante, sobretudo para potências mais frágeis como Portugal. Para potências que têm uma dependência muito grande em relação àquilo que é a influência externa. Porque hoje a nossa segurança interna depende quase exclusivamente de fatores externos. E a segurança internacional é a mesma coisa. Os interesses estratégicos de Portugal, os interesses nacionais, dependem claramente do conhecimento da realidade. Termos um instrumento que nos garanta um conhecimento atempado, que nos permita agir de forma preventiva, conhecedora, é fundamental. E, infelizmente, os serviços de informações são, há alguns anos a esta parte também, de alguma forma menorizados por um conjunto de fatores, de incapacidades do próprio país e também por um conjunto de vicissitudes que os afetaram. A história dos serviços teve episódios algo controversos que dificultaram a evolução dos próprios serviços. Mas existe em Portugal e na macroestrutura política portuguesa uma falta de conhecimento grande para a atividade de informações, uma falta de perceção da importância das informações e, sobretudo, a vontade de apostar efetivamente nas informações. À escala europeia, os serviços portugueses são claramente aqueles que continuam a não ter capacidades que todos os outros têm, todos os outros serviços europeus têm e não só ao nível eletrónico.

Está a falar das interceções telefónicas, por exemplo.

Também. Mas depois há limitações e constrangimentos que têm a ver com o próprio investimento financeiro. A atividade de informações não é uma atividade cara quando comparada com a atividade de segurança pública ou com a atividade da defesa nacional. Não há equipamentos para se comprar. Tem de se apostar nas pessoas, em formação, em capacidade de gerir operações, de trabalhar no exterior, de desenvolver atividade de risco. E é toda essa atitude que falta.

Neste momento, pelo que descreve, os nossos serviços de informações são inúteis?

Não. Os serviços de informações são dotados ainda hoje de gente muito capaz. Também a sua estrutura humana tem algum nível de estagnação por força da própria evolução. As pessoas envelheceram, aquilo que era um grupo de pessoas que começaram no serviço na década de 1990 hoje estão próximas da reforma.

Não rejuvenesceu?

Rejuvenesceu de alguma forma, mas não com a dimensão que deveria ter sido feita. Dito isto, é preferível arriscar e cometer erros. E um país tem de ter noção de que os erros, desde que não sejam patológicos, podem ocorrer. E temos de viver com eles. Podem ser erros de apreciação individual, podem ser erros da chefia, podem ser erros do técnico ou da operação que correu mal. Mas esses erros, se forem feitos à luz do interesse nacional, se forem feitos à luz daquilo que é a missão última dos serviços, a proteção do país, a proteção das pessoas deste país, a proteção dos nossos interesses, esses erros têm que ser ajustados e o país tem que ter uma capacidade de gerir isto, tendo em conta o interesse de Estado. Faltando isso tudo, os serviços estarão sempre numa posição menorizada e menos flexível para poderem ir atrás daquilo que é importante, que é a informação. E é informação decisiva, qualificada. Não tem a ver só com terrorismo, não tem a ver só com espionagem, com atividade de potências estrangeiras no nosso território ou contra nós, e isso acontece em vários sítios. Portugal tem interesses estra-

> *"Infelizmente, os nossos serviços de informações têm sido, há alguns anos, menorizados. Poderiam ser muito mais importantes em Portugal do que são."*

tégicos em determinados países, países dos quais depende economicamente, países onde tem população portuguesa de grande dimensão, e tudo isto interessa para Portugal, porque se não prevermos isso, se não tivermos uma noção do que está a acontecer e não conseguirmos antecipar, não somos um país que tenhamos os meios para agir em força para agir para retirar uma população de 100 mil pessoas de um determinado país, para conseguir evitar uma catástrofe, para conseguir limitar, por exemplo, a perda do acesso a recursos naturais dos quais dependemos, gás, petróleo, etc. Não temos a capacidade dos Estados Unidos, de um Reino Unido, que têm força militar capaz de agir, mesmo que percam os primeiros 100 metros, têm depois a capacidade para reagir. Nós não teremos essa capacidade para reagir.

Ainda sobre a embaixadora Graça Mira Gomes, acha que foi um incidente, o facto de o então líder da oposição, agora primeiro-ministro, ter dito que retirava confiança política à chefe dos serviços de informação?

Acho que foi mais que um incidente, é um incidente grave.

Mas está sanado?

Para o senhor primeiro-ministro estará sanado, porque tomou a decisão, para já, de não mexer nos serviços de informação.

E a credibilidade dos serviços?

É irrelevante neste momento, porque os serviços de informações, como digo, infelizmente, não têm essa credibilidade e sobretudo não têm essa preponderância no espaço securitário e de defesa nacional. Infelizmente. Porque poderiam, mesmo com a atual capacidade instalada nos serviços, render francamente mais.

No livro que escreveu em 2018 (*Ao serviço de Portugal*) descreve a atual ministra da Administração Interna, Margarida Blasco, com quem trabalhou quando ela era diretora-geral do Serviço de Informações de Segurança (SIS), como "uma senhora descontraída, ligeira, simpática, preocupada com os vestidos e com as viagens internacionais". Como é que vê agora a dra. Margarida Blasco?

A senhora ministra da Administração Interna merece-me todo o respeito por ser a ministra da Administração Interna de Portugal e certamente não contarão comigo para diminuir uma pessoa que tem a missão de gerir uma pasta tão importante para o país. As minhas opiniões do passado reitero-as, é uma recordação muito pessoal de um determinado momento da vida em que me expressei. O ministério da Administração Interna é hoje uma pasta central para o país a vários níveis. A dra. Margarida Blasco é uma pessoa que tem uma experiência já consolidada, que não tinha na altura quando foi diretora do SIS. Hoje, fruto da sua experiência na IGAI, já tem um lastro de conhecimento que deve ser relevante. Diria que o sr. primeiro-ministro, nesse aspeto, esteve bem. Acho que é importante para o país ter uma senhora na Administração Interna, uma área particularmente masculinizada, tal como a Defesa. Acho que é importante termos alguém que venha com uma boa estrutura de conhecimento legal, jurídico, que venha da magistratura também. Portanto, nesse aspeto, a dra. Margarida Blasco corresponde.

Qual é o ponto fraco?

É um ministério que vai estar sob fogo cerrado para o aproveitamento político por parte de outros partidos da oposição. Em particular de um partido à direita da coligação governamental. Nem sempre esse debate se fará de uma forma leal. Haverá muita tentação de usar as estruturas sindicais, haverá muita tentação para usar isso para uma guerra sem quartel. E depois há um tema em particular, que é o tema da imigração, que é muito aberto também a todos os populismos e a todos os aproveitamentos que se possam querer fazer. A dra. Margarida Blasco tem, na minha opinião, uma vantagem grande. É uma pessoa que gere silêncios e é importante a gestão desses silêncios, mais do que se expor a debates que depois revelarão mais fragilidades.

A forma como foi extinto o SEF é uma fragilidade?

Acho isso um disparate de dimensões incomensuráveis. Se há coisa que foi feito de mal feito, de quase lesa-pátria em termos de reforma do país, foi a extinção do SEF. O SEF, independentemente dos seus defeitos e das suas dificuldades, era uma organização que representava um avanço civilizacional. Nós regredimos civilizacionalmente. A separação das coisas pode parecer bem. Se fôssemos um país de uma determinada matriz organizacional, não faria muita diferença dividir as atividades, a atividade policial ou de investigação criminal, e a atividade administrativa. O problema é que somos um país avesso a fórmulas de cooperação. Não temos na nossa matriz genética, da organização pública, somos um país de casas fechadas. E, mais ainda, não somos um país que tenhamos enfrentado dificuldades extremas em matéria de segurança pública ou de segurança interna. Os países que as enfrentaram, países que estão permanentemente sob o foco do terrorismo, da violência urbana, de determinadas atividades agressivas que causam baixas na população, países europeus, o Reino Unido, a própria Espanha, que teve uma situação de terrorismo interno de grande gravidade, França, o Reino Unido, as entidades aprendem a cooperar em matéria de segurança. Sabem que se não cooperarem as pessoas morrem ou pode haver dramas. Em Portugal isso nunca aconteceu. Nós vivemos numa espécie de jardim à beira-mar plantado em que as coisas vão correndo bem, porque a rede de amigos, a rede de contactos, as coisas vão-se falando e vão-se resolvendo. Mas nunca tivemos um *stress test* desta estrutura.

Não foram provocadas pelas próprias falhas de que falava na organização do SEF?

Não. Acho que essa foi, aliás, a coisa mais terrível que foi feita. Foi uma liderança política que aproveitou um momento muito mau da história de uma organização para colocar quase que a infâmia sobre toda a organização, aproveitando esse momento para pôr em causa a organização e as pessoas que dela faziam parte. E isso da parte de quem lidera o poder político é de muito mau nível. É francamente mau. Mais, extinguiu-se um serviço, que era um serviço respeitado, com quadros respeitados. Hoje muitos dos nossos quadros de topo do SEF estão hoje no Frontex, por exemplo, e foram recrutados por mérito próprio. São pessoas que quase que os vieram recrutar como os bons jogadores de futebol. E voltámos a ter o sistema, ou praticamente o mesmo sistema, que tínhamos antes com as polícias, com as forças de segurança, PSP, GNR, a PJ com a investigação criminal, o que tenho a certeza que será bem assegurado, porque a PJ é uma entidade profissional. Mas falta aquilo que havia com o SEF, que é uma coordenação *in-house*, uma coordenação dentro de casa completa e total. Em vez de se ter investido no SEF, em vez de se ter promovido uma reforma, em vez de se ter melhorado e ter atuado com uma cirurgia estripando o que estivesse de mal no SEF, não, fez-se uma coisa pior. Criou-se um monstro que ainda está longe de conseguir e criou-se mais do que isso, pôs-se em causa a credibilidade nacional. Portugal hoje, por várias formas, não apenas pela extinção do SEF, é um país visto com reservas ao nível do espaço Schengen porque não estamos a cumprir a nossa parte. Hoje o nosso passaporte vale pouco, é visto como um passaporte de aquisição fácil. Hoje a entrada de cidadãos da forma que é feita, não controlada, não verificada, sem nenhuma triagem, com imensas facilitações políticas, com pressões políticas inclusive sobre as embaixadas e consulados para que entrem pessoas, por motivos económicos e não só, Portugal tornou-se um bocadinho uma espécie de país que os nossos par-

> *"A dra. Margarida Blasco tem uma vantagem grande. É uma pessoa que gere silêncios e é importante essa gestão, mais do que se expor a debates que depois revelarão mais fragilidades."*

continua na página seguinte »

» continuação da página anterior

ceiros europeus, sobretudo os do espaço Schengen, olham com alguma renitência.

Isso coloca o tema imigração mais do lado da segurança ou mais do lado social?

Percebo a pergunta, mas não considero que se possa sequer dizer que não se põe do lado da segurança ou do lado social. A questão da segurança é fundamental. Só pode haver uma resposta económica e social através da imigração se for assegurado o capítulo da segurança, porque senão, não é viável, porque mais tarde ou mais cedo vamos hipotecar tudo. Nem sequer para as próprias pessoas que vêm.

Ou seja, o primeiro filtro tem de ser eficaz.

É securitário, claramente. O primeiro filtro passa por dois momentos. Uma coisa que Portugal nunca quis fazer, porque dá trabalho, que é selecionar o que é que queremos como perfil de imigração económica. Temos necessidades, claramente, e temos também uma necessidade conexa de substituição, de preenchimento da própria população, tendo em conta o decréscimo que a população portuguesa tem sofrido. Mas tomar decisões políticas, independentemente de elas serem criticáveis. É legítimo trazer pessoas do espaço lusófono, por exemplo, que são pessoas com a nossa matriz linguística, que são quem quer vir para Portugal, que querem vir trabalhar, que sempre vieram, dar-lhes mais condições para que essas pessoas venham em detrimento de pessoas de outras origens? Na minha opinião, claramente que sim.

Mas com isso não se está a fazer uma discriminação? A escolher os imigrantes?

A discriminação é do nosso direito. A discriminação subjetiva e económica.

E a questão humanitária das pessoas que fogem das guerras?

É diferente. A questão é precisamente a questão fundamental. O que se está a fazer, e a partir do momento em que se baixa o filtro, em que se deixa de ter em atenção aquilo que é a imigração económica, que é necessidade nossa, e também a necessidade das pessoas que para cá vêm, e que deixamos de filtrar, de escolher, de tomar decisões, e deixamos vir ao desbarato só estamos a fazer duas coisas. Na área económica, estamos a deixar que continuemos a fazer prevalecer uma economia de baixo valor. Porque, no fundo, vêm pessoas pouco qualificadas, porque não as selecionamos em função das necessidades que o país tem em termos económicos, não as selecionamos em função das suas características e, sobretudo, do seu contributo futuro, da sua formação ou conhecimentos profissionais. E estamos a pôr em causa uma outra coisa. Estamos a inundar o país de pessoas que, legitimamente, querem vir trabalhar para sítios melhores, estamos a sobrecarregar determinadas áreas do país, não estamos a tirar vantagens, estamos a perpetuar uma economia de baixo valor, que é aquela que ainda temos. Pior, assustam-se. Quando as pessoas têm medo, têm medo. E reagem em função do medo. A minha função como técnico securitário é aconselhar a fazer as coisas de forma diferente e os decisores políticos têm de ter em atenção se querem lidar com esse medo ou se querem lidar com uma integração estruturada das populações estrangeiras. Este medo que está a ser criado pela inundação imigrante, estes receios e o aproveitamento populista que é feito disso, põe em causa a própria política de refugiados. Porque as pessoas em Portugal e as pessoas na Europa em geral, passam a ter menos flexibilidade para entender as pessoas que vêm em fuga, que vêm por necessidade humanitária. Sobretudo quando essa necessidade humanitária é invocada por tudo e mais um par de botas, perdoem-me a expressão.

"Portugal tornou-se um bocadinho uma espécie de país em que os nossos parceiros europeus, sobretudo os do espaço Schengen, olham para nós com alguma renitência."

Se calhar do outro lado a porta está fechada, não é?

Não, não está. Aliás, a imigração ilegal, primeiro, é óbvia, mas a União Europeia não tem sequer espaço para agir da forma que deve agir. Porque neste momento é utópico pensar que Portugal, ou qualquer país europeu, consegue lidar com os problemas do mundo. Se pensarmos um dia que a China tenha um conflito interno e pensarmos que 500 milhões de habitantes da China vão fugir para a Europa, estamos conversados. O que a Europa tem de fazer é olhar para a sua política externa, cada vez mais numa lógica de prevenção destas situações. E aí a Europa continua a ser um anão político internacional. Há muito apoio individual, há muitos países a desenvolverem políticas individuais, mas não há uma política coletiva de antecipação do problema da imigração. Claramente que as coisas depois de acontecerem, é difícil não lidarmos com elas. O que aconteceu na Síria é um desastre humanitário de proporções gigantescas, assim como o que veio do Afeganistão. Mas a solução não é acolhermos todas as pessoas, é tentarmos resolver na origem e evitar que essas pessoas também percam. Não tenho dúvidas nenhumas que qualquer afegão preferia ficar na sua terra desde que tivesse condições de criar a sua família.

"Este medo que está a ser criado pela inundação imigrante, estes receios e o aproveitamento populista que é feito disso, põe em causa a própria política de refugiados."

"Portugal tem vindo a demitir-se da sua componente de interesses nacionais na lusofonia. A lusofonia tem vindo a tornar-se um parceiro menor e uma área de política internacional menor porque é incómoda."

Sendo que resolver na origem não é necessariamente pagar para as pessoas ficarem lá retidas.

Não é forçosamente pagar, mas é ajudar a que as coisas se possam compor. Por outro lado, como a Europa, em particular a Europa, mas também os Estados Unidos, está a ser alvo desta imigração, esta imigração ilegal, estes refugiados, estão a ser usados como arma, por regimes autoritários, por regimes que são hostis aos países europeus e democráticos, liberais, e que querem pôr em causa esses países com essa imigração. A Turquia foi dos primeiros países a usar essa arma, a Rússia está a fazê-lo, outros países estão a fazê-lo. Isso para quê? Para provocar o desequilíbrio em países que eles veem como países hostis, porque a Rússia vê o espaço europeu como uma área hostil aos seus interesses. E, portanto, também não os quer, não quer esses imigrantes na Rússia, não quer esses imigrantes na Turquia, toleram-nos até certo ponto, mas preferencialmente querem encaminhá-los. Portanto, acho que devíamos questionar mais isso e menos a capacidade europeia, porque às vezes, na Europa e nos países europeus, temos uma mentalidade hoje que se tornou mais evidente que é a mentalidade do coitadinho. E achamos que devemos ser mais bonzinhos que os bonzinhos e depois estamos a fazer o jogo de terceiras pessoas que não têm o mínimo pejo em tratar essas pessoas que vêm e que são pessoas penalizadas pela vida e tratá-las como se fossem, primeiro, um instrumento até de guerra, mas sobretudo sem a mínima preocupação humanitária, sem a mínima preocupação de qualquer modo. E, portanto, despejando em nós. E nós estamos a ser autofágicos.

Entende que estes fluxos de imigração podem ser associados diretamente à importação de métodos ou de redes criminosas para Portugal?

Sem qualquer dúvida.

Mas na mesma proporção? Ou seja, se aumentar a imigração aumenta na mesma proporção o risco de importar redes criminosas ou métodos?

Neste momento, e isso são dados relativamente públicos, mas mais do que dados públicos, grande parte da imigração de determinadas origens, vou citar só duas ou três, indo-paquistaneses e a imigração vindo do Brasil, grande parte dela já é controlada por redes ilegais.

Isso é na origem?

Na origem e não só. Porque, tal como o tráfico de droga, rapidamente essas redes se estabelecem nos países de destino. Portugal será mais ponto de receção do que de destino, porque muita dessa imigração também não fica aqui e isso é pernicioso porque os decisores políticos sabem disso. Claro que pensaram nisso só em termos económicos, sabem que Portugal tem pouca capacidade de reter a imigração. Porquê? Porque as pessoas estando no espaço Schengen preferem ir para economias mais desenvolvidas. Até economias que lhes deem outras condições, que paguem subsídios maiores, que tenham outro tipo de apoio, que haja mais emprego.

Então são fatores de fragilidade de Portugal no contexto internacional?

Sim, mas o que estamos a fazer é enxaguar. Até facilitamos a nacionalidade portuguesa, como se fosse uma coisa que é dada quase que por prémio, como se fosse um diploma universitário. O que também tem uma perda de valor inerente, porque as pessoas que aqui adquirem uma nacionalidade e em muitos países do mundo adquirem-na com quase como uma opção de vida, com brio, querem ser parte daquela comunidade.

Mas isso não cria um estigma? Se identificarmos esses pontos de origem como pontos complicados e também de importação de redes criminosas, então estamos a estigmatizar todos os que vêm de lá.

Não se fizermos as coisas como deve ser. Ou seja, não se o nosso sistema de controlo de imigração começar nesses países como acontece com muitos países. Por exemplo, o caso do Canadá ou o caso da Austrália. A Austrália desde cedo e o Canadá desde cedo que escolhem, primeiro, o tipo de pessoa, o tipo de formação que querem, que necessitam. Se são médicos, enfermeiros, engenheiros, com a maior das tranquilidades. E fazem a sua publicidade e escolhem inclusive as nacionalidades. Na Ucrânia, na Moldávia, na China, em Singapura, nos países que entenderem e têm quotas. Até fazem mais: atribuem zonas do país onde essas pessoas podem residir. São países profundamente democráticos. São países estabilizadíssimos. Nós não somos mais do que eles. A diferença é só esta: essa filtragem tem a participação imediata dos serviços de informações através das suas próprias embaixadas e é feita no exterior. Neste caso, o serviço de informações canadiano e australiano tem uma componente de *vetting* securitário e migracional tendo em conta a organização, porque não tem o mesmo tipo de organização de fronteiras que nós temos e de polícia de fronteiras. As pessoas que fazem a atividade estão lá e estão presentes na origem das pessoas. Estão presentes no país onde se vai recrutar. Vai-se dar oportunidades de uma forma aberta, porque estes sistemas são controláveis. Não são vítimas de corrupção, não são vítimas de chantagem, não são vítimas de pressão política. Os sistemas canadianos e australianos estão testados e verificados e há toda uma *accountability* por parte das pessoas que trabalham nessas

áreas. Não quer dizer que não tenham erros, mas é assim. Portanto, o que eu defenderia para Portugal era uma coisa parecida, era uma atividade parecida e era uma política de imigração pensada. Que seja aberta, que seja baseada em fundamentos objetivos e que depois nos permita ter capacidade para sermos uma parte fundamental na política europeia de acolhimento aos refugiados. Porque para isso é preciso ter capacidade financeira e disponibilidade. Agora, se está tudo amarrotado com a imigração ilegal, com a imigração que não é ilegal, mas que é excessiva, que é facilitada, não vai haver capacidade social nem boa vontade para acolher os refugiados. Vai ser só visto como um ónus e vai ser tudo misturado. Isso é o que está a acontecer na Europa.

Foi chefe quase três anos da chamada Casa da Rússia, uma unidade de contraespionagem do Serviços de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) para os países da antiga URSS. Há dois anos tinha dito numa entrevista aqui no DN que o regime russo era um "cancro que só se estancava com a resistência da Ucrânia e com o drama que estava, e ainda está, a ser vivido pelo povo ucraniano que está a lutar também pela Europa". Acredita que é possível ganhar a guerra que se agravou nos últimos dois anos?

Depende do que entender por ganhar. Entendo que é possível que a Rússia não triunfe na Ucrânia. E até lhe digo mais: coloco-me naquele grupo de pessoas em que entendo que não temos outra hipótese senão prevenir isso e impedir que a Rússia ganhe na Ucrânia. Este regime russo é tudo aquilo que eu disse em 2022. Nada do que o regime russo esteja a fazer atualmente, nada dos mecanismos que usa, da forma como manobra e controla a informação e controla a desinformação em particular, me surpreende. Nada daquilo que tem sido a evolução interna do regime russo e a própria personalidade do presidente Putin me surpreende. Surpreende-me, não obstante, a estupidez que existe no mundo ocidental, quer à direita, quer à esquerda, de pessoas que ainda defendem esse regime, que ainda, de alguma forma, numa lógica quase antiamericana e antiocidental, uns pretendem defender o regime russo. Outros com saudosismos da lógica da União Soviética, como se fosse necessário ser pró-russo para ser antiocidental ou para ser antiamericano. Mas depois há outros mais graves ainda, que é uma extrema-direita e uma nova extrema-esquerda, mas uma extrema-direita em particular muito conservadora, que olha para o regime russo como uma salvaguarda de tudo aquilo que está errado para uma democracia.

E um financiador também.

Um financiador também, e não só um financiador, mas sobretudo como uma bandeira. O regime russo tem um conjunto de contradições. É um regime neoimperialista e neocolonialista e, no entanto, todo o discurso é anticolonialista e de apoio aos países em relação ao contrariar as potências coloniais anteriores. As potências coloniais anteriores são muito menos imperialistas atualmente do que é o regime russo. O regime russo é um regime expansionista como se vê na Ucrânia. A extrema-direita e a direita populista olham para o regime russo como o arauto do combate aos excessos do movimento *woke*, o combate aos liberalismos excessivos na política de integração das minorias, inclusive regimes autoritários, e já não é só a Rússia, mas regimes autoritários que na Europa hoje são muito acarinhados por alguns grupos de extrema-direita e de extrema-esquerda e que são profundamente repressivos em relação aos direitos das mulheres, em relação aos próprios direitos democráticos mais básicos, o direito a voto, o direito a eleições. Estas eleições na Rússia não são eleições, são uma charada destinada a endeusar o senhor Putin. Todos nós sabemos disso, mas, por exemplo, é triste ver órgãos de comunicação social em Portugal, para falarmos do mais óbvio, a fazerem títulos como "Eleições. Putin ganha com X%", como se tivessem sido eleições efetivas. Assumirmos isso é de alguma forma legitimarmos e pormos aquela charada de democracia ao nível daquilo que são as nossas democracias, por muito imperfeitas que sejam. Portanto, a Rússia não vai parar. A Rússia olha para nós e vai usar sempre esta dupla face. A Rússia tem a lata, recentemente o senhor Putin e o regime, de questionar Portugal e de uma posição de hostilidade. Há dois anos declarou Portugal seu adversário por fazer parte da NATO e da União Europeia. Portanto, Portugal que nunca fez nada contra a Rússia foi logo posto nesses termos. Não temos hostilidade nenhuma em relação à Rússia. Nem Portugal, nem nenhum dos nossos líderes políticos têm alguma hostilidade em relação a Rússia. Temos hostilidade em relação às práticas da Rússia e em relação ao senhor Putin e em relação àquilo que ele defende internamente, que é uma posição protofascista dentro do seu país. O senhor Putin é um protofascista. Exatamente com a mesma mentalidade e com o perigo de se tornar uma espécie de novo nazismo na Europa. E isso, por mais cores que lhe ponham e por mais gente que em Portugal possa achar que, com base na sua motivação política ou ideológica antiamericana, antiocidental, possa defender.

> *"Temos hostilidade em relação às práticas da Rússia, em relação ao senhor Putin e em relação àquilo que ele defende internamente, que é uma posição protofascista."*

Ficou surpreendido com o acordo militar feito entre São Tomé e Príncipe e a Rússia?

Não. Temos dentro do espaço lusófono países que são praticamente inviáveis. Houve uma altura que São Tomé e Príncipe tinha relações diplomáticas com Taiwan. É um país muito frágil em termos económicos, muito frágil também em termos políticos. Portanto, não me admira que num determinado momento, num determinado contexto, isso aconteça. Não foi São Tomé que foi bater à porta dos russos. E, portanto, de onde venha dinheiro..., perdoe-me a expressão. Poderia dizer-se o mesmo na Guiné-Bissau.

Mas isso não foi um vazio deixado por Portugal também?

Sim, mas isso é um vazio grave. Podemos dedicar quase um tema de uma entrevista a isso e tem muito a ver com o que se passou no último Governo, mas também nos governos anteriores, porque Portugal tem vindo a demitir-se da sua componente de interesses nacionais na lusofonia. A lusofonia tem vindo a tornar-se um parceiro menor e uma área de política internacional menor porque é incómoda. É incómoda perante uma determinada mentalidade que graça hoje na esquerda portuguesa, que é lidar com as ex-colónias, como se isso fosse uma tragédia ou fosse um problema. Não é, não temos de ter vergonha da nossa história, tem aspetos muito positivos e tem aspetos negativos, mas temos povos irmãos, porque com Angola, com Moçambique, com todos os países lusófonos, temos uma relação quase de irmandade. Só quem não conhece a realidade é que não percebe como as comunidades angolanas e portuguesas estão, por exemplo, interligadas, ou a cabo-verdiana. Só quem não tem a capacidade de olhar para Timor-Leste e não percebe o que é o peso histórico e o peso social e demográfico das relações entre os dois países. Se olharmos só num contexto económico, então de um contexto puramente económico podemos desvalorizar. O que acho é que Portugal, e foi assumido também pelo anterior Governo, claramente que se passou a dedicar aos assuntos europeus de uma determinada forma. É mais fino estar na Europa, tem cargos disponíveis, etc. Acho que Portugal aí tem de recuperar e muito, até porque tem um papel para a nossa economia, para a nossa imigração, com a vantagem, por exemplo, de facilitar muito a integração social. Porque nos países da lusofonia temos pessoas qualificadas. Mesmo a nossa economia de baixo valor precisa de trabalhadores que poderiam vir claramente das ex-colónias e que poderiam integrar-se facilmente em Portugal. Portugal não é um país que discrimina tradicionalmente em função da cor. Nós estamos habituados a sermos pessoas multiculturais e multicoloridas, digamos assim. Somos um país, só quem não nos conhece, somos um país que poderia ter passaportes que tem pessoas de origem chinesa, de origem timorense, de origem goesa e continuaremos a ser assim. E, portanto, fazer o contrário é que está a insuflar em Portugal novos estigmas e novas reações muito provocadas pelo medo, pelo receio, por algumas resistências e pelo alimentar de alguns medos também politicamente, que criam depois resistências à imigração.

> *"Mesmo a nossa economia de baixo valor precisa de trabalhadores que poderiam vir claramente das ex-colónias e que poderiam integrar-se facilmente em Portugal."*

Veja o vídeo em dn.pt/dntv

PAULO CAFÔFO

Líder do PS mantém tabu e não antecipa "contactos" para geringonça

ESPERANÇA

Socialistas, que perderam todas as regionais desde 1976, admitem que só uma união de partidos poderá "fazer história". Paulo Cafôfo não revela se fica na Madeira, como deputado, ou se regressa a Lisboa, caso perca as eleições.

TEXTO **ARTUR CASSIANO**

As contas são simples de fazer. Desde 1976, todos os líderes socialistas – Gil Martins, Emanuel Jardim Fernandes, José António Cardoso, Mota Torres, Jacinto Serrão, Victor Freitas, Carlos Pereira, Emanuel Câmara, Sérgio Gonçalves e também Paulo Cafôfo – partilham o mesmo resultado: a derrota.

Só o antigo secretário de Estado das Comunidades, que também já foi líder de 2020 a 2022 e agora lidera de novo o partido, conseguiu aproximar-se, em 2019, dos resultados do PSD: 19 eleitos contra os 21 do PSD. No ano passado, com Sérgio Gonçalves, o PS caiu para os 11 deputados – resultado que ditou a mudança de líder, mas que foi superior ao que foi conseguido nas eleições regionais de 2015, 2011 e 2007.

Se no PSD a "apreensão" e "incerteza" é grande, o mesmo se passa com os socialistas que até agora não fizeram, garante Paulo Cafôfo ao DN, "qualquer contacto com nenhum partido" para um futuro Governo.

"Estamos muito focados na campanha e no contacto com a população. O importante agora é que as pessoas percebam que o PS é a única garantia de estabilidade", diz o líder socialista madeirense.

O "agora" de Paulo Cafôfo deixa, para já, sem resposta as "prioridades" do JPP consideradas por Élvio Sousa "viáveis" e "reformistas".

O partido criado por ex-socialistas já enviou as suas propostas "a todos os partidos" – a que "eles [PS] terão de responder, mas até à data nada" – e que podem significar a viabilização, que seria histórica, de um Governo à esquerda.

O JPP pede, entre outras medidas, um "Governo com cinco secretarias (redução de oito para cinco), um "programa efetivo de redução de despesa de 50 milhões ao ano", o "*ferry* com negociação direta com Canárias", um "concurso público Internacional para a operação portuária (regulação de preços)", a "abolição da portaria que estabelece o monopólio da venda da banana à empresa publica GESBA e ainda, por exemplo, "a regulação do preço do gás, na inclusão do produto na listagem de preço de venda ao público".

"O objetivo claro é mostrar que o JPP é um partido de governo, que tem um Programa de Governo", assegura Élvio Sousa.

E apesar de o JPP dizer que "nem um [PSD] nem outro [PS] nos inspira confiança" – também assegura que "não vai ser um agente de instabilidade" e que "várias formas de viabilizar um Governo sem ir para o Governo" –, há nos socialistas, ouvidos pelo DN, a "quase certeza" de que "na hora da verdade não vão inviabilizar uma solução de estabilidade e de mudança para os madeirenses".

E "solução", a que dizem "ser mais responsável", é que na devida "proporcionalidade" e respeitando "o voto dos madeirenses" também o JPP seja chamado a ter responsabilidades governativas em nome da "estabilidade".

O BE, de Roberto Almada, que já admitiu viabilizar um Governo socialista, coloca como linha vermelha "envolver todos os partidos de esquerda, e não um ou dois" – o que poderá implicar incluir o PCP de Edgar Silva num acordo parlamentar.

> *"Estamos prestes a fazer história na Madeira e no país (...) votar PSD é manter tudo como está (...) só o voto no PS permite virar a página."*
>
> **Paulo Cafôfo**
> Líder do PS/Madeira

Não excluída, está também, a possibilidade de "entendimentos" parlamentares com o "CDS bom" de José Manuel Rodrigues que, apesar de publicamente ter fechado as portas a "conversas", também já assegurou que "não será por falta de presença e de sentido de responsabilidade [dos centristas] que a Madeira deixará de ter um novo Governo".

No caso da IL, e apesar do "não é não" público de Nuno Morna (líder regional), o que surge como "absolutamente impossível", nas palavras do líder nacional, Rui Rocha, é um acordo com PSD.

"Os acontecimentos dos últimos meses mostram que é absolutamente impossível, neste momento, com os processos judiciais em curso, qualquer tipo de entendimento da nossa parte", afirmou Rui Rocha.

No entanto, o "neste momento" tem um acrescento. O presidente da IL aceita "analisar todas as propostas, sejam elas concretas e pontuais, quer programas de governo, quer orçamentos" – o que não difere da postura de 2023. O "não é não" para PS e PSD, repetido na campanha eleitoral, passou a um aceitar "conversar com quem for (…) as nossas portas estarão sempre abertas para isso".

No meio de tanta incerteza, se Cafôfo falhar, mais uma vez, há um garantia: o grupo de Carlos Pereira e Miguel Gouveia vai pedir a cabeça do líder que recusa dizer se, perdendo, fica como deputado na Madeira ou se reassume o lugar de deputado no Parlamento nacional. Em 2023, em plena noite eleitoral, Gouveia – derrotado nas autárquicas de 2021 no Funchal – deu-se como disponível para liderar o PS/Madeira.

É o segundo confronto entre Albuquerque e Cafôfo. Em 2019 ficaram separados por cerca de 5 mil votos. PSD foi obrigado a coligar-se com CDS para manter o poder.

FOTOMONTAGEM DN

MIGUEL ALBUQUERQUE

Líder do PSD regional não fecha portas ao JPP e promete "sair" se perder as eleições

IMPASSE

Quase 17 500 dias de poder e três presidentes: Ornelas Camacho governou durante 531 dias, Jardim prolongou-se por 13 549 dias e Albuquerque já vai em 3322. Acordos com IL, PAN e Chega parecem possiveis se o atual líder do PSD abandonar. CDS só recusa entrar no Governo.

TEXTO **ARTUR CASSIANO**

A incerteza mantém-se. E nem a mais recente sondagem acalenta Miguel Albuquerque. No ano passado, as "muitas", refere o líder do PSD, que foram publicadas apontavam para uma maioria, o que "não aconteceu". A coligação entre sociais-democratas e centristas, que não foi pacifica no partido, precisou do suporte da única deputada do PAN para manter o Governo.

Desta vez, as duas únicas sondagens conhecidas apenas indicam que o PSD pode ganhar. O cenário de maioria já não existe. "As sondagens têm falhado muito na Madeira", constata Albuquerque que, garante ao DN, só irá "fazer diligências a partir da votação" e só excluindo acordos com BE, PCP e PS. A porta fica, assim, aberta aos restantes [IL, Chega, CDS e PAN], incluindo o JPP.

Se perder? "Se não ganhar as eleições não faz sentido continuar a liderar o partido." Assume o lugar de deputado? "Já não tenho idade para isso."

O demissionário, recandidato e arguido presidente do Governo madeirense diz não sentir "divisão no partido" apesar das divergências públicas desde as eleições internas e outras que fonte do partido, ao DN, diz serem "silenciosas". Tradução: "Todos esperam pelo que dirá Manuel António Correia ou Alberto João Jardim na noite de domingo ou nos dias seguintes", refere a mesma fonte.

"Se não ganhar as eleições não faz sentido continuar a liderar o partido." Assume o lugar de deputado? "Já não tenho idade para isso."

Miguel Albuquerque
Líder do PSD/Madeira

E Albuquerque? "Não sinto divisões, acho que não. Não tenho notado nada."

Os sinais de perda eleitoral que se acentuaram a partir de 2007 – 33 eleitos nesse ano, 25 deputados em 2011, 24 em 2015 e 21 em 2019 e que obrigaram a coligações nesse ano e em 2023 – são agora "mais evidentes", sublinha fonte parlamentar do PSD.

Desta vez, porém, aparentemente, nem PAN, nem CDS estão dispostos a alianças com Albuquerque.

Mónica Freitas, que diz recusar o líder do PSD a quem retirou a "confiança política" – "não faz sentido estarmos a fazer novamente um acordo, sendo a mesma pessoa" –, não fecha, porém, a porta ao PSD, nem ao PS argumentando que "devido a esta instabilidade, as pessoas querem, de facto, condições de governabilidade, que haja um garante de estabilidade".

A certeza? Duas linhas vermelhas: Chega e Albuquerque e "uma atitude responsável perante um Orçamento e perante um Programa do Governo que não vá contra os valores e os princípios do PAN".

José Manuel Rodrigues, agora líder do CDS, insiste em dizer que "após as eleições não faremos coligações de governo com nenhum partido, nem com o PSD, nem com qualquer outro partido".

A estratégia? Ser "porto seguro para aqueles que estão zangados com as desorientações e os desatinos do PSD, para aqueles que estão descontentes com as divisões internas do PS, (...) e para aqueles também que estão fartos da demagogia do Chega e também já um bocadinho cansados dos populismos do JPP".

Que portas ficam abertas? Um acordo parlamentar pós-eleitoral com PSD já que o diz recusar, apesar de em 2019 ter defendido o contrário, com Paulo Cafôfo.

E a IL? Nuno Morna, o líder regional, reafirma um "não é não" dirigido a PS e PSD tal como o tinha feito na última campanha. Em 2023, garantia que "nem com uns, nem com outros, ponto". Agora diz que "temos sido muito claros desde o primeiro dia a dizer que com Albuquerque não é não, e que com o PS não é não".

A dúvida? Na última noite eleitoral, Nuno Morna afirmou não ter sido contactado por Albuquerque, mas disse não rejeitar "conversar com quem for e as nossas portas estarão sempre abertas para isso".

Três dias depois disse que, afinal, teve uma conversa que "durou menos de um minuto, em que ele [Albuquerque] pôs em cima da mesa a questão de um acordo" e até que estava disposto a "conversar, se for caso disso, obviamente".

A IL, em comunicado, ia mais longe: "Após a confirmação de que a coligação PSD/CDS não teria maioria absoluta, a Iniciativa Liberal foi contactada a vários níveis pelo PSD e respondeu que estaria disponível para conversar, como sempre esteve [o que contraria tudo o que foi dito em campanha], e discutir uma solução que pudesse melhorar a vida dos madeirenses". Porque falhou o entendimento? "O doutor Albuquerque disse-me que me telefonava depois. Não telefonou", explicaria, mais tarde, Nuno Morna.

Resta o Chega de Miguel Castro, que já admitiu "viabilizar o governo do partido que apresentar as melhores propostas" e também o contrário – "Não podemos fazer entendimentos nem com Albuquerque, nem com Cafôfo" – e que agora coloca como condição, para viabilizar um governo do PSD, o afastamento de Miguel Albuquerque. A contradição [mais uma]? O facto de André Ventura garantir que "nunca com este PSD, nunca com Albuquerque".

Governo aprova garantia pública de 15% para casas até 450 mil euros

JOVENS Pacote de medidas para fixar juventude no país foi a Conselho de Ministros e inclui a isenção do IMT, novas regras no programa *Porta 65* e o alívio do IRS até aos 35 anos de idade.

TEXTO **MARIANA COELHO DIAS E RUTE SIMÃO**

Luís Montenegro apresentou ontem em Braga as medidas para os jovens.

HUGO DELGADO/LUSA

Dar mais esperança aos jovens, valorizando as suas qualificações, para que seja possível ficarem no país que tanto deles precisa. Foi com este mote que o primeiro-ministro, Luís Montenegro, anunciou ontem, após a reunião do Conselho de Ministros em Braga, um novo pacote de medidas assente em "cinco grandes eixos", que incluem áreas tão críticas como a habitação e a fiscalidade sobre o trabalho.

Contrariamente ao que disse o ministro das Infraestruturas e Habitação, Miguel Pinto Luz, em entrevista ao semanário *Expresso*, a garantia que o Estado dará às instituições de crédito para facilitar a compra da primeira habitação aos jovens entre os 18 e os 35 anos será, afinal, de 15% e não de 10%. Vedada aos contribuintes cujos rendimentos não ultrapassem o oitavo escalão do IRS, ou seja, 81 199 euros brutos anuais, este benefício entra em vigor a 1 de agosto e aplica-se a transações até 450 mil euros.

Entre o conjunto de novas isenções fiscais para apoiar esse grupo etário na aquisição da primeira casa encontra-se a isenção do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e do Imposto de Selo. Também a partir da mesma data, os jovens passam a estar dispensados do pagamento destas taxas. Enquanto para imóveis até 316 772 euros a isenção será total, para os que se situem entre esse montante e os 622 453 euros ocorrerá uma redução – apenas o remanescente dos 316 772 fica sujeito. Casas com valores superiores não são abrangidas pela medida.

De forma a não penalizar os municípios, uma vez que o IMT constitui fonte de receita para as autarquias, o Executivo propôs criar um mecanismo de compensação, cujos contornos permanecem ainda desconhecidos.

Porta 65 sem renda máxima

As novidades no capítulo da habitação estendem-se ao programa de apoio ao arrendamento jovem *Porta 65*, com a eliminação da renda máxima admitida como fator de exclusão dos candidatos. Para a ministra da Juventude e Modernização, Margarida Balseiro Lopes, é imperativo "adequar as regras do programa à realidade do jovem português". A governante, que apresentou em detalhe as medidas aprovadas em Conselho de Ministros ao lado de Montenegro, explicou ainda que cairá por terra a obrigatoriedade de os candidatos serem portadores de um contrato de arrendamento para poderem concorrer ao apoio. Nesta inversão do processo, os jovens candidatam-se primeiro ao *Porta 65* e, após receberem a resposta, podem partir para a desafiadora tarefa de procurar casa – terão dois meses para o fazer – considerando o montante do valor do apoio atribuído.

O Governo vai facilitar também o processo de candidatura exigindo apenas os últimos três recibos de vencimento – e não seis, como atualmente definido. O sistema de candidatura será de ciclo mensal, com seriação dos candidatos com base no rendimento e agregado familiar, "garantindo apoio prioritário aos que mais precisam", garante o Executivo.

> Montenegro quer que jovens não tenham de emigrar "em busca de uma oportunidade" e pretende "inverter tendência" com medidas desde o ensino à compra da primeira casa.

Opção de modelo de IRS Jovem

No âmbito da fiscalidade, no qual Conselho de Ministros aprovou as alterações ao IRS Jovem que definem uma taxa máxima de 15% até ao penúltimo escalão para os contribuintes até aos 35 anos, a grande novidade incide sobre a possibilidade de escolha entre o novo modelo e o antigo. O impacto orçamental estimado desta medida é de mil milhões de euros.

"Não há nenhum jovem que vá ficar pior", garantiu a ministra da Juventude e Modernização, Margarida Balseiro Lopes. Assim, a proposta para os trabalhadores com aquelas características, que aufiram rendimentos do trabalho dependente (categoria A) e independente (categoria B), consiste numa redução das taxas marginais em dois terços face às tabelas atualmente em vigor. Com isto, o imposto irá variar entre os 4,4% e os 15%, já a partir de 1 de janeiro do próximo ano.

Recordando que "a grande maioria dos jovens ganha muito menos do que esse patamar de rendimentos [oitavo escalão]", Luís Montenegro apontou "um imposto [mais provável] algures entre os 4,4% e os 7% ou 8%". Com as novas regras, um contribuinte que "aufira um salário mensal de mil euros brutos, irá obter uma poupança anual de 941 euros" – que sobe para os 1967 euros, no caso de vencimentos ilíquidos de 1500 euros.

A governante disse ainda que serão criadas novas tabelas de IRS que contemplem as taxas atualizadas, sem adiantar, contudo, mais detalhes.

Simulações feitas pela EY para o DN/Dinheiro Vivo, que compararam o modelo de IRS Jovem atual e o proposto pelo Executivo, mostram que a mudança de regime é vantajosa sobretudo para os salários mais altos: enquanto um jovem (solteiro, sem dependentes e com despesas gerais e familiares de 250 euros) que aufira mil euros brutos por mês só sente a compensação a partir do quinto ano, outro que ganha 1500 verifica benefício a partir do terceiro ano. No caso de um trabalhador com um vencimento de dois mil euros, por sua vez, o ganho é visível logo no segundo ano.

Fazendo as contas à totalidade dos cincos anos do regime de IRS Jovem socialista, em comparação com a proposta do Governo aprovada ontem, verifica-se que para quem ganha mil euros mensais brutos o regime em vigor representa um benefício fiscal total de 4832 euros, 117 euros acima dos 4715 da aplicação da medida de Montenegro. Já para quem aufere 1500 euros brutos mensais, em cinco anos o regime atual representa uma poupança de 9821 euros e a proposta do Governo de 9840 euros, ficando esta acima em 19 euros.

Quem tem um rendimento bruto mensal de dois mil euros, com o IRS Jovem do PS poupa 12 643 euros em imposto nos cinco anos, e com a nova proposta do executivo AD o benefício total nesse período é de 16 485 euros, com a poupança fiscal a ser bem maior face ao regime em vigor, num total de 3842 euros.

Camas para estudantes e complemento ao alojamento

Também foi anunciado que o alojamento estudantil vai ser reforçado já no próximo ano letivo com 709 camas. Para dar resposta, será utilizada a capacidade instalada das Pousadas de Juventude e INATEL, distribuídas pelos concelhos do continente com instituições de ensino superior.

Foi ainda aprovada a atribuição de 50% do valor do complemento de alojamento para estudantes deslocados em agregados familiares entre 23 Indexantes de Apoios Sociais (IAS) e 28 IAS.

O regulamento de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior não escapa às alterações e as mudanças visam alargar os rendimentos que os trabalhadores-estudantes podem auferir, sem perder o direito à bolsa. **C.A.R.**

geral@dinheirovivo.pt

BREVES

PR: Costa é "consensual" para o Conselho Europeu

O Presidente da República (PR) disse que continua a pensar que António Costa "é um nome consensual" para a presidência do Conselho Europeu (CE), escusando-se a comentar se essa hipotética nomeação pode ser prejudicada pela demora da Justiça portuguesa. Em declarações à margem de uma conferência sobre o "Estado da União" Europeia realizada em Florença, Itália, Marcelo Rebelo de Sousa não quis comentar o processo. Confrontado com declarações de alguns altos responsáveis políticos europeus que admitiram ser difícil António Costa ser o escolhido para presidir ao CE enquanto se mantiver a suspeição, o PR assegurou que a questão não tem sido mencionada. "Esse ponto não me disseram. Disseram-me apenas que era uma figura incontestada" pela aceitação que tem nas várias famílias políticas europeias.

Sede do Chega alvo de falsa ameaça de bomba

O edifício da sede do Chega, em Lisboa, foi ontem evacuado depois de um homem ter ali entrado alegando ter uma bomba, confirmou à Lusa a PSP, que o intercetou e ativou o centro de inativação de explosivos. Sérgio Soares, porta-voz da PSP, disse à Lusa que o edifício, na Rua Miguel Lupi, foi evacuado depois de um homem ter entrado com uma mochila alegando que continha um engenho explosivo dentro, algo que não se confirmou. "No interior da mochila não se encontrava qualquer engenho explosivo e, nesse sentido, foi dada por terminada a ocorrência", declarou um porta-voz da PSP. O homem, 59 anos, foi conduzido ao Hospital de São Francisco Xavier (onde acabou por ficar internado) tendo em conta "o seu comportamento" considerado "anómalo" e um "discurso não coerente". Com isto, não foi detido, mas sim hospitalizado.

Virança
Ana Drago

O Cavalo de Troia

Na rebelião húngara de 1956, barbaramente esmagada pela URSS, o teórico marxista Georg Lukács foi preso pelo KGB. Perguntado se estava armado, Lukács dirigiu calmamente a mão ao bolso e entregou ao oficial uma caneta. As palavras, ditas e escritas, contam. E a longa história de presos políticos, livros proibidos e queimados prova que todos sabem que as palavras podem ser uma arma.

Olhando já com alguma distância o que Ventura disse na AR, também sabemos que não se afastou muito dos dislates preconceituosos e provincianos que demasiadas vezes ouvimos no café ou no autocarro. A quem se indignou contra um alegado policiamento da linguagem e o regresso da censura, aconselho calma – não são as esquerdas representadas no Parlamento que têm saudades do lápis azul, da PIDE ou dos seus bufos que relatavam as conversas entrescutadas. Os saudosistas desse país mesquinho e repressivo estão sentados exatamente do lado oposto do plenário.

Mas acontece que a AR não é a tasca da esquina (sem desprimor para as tascas…) – é a casa da democracia. E por isso, o caso tornou-se problemático quando o presidente da AR (PAR), em vez de advertir o líder do Chega ou responder às bancadas da esquerda de que faria uso das suas competências quando o entendesse, achou que esta era uma boa ocasião para fazer doutrina.

E sua doutrina é um desastre anunciado. Argumentar que a liberdade de expressão na Assembleia da República permite insultar um qualquer grupo social é abrir a porta à degradação do debate democrático. O que fará o PAR se, daqui a dias, um deputado disser que os ciganos são aldrabões, ou que os árabes são terroristas, ou que os judeus são gananciosos? Aguiar-Branco já respondeu: não fará rigorosamente nada.

Para se distinguir de Augusto Santos Silva, Aguiar-Branco achou que a estratégia para sossegar o monstro era ignorar as provocações. Desengane-se. Ventura construiu toda a sua carreira política às cavalitas dos insultos a grupos raciais. Primeiro, atacou os ciganos – chegou mesmo ao ponto de, durante a pandemia, propor um plano de contingência só para esta etnia, e confesso que não sei se incluía campos de concentração. Depois atacou os cidadãos de raça negra – exibiu no debate com Marcelo Rebelo de Sousa, nas presidenciais, uma fotografia do Presidente da República no Bairro da Jamaica e acusou-o de estar ao lado da "bandidagem". Foi condenado em tribunal por ofensa e difamação. Disse que uma deputada negra devia ser "devolvida" a África. Agora, multiplica as referências a imigrantes e à "insegurança". Não é defeito, é estratégia. E como, infelizmente, tem dado frutos, vai continuar a subir a parada e o insulto. Mais tarde ou mais cedo, Aguiar-Branco vai ter de revisitar a sua doutrina ou arrisca deixar que o Parlamento se transforme na cloaca do discurso racista da extrema-direita. Aliás, o PAR já deu um primeiro passo atabalhoado para continuar a lavar as mãos como Pilatos, advogando que o Parlamento faça uma votação imediata de repúdio, por proposta dos deputados que considerem uma intervenção contra terceiros, na AR, ofensiva ou injuriosa.

Aguiar-Branco achou que a estratégia para sossegar o monstro era ignorar as provocações. Desengane-se. Ventura construiu toda a sua carreira política às cavalitas dos insultos a grupos raciais.

Na última década, a invocação da liberdade de expressão tem sido o Cavalo de Troia nas democracias contemporâneas para a difusão do discurso de ódio contra vários grupos sociais. Há quase 80 anos, Karl Popper, pensador liberal, chamava-lhe o paradoxo da tolerância – pode uma democracia tolerante acolher o discurso intolerante? Concluía que não: "A tolerância ilimitada leva ao desaparecimento da tolerância. Se estendermos a tolerância ilimitada mesmo aos intolerantes, e se não estivermos preparados para defender a sociedade tolerante do assalto da intolerância, então, os tolerantes serão destruídos e a tolerância com eles."

Hoje, esta não é uma discussão meramente académica. Que se desengane quem pensa que estamos a discutir "opiniões". Os incidentes de violência praticados por grupos ou militantes de extrema-direita têm crescido por toda a Europa na última década. Elementos da extrema-direita assassinaram já uma deputada trabalhista britânica e um eleito local alemão. Na Suécia, na ilha de Utoya, foram assassinados 69 jovens do Partido Trabalhista por um louco inspirado nas teorias conspirativas da "grande substituição", veiculadas pela extrema-direita. Na Alemanha, começou há dias o julgamento de um grupo de direita extremista que planeava nada menos do que um golpe de Estado. Há dias, um candidato alemão social-democrata foi espancado numa ação de campanha para as eleições europeias e houve uma tentativa de assassinato do primeiro-ministro eslovaco.

É por isso que o debate político por cá parece estranhamente ingénuo ou deliberadamente truncado. Invoca-se com *gravitas* a defesa da liberdade de expressão, mas pouco se diz sobre os sinais que se acumulam de que a normalização da extrema-direita é a porta aberta à violência política. Indignam-se contra o policiamento da linguagem, mas parecem não querer ver que não tem sido a esquerda *woke* a tentar silenciar os outros. Há poucas semanas, o lançamento de um livro da direita ultraconservadora, que queria mandar as mulheres de volta para a cozinha, decorreu sem incidentes. Mas vários lançamentos de livros e sessões sobre orientações sexuais e de género, pelo contrário, têm sido invadidos por homens em fúria a silenciar e intimidar os participantes. As deputadas portuguesas contam que na AR são chamadas de "vacas" e que a uma deputada negra dizem "boa noite" em pleno dia. Entra-se nas casas de imigrantes para os espancar e partilham-se vídeos de perseguições e agressões a migrantes nas ruas da cidade. Há espancamentos à luz do dia em ações de campanha da extrema-direita. E o Ministério Público, ainda preocupado com o que João Galamba comeu nos dois almoços que lhe foram pagos, pede a absolvição do polícia que deixou a cara de Cláudia Simões feita num bolo porque ela foi "exagerada". Ontem, sem ironia, um homem aparentemente descompensado lançou uma ameaça de bomba à sede do Chega e foi levado pela PSP para tratamento.

A justificação política da violência gera violência. Se as instituições da democracia não quiserem ver o que temos pela frente, não resistirão à descida aos infernos. Não digam depois que não sabiam.

Investigadora do CES

Opinião
Miguel Romão

“Os Portugueses, esses Turcos!”

O debate público dos últimos dias recordou-me uma passagem que, esperando não estar em erro, creio ter lido num texto de Oliveira Martins (1845-1894), provavelmente no seu *Portugal Contemporâneo*. E onde se dava conta da visão de um historiador inglês oitocentista sobre os Portugueses, a qual teria sido por si lapidarmente exposta nos termos seguintes:

— “Os Portugueses, esses Turcos…!”

Ora, André Ventura é o que é, “histérico e beato, como Portugal inteiro”, já escrevia também Oliveira Martins. Por isso disse a tal frase elegante e cientificamente aprumada – “O aeroporto de Istambul foi construído e operacionalizado em cinco anos, os turcos não são propriamente conhecidos por ser o povo mais trabalhador do mundo”. Assim lavrou o nosso deputado. Por isso e por partilhar afinal da visão xenófoba, preconceituosa e eugénica de muito boa gente, de antes e de agora, com consciência disso ou sem ela. Especialmente quando está em causa a Europa cristã, loura, rica e imperial em comparação com as hordas infiéis, atávicas e sem a tez idealizada que a rodeiam a leste e ao sul.

O medievo parlamentar não ultrapassou ainda o trauma da queda de Constantinopla, é o mais provável. É legítimo. Diz-se que falar sobre o assunto ajuda. Talvez o possa fazer em casa ou com apoio específico. Talvez não no Parlamento.

É certo, concedo, que a Sublime Porta tem um excelente novo aeroporto, adequado desde logo à companhia de aviação com mais ligações internacionais no mundo, precisamente a Turkish Airways. Há sempre a possibilidade de os turcos trabalharem pouco porque estão sempre a viajar.

Mas como se portam, de facto, os turcos quanto a trabalho? Vamos ver os dados, porque eles existem. Medir trabalho significa que é preciso medir pessoas a trabalhar, esse detalhe. E não é que eles comprovam a descoberta fantástica de André Ventura? Os turcos não são dos povos mais trabalhadores do mundo!

Globalmente falando, o pódio é composto pelo Butão (com mais de 54 horas de trabalho por semana em média), pelos Emirados Árabes Unidos e pelo Lesotho, seguindo-se o Qatar, a Libéria, o Líbano, a República do Congo, a Jordânia e o Paquistão (dados da Organização Internacional do Trabalho/Nações Unidas, de 2024). E a Turquia? 43,7 horas, o mesmo resultado que o Botswana! Razão tem o venturoso oráculo, não é mesmo dos povos mais trabalhadores do mundo… Já Portugal – e cubro o rosto de vergonha – é o verdadeiro antro de preguiça e lassidão, com apenas 33,8 horas, mesmo ao lado de outros calaceiros notórios, como a Austrália ou a Suíça. Mas é natural, vive-se por cá de subsídios, longínqua que está a cultura de trabalho do Butão ou da Libéria.

E se pensarmos no *country club* do planeta, como apelidava Hans Rosling, a OCDE, da qual a Turquia é membro fundador, tal como Portugal? Bem, aqui, os mais trabalhadores, de longe, são o México, a Costa Rica e o Chile, este quase a ser apanhado pela Coreia do Sul (dados OECD Stat, 2024). A Turquia nem se aproxima… Mandriões definitivos, esses otomanos. Mas nada que a Cristandade desconhecesse e que agora viesse indignar, em cínica desaprovação.

O medievo parlamentar não ultrapassou ainda o trauma da queda de Constantinopla, é o mais provável. É legítimo. Diz-se que falar sobre o assunto ajuda. Talvez o possa fazer em casa ou com apoio específico. Talvez não no Parlamento.

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Opinião
António Capinha

Portugal é um país, não é uma qualquer associação estudantil!

Parem com isto! Preocupem-se com os problemas do país. Contribuam para as soluções, não arranjem discussões estéreis, ainda por cima, por assuntos de *lana caprina*.

Estes meus desabafos têm a ver com uma opinião, bastante idiota, expressa por André Ventura num debate parlamentar a propósito do novo aeroporto em que aquele disse que “o aeroporto de Istambul foi construído e operacionalizado em cinco anos, e os turcos não são propriamente conhecidos por ser o povo mais trabalhador do mundo”.

Na reação a estas palavras instalou-se a falta de sensatez na bancada parlamentar do PS que vê nelas um discurso de ódio e de racismo. Transformada em polícia do pensamento, a liderança da bancada deu um enorme palco político semanal a uma simples frase de André Ventura, possibilitando-lhe ser ele a marcar a agenda política. E o exagero vai ao ponto de a bancada do PS querer levar o tema à conferência de líderes.

O problema do Partido Socialista é que este perdeu a sua matriz ideológica original. Afastou-se do rumo das suas tradições democráticas e é hoje gerido por gente que não respeita o legado político de Mário Soares.

Os socialistas veem discursos de ódio em todas as frases e racismo ao virar da esquina. Preocupados com a narrativa discursiva do Chega, esquecem que, durante anos, estiveram à frente dos destinos do país e deixaram acumular problemas sociais que hoje, em grande parte, explicam o crescimento de forças populistas.

Durante esta semana, o Parlamento deu uma triste imagem das suas prioridades políticas. Com isso vai-se descredibilizando. Os portugueses seguem espantados as opções de debate político na casa da democracia.

São as instituições que se vão degradando, corroendo-se por dentro, perante o olhar divertido de forças extremistas que, no dia a dia, vão ganhando terreno.

O PS e as forças parlamentares de esquerda querem seguir a lógica dos anteriores presidentes da Assembleia da República, Ferro Rodrigues e Augusto Santos Silva, que estavam numa permanente tensão e guerra narrativa com o Chega. O resultado está à vista com o crescimento para 50 deputados do partido de André Ventura. Como se não houvesse um combate a fazer ao populismo do Chega na fragilidade das suas propostas, como se não existissem fortes argumentos críticos para fazer frente ao crescimento da direita populista na Europa democrática, que não seja sobre uma frase idiota sobre a performance dos trabalhadores turcos.

Enquanto esta *folie* prossegue, assistimos preocupados ao avolumar de problemas. As cidades vão-se enchendo de pobres imigrantes que vivem em barracas nos jardins sem que haja sinal de evolução nos seus processos de integração. O caos e a desorganização são patentes na declaração a que assisti, num momento televisivo, com as palavras de um imigrante. É o *link* para pagamento dos 400 euros exigidos que não abre, originando, ao fim de dez dias, o cancelamento dos pedidos de autorização de residência se o pagamento não for efetivado. São os telefones da AIMA que permanecem mudos sem que haja do outro lado da linha um funcionário que esclareça os pedidos dos imigrantes. São os inúmeros *e-mails* enviados aos serviços da AIMA que ficam por responder. Tudo isto sai da boca de um pobre imigrante chegado a Portugal que, pensava ele, vinha procurar uma nova vida num país desenvolvido e moderno da União Europeia. Uma situação que nos deve envergonhar a todos.

Senhores deputados dos partidos de esquerda parem de se preocupar com a forma. Preocupem-se, antes, com o conteúdo. Cumpram o vosso papel de partidos de oposição. Critiquem, construtivamente, com novas propostas, as medidas, eventualmente, incorretas do Governo. Façam um esforço por obter consensos, por influenciarem no sentido duma governação justa, correta, que resolva os problemas dos portugueses. Não faltam matérias importantes que merecem o contributo dos que vos escolheram como representantes. Dar importância a uma frase idiota de um populista é ainda mais idiota do que a frase que ele disse.

Portugal é um país, não é uma qualquer associação estudantil onde se libertam os excessos da adolescência.

Jornalista

Médicos querem horários semanais de 35 horas e mais dias de férias.

ANDRÉ KOSTERS/LUSA

Sindicatos dos médicos vão exigir aumentos salariais e acordo até final do ano

REUNIÃO O Ministério da Saúde inicia hoje o processo de negociação com os sindicatos médicos, que serão recebidos esta manhã. À partida, ficará definido o protocolo com as questões que estarão em cima da mesa para um possível acordo. As estruturas sindicais dizem que esta reunião é decisiva. "Vamos saber o que a tutela está mesmo disposta a negociar."

TEXTO **ANA MAFALDA INÁCIO**

O anterior Governo levou 19 meses de negociação com os médicos, desde que foi definido um protocolo, numa reunião que levou mais de sete horas para que o Ministério da Saúde, na altura liderado por Marta Temido, aceitasse incluir a discussão da valorização salarial, até 28 de novembro de 2023, quando só um dos sindicatos, o Sindicato Independente dos Médicos (SIM), aceitou o acordo proposto pela tutela de Manuel Pizarro com um só ponto, aumentos da ordem dos 14,6%.

Seis meses depois desta assinatura, e depois de uma primeira reunião para apresentação de cumprimentos após o novo Governo ter tomado posse, os dois sindicatos voltam a sentar-se esta manhã, em horas diferentes, com a ministra Ana Paula Martins, para chegarem a acordo quanto às questões que vão estar no documento que vai selar o protocolo negocial. Por isso mesmo, ambas as estruturas, que disseram ao DN ter enviado já as suas propostas à tutela, assumem que esta reunião "é decisiva", pois vai ficar a saber-se o que "a tutela está, de facto, disposta a negociar e se vai incorporar neste protocolo algumas das soluções que apontamos".

Para ambos os dirigentes, as expectativas são grandes e há algo que querem em cima da mesa desde o início. "Uma negociação célere." O secretário-geral do SIM diz mesmo: "O nosso *timing* é o final do ano. Não aceitamos mais prazos e já o dissemos na primeira reunião." Para Nuno Rodrigues, não faz sentido continuar "a arrastar a discussão de pontos que são consensuais até entre todos os partidos, incluindo o que apoia o Governo".

A FNAM também aposta num acordo rápido e, sobretudo, que neste estejam "acauteladas medidas a médio e longo prazo e não uma política de incentivos". "Sempre defendemos a valorização na base", destaca a presidente, Joana Bordalo e Sá.

A expectativa é grande, mas ambos assumem levar para a reunião de hoje já duas preocupações que têm a ver com as primeiras medidas anunciadas por este ministério. A saber: mais 40% do valor hora para os médicos tarefeiros nas urgências e mais 90% de pagamento nas cirurgias oncológicas para limpar as listas de espera. A líder da FNAM, Joana Bordalo e Sá, defende, e diz que já o disse, que "é uma preocupação, porque o foco das políticas devem ser os médicos dos quadros e medidas que os façam permanecer no Serviço Nacional de Saúde". "Não queremos remendos, os incentivos depois acabam." O secretário-geral do SIM admite que nada tem "contra os incentivos dados aos tarefeiros, desde que quem está nos quadros possa receber o mesmo valor".

Salários, internos, progressão, concursos, 35 horas e férias

E , independentemente do Governo ser outro, a questão da valorização salarial mantém-se como a grande prioridade no novo processo negocial. Tanto a FNAM como o SIM vão exigir os 15% de aumento que faltam ainda para se atingir os 30% reivindicados desde o início da negociação com o anterior Executivo. "Não se trata propriamente de um aumento, é o que falta para repor o poder de compra que os médicos perderam numa década", argumenta Joana Bordalo e Sá. Nuno Rodrigues mantém que é a primeira prioridade: "Sempre dissemos que o acordo com o anterior Governo era intercalar e, antes das eleições, reunimos com todos os partidos com assento parlamentar, que mostraram concordância sobre os salários dos médicos serem baixos. Daí, a necessidade de se concretizar o restante que falta. Não pedimos tudo para amanhã. A nossa proposta prevê que este aumento possa ser implementado nos anos de 2025 e 2026."

Ambos os dirigentes concordam que a vontade de negociar deste Governo será dada a partir deste sinal. "É preciso que a questão salarial de base, e não os incentivos, seja resolvida. Esta continua a ser uma das situações que leva os médicos a sair do SNS, que tem de conseguir competir com os salários do privado e até da emigração", considera a FNAM.

Para esta estrutura, "não é só" a questão salarial que é importante. "As condições de trabalho têm tanto ou mais peso", diz Joana Bordalo e Sá, enumerando o que é mais importante no imediato: "A integração dos internos na carreira médica. São dez mil profissionais dos 31 mil que estão no SNS e uma força real de trabalho do SNS. Têm de ser integrados na carreira." Depois, "a reposição das 35 horas de trabalho semanais". "Neste momento", destaca, "temos colegas que recebem por 35 horas o mesmo que colegas que fazem 40 horas, o que é uma desigualdade enorme entre médicos e é preciso resolver a situação". Esta é uma das reivindicações dos sindicatos e chegou a estar em cima da mesa da anterior negociação, com o ministério de Manuel Pizarro, que admitiu discutir o tema, mas "acabou por ficar em águas de bacalhau com a crise política", sublinha a FNAM.

Segue-se a prioridade da progressão na carreira, "quer horizontal quer vertical". Ou seja, quer através da avaliação pelo sistema para a função pública, que permitiria aos médicos serem avaliados anualmente e progredir dentro da sua categoria profissional, quer por concursos cujas queixas vão para a morosidade que levam até serem efetivados.

Nuno Rodrigues destaca o lado da avaliação horizontal dizendo que "mais de 70% dos médicos do SNS nunca foram avaliados pelo sistema da função pública (SIADAP). "É preciso que a avaliação do desempenho dos médicos seja revista, é tão difícil de implementar que os médicos não são avaliados. E como é que se pode exigir um SNS mais competitivo e eficiente sem avaliar os seus profissionais? Somos a favor desta avaliação, porque, se não existir, os médicos estão anos e anos na mesma categoria profissional sem progredir, o que também é um fator para abandonar o SNS."

Joana Bordalo e Sá realça os concursos. "Agora estão mais céleres, mas, mesmo assim, só ficam efetivados ao fim de quatro anos. Não pode ser", sublinha, defendendo também o aumento de vagas para médicos graduados seniores. "Temos três categorias na carreira, médicos assistente, médico graduado e graduado sénior, mas só uma ínfima minoria chega a sénior o que leva muitos profissionais também a abandonar o SNS, sabem que nunca chegarão ao topo da carreira."

Por fim, a medida que os sindicatos consideram que não envolve custos orçamentais e que tem a ver com a reposição dos 25 dias de férias, que podiam gozar antes da *troika*. Os sindicatos consideram que a possibilidade de poder voltar a gozar mais dias de férias fora das épocas de crise aliviaria as escalas das urgências, sobretudo no verão.

Joana Bordalo e Sá e Nuno Rodrigues estão expectantes quanto a esta negociação, defendendo que o objetivo tem de ser motivar os médicos a ficar no SNS e que, por isso, não pode haver "desigualdades" nem "vários SNS, com Unidades Locais de Saúde com acessos diferentes aos cuidados e com tratamentos aos profissionais diferentes também", remata o secretário-geral do SIM.

Do lado do ministério, nada há a dizer, a não ser que esta primeira reunião servirá para definir o protocolo de negociação.

anamafaldainacio@dn.pt

Rui Moreira admite "um fortíssimo" sentimento de insegurança

PORTO Tráfico e consumo de droga "voltaram em força" à zona da Sé. Autarca diz estar preocupado, mas que pouco pode fazer além de ajudar a Polícia.

O presidente da Câmara do Porto, Rui Moreira, admitiu ontem existir "um fortíssimo" sentimento de insegurança na população relacionado com a toxicodependência, reafirmando a necessidade de o efetivo policial ser reforçado.

"Em termos de proteção e segurança, não podemos fazer coisa nenhuma a não ser ajudar a Polícia em tudo o que nos é solicitado e temo-lo feito", afirmou o autarca, à margem de uma visita à obra de reconversão do antigo Matadouro de Campanhã.

O *Jornal de Notícias* avançou na sua edição de ontem que o tráfico e consumo de droga voltaram "em força" à zona da Sé, no centro histórico da cidade, estando atualmente montada uma "sala de chuto" num dos pátios do antigo mercado de S. Sebastião.

Questionado sobre o assunto, Rui Moreira admitiu estar preocupado e disse também ter recebido, na quarta-feira à tarde, a associação de moradores do Pinheiro Manso, na zona de Ramalde, que estão igualmente preocupados com a segurança naquela zona.

"Se fosse apenas na cidade do Porto, a situação era relativamente fácil de resolver, o problema da insegurança não é apenas da cidade do Porto, é um problema europeu e nacional. Lisboa está com os mesmos problemas. Estamos neste momento com um fortíssimo problema que é o sentimento das pessoas de insegurança", afirmou.

Dizendo entender que a população gostaria que "pudesse tomar outras iniciativas", Rui Moreira disse que o município apenas pode colaborar com a PSP e alertar para a necessidade da visibilidade da Polícia, recordando a conferência de imprensa que realizou há cerca de uma semana com o seu homólogo de Lisboa, Carlos Moedas.

> Presidente da câmara diz não ter recebido qualquer resposta do Governo ao apelo para um reforço policial na cidade.

Questionado se tinha recebido alguma resposta do Governo relativamente ao apelo feito para a necessidade de existir um reforço policial, Rui Moreira afirmou que, "para já, ainda não".

O autarca disse, no entanto, não estar interessado em "audições com o Governo, para dizerem que estão a pensar no assunto", mas ver concretizadas "soluções objetivas", como o reforço policial.

DN/LUSA

Entre a pressão do turismo e o desinteresse político

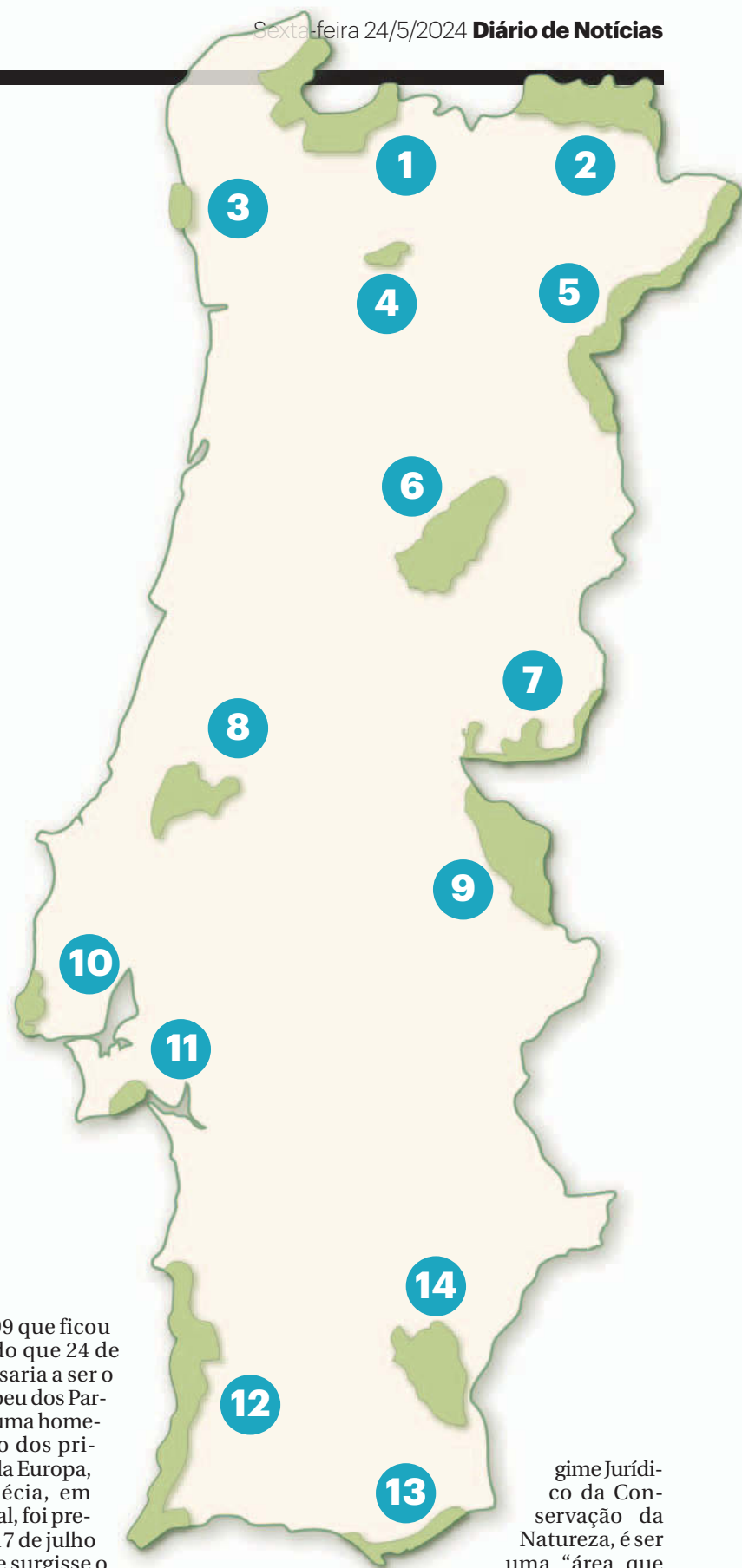
PARQUES NATURAIS Existem 13 zonas em Portugal continental classificadas como parques naturais. Na opinião de ambientalistas, a aposta deve ser nos que já existem, admitindo o alargamento de alguns, e não criar novos. Sudoeste Alentejano, Ria Formosa e Arrábida estão entre os que mais preocupam.

TEXTO **ANA MEIRELES**

Foi em 1999 que ficou estipulado que 24 de maio passaria a ser o Dia Europeu dos Parques Naturais, numa homenagem à criação dos primeiros parques da Europa, nascidos na Suécia, em 1909. Em Portugal, foi preciso esperar até 17 de julho de 1976 para que surgisse o Parque Natural da Serra da Estrela, o mais antigo e também a maior área protegida do país. Atualmente, em Portugal Continental, existem 13 áreas classificadas pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) como parques naturais. A região Norte, com quatro, é mais representada, seguindo-se Lisboa e Vale do Tejo (três), Centro, Alentejo e Algarve (com dois cada).

No nosso país existem várias categorias de áreas protegidas e que vão desde Parque Nacional – existe apenas um, o Peneda-Gerês –, Reserva Natural (como as Berlengas ou o Estuário do Tejo), Paisagem Protegida (são duas, a arriba fóssil da Costa de Caparica e a Serra do Açor), Monumento Natural (como as Portas de Ródão ou o Cabo Mondego) e, finalmente, os Parques Naturais. No total, as áreas protegidas portuguesas ocupam cerca de 9% do território nacional. O que define um parque natural, de acordo com o Regime Jurídico da Conservação da Natureza, é ser uma "área que contenha predominantemente ecossistemas naturais ou seminaturais, onde a preservação da biodiversidade a longo prazo possa depender de atividade humana, assegurando um fluxo sustentável de produtos naturais e de serviços", sendo que a sua classificação como tal tem como objetivo "a proteção dos valores naturais existentes, contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação". Entre estas medidas estão "a promoção de práticas de maneio que assegurem a conservação dos elementos da biodiversidade, a criação de oportunidades para a promoção de atividades de recreio e lazer, que no seu caráter e magnitude estejam em consonância com a manutenção dos atributos e qualidades da área e a promoção de atividades que constituam vias alternativas de desenvolvimento local sustentável".

13

14

Parques Naturais

1 Parque Nacional Peneda-Gerês
2 Montesinho
3 Litoral-Norte
4 Alvão
5 Douro Internacional
6 Serra da Estrela
7 Tejo Internacional
8 Serra de Aire e Candeeiros
9 Serra de São Mamede
10 Sintra-Cascais
11 Arrábida
12 Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
13 Ria Formosa
14 Vale do Guadiana

Linguagem jurídica à parte, e segundo Paulo Lucas, coordenador da área da Biodiversidade da associação ambientalista Zero, "nos últimos anos tem havido um desinteresse da política pública relativamente à conservação dos parques naturais". "Há aqui uma lógica de um olhar muito central na chamada valorização, que tem muito a ver com as questões da valorização turística dessas áreas, o que não é necessariamente mau, mas os nossos autarcas continuam a ter uma visão destes espaços muito virada para turistas. E isso traz um conjunto de problemas, de pressões sobre estas áreas, e muito do investimento que está a ser feito, nomeadamente com dinheiros do Fundo Ambiental, está a ser canalizado para este tipo de atividades, de promoção turística, de promoção de festividades, e outras coisas do género. O que nós precisávamos era de ter uma política de restauro dos nossos *habitats* e de recuperação das nossas espécies", prossegue.

"Muitos parques naturais já têm os seus planos de gestão, outros não têm ainda, mas independentemente de terem ou não, a questão é que. muitas vezes, na prática, esses planos não são aplicados e acaba por haver uma subjugação, digamos assim, a alguns interesses conforme as regiões", acrescenta Alexandra Azevedo, presidente da Quercus, dando como exemplos o caso da monocultura do eucalipto e a exploração de pedreiras. No que diz respeito à gestão, esta semana foi anunciado pelo ICNF que ficaram concluídos os planos de cogestão nas cinco áreas protegidas do Norte, após um processo de dois anos – o Parque Nacional da Peneda-Gerês e os parques naturais do Douro Internacional, de Montesinho, do Alvão e Litoral-Norte.

Na opinião destes dois ambientalistas, existem parques naturais mais pressionados por estas ameaças, como o Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, a Arrábida ou a Serra da Estrela, mas não só. "Tudo o que seja litoral está, neste momento, fortemente pressionado. Há um problema de pressão do turismo e agricultura intensiva no Sudoeste Alentejano. Na Ria Formosa há um excesso de ocupação turística – já devíamos estar a renaturalizar aquele ecossistema lacunar todo para ele ficar mais produtivo e protegido. Temos também problemas na Arrábida, com projetos imobiliários turísticos e pedreiras em grande dinâmica. E Sintra-Cascais é uma zona complicada, com muita gente à volta", enumera Paulo Lucas. "Há também a questão das estradas no Montesinho, em que vai haver um investimento no acesso a Espanha. E a própria Serra da Estrela tem pressões para se construir ali a barragem das Cortes e de haver outros investimentos para mais barragens", acrescenta o representante da Zero.

4

Regiões O Norte é a região do país com mais parques naturais – Alvão, Montesinho, Litoral-Norte e Douro Internacional. Segue-se Lisboa e Vale do Tejo (3), Centro, Alentejo e Algarve, com dois cada.

13+1

Total Existem em Portugal Continental 13 áreas com a classificação de parque natural atribuída pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e que vão desde o Alvão ao Vale do Guadiana. Existe ainda um Parque Nacional (Peneda-Gerês).

Falando ainda da Serra da Estrela, Alexandra Azevedo recorda o incêndio de agosto de 2022, que devastou 28 mil hectares na região, 25% dentro do parque natural, "e cujas proporções gigantescas tiveram exatamente a ver com o tipo de coberto e de gestão que são feitos no parque". "O pinheiro ocupa uma grande área e, a seguir ao incêndio, o que vai acontecer é favorecer a regeneração de giestal, por exemplo, e de urzais, que são espécies que ardem com ainda mais facilidade, e assim começa a gerar-se um ciclo vicioso", alerta a presidente da Quercus.

Do lado oposto estão parques naturais que podem ser vistos como exemplos a seguir, como o Tejo Internacional e o Douro Internacional, mas também o Vale do Guadiana, "onde há um fortíssimo investimento de proteção do lince ibérico, proteção de grande predadores como águias, mas também aves necrófagas como os abutres", refere Paulo Lucas, sublinhando que "estes parques lançam-nos uma esperança sobre aquilo que está a ser feito em Portugal Continental".

Quanto à possibilidade de o nosso país ter mais parques naturais, os dois ambientalistas são unânimes em defender que "é preferível fazer uma aposta prioritária nas áreas que já existem, quando as que já temos não estão a ser bem geridas", como diz a presidente da Quercus, com o coordenador para a Biodiversidade da Zero a sublinhar que "temos necessidade de alargar parques naturais e de mais parques naturais marinhos", lembrando que recentemente foi classificado o Parque Natural Marinho do Recife do Algarve-Pedra do Valado. Quanto aos terrestres, a aposta é no alargamento nos parques naturais do Vale do Guadiana, do Tejo Internacional, mas também da Serra de Aires e Candeeiros. "Este último já tem acordo com as autarquias, por isso é simples de resolver, e podia avançar imediatamente. É um alargamento a leste do parque, à zona da ribeira da Bezelga, concelhos de Torres Novas e Ourém, e, pelo que nos é transmitido, há consenso", refere Paulo Lucas.

ana.meireles@dn.pt

P&R
Curiosidades naturais

Qual é o parque natural mais antigo do país? E o mais recente?
O mais antigo do país é o Parque Natural da Serra da Estrela, criado a 17 de julho de 1976, batendo em longevidade o da Arrábida por apenas 11 dias. O mais recente é o do Litoral-Norte, que viu o seu estatuto de parque natural oficializado a 21 de julho de 2005. De referir ainda que o Litoral-Norte possui o cordão de dunas atlânticas mais extenso e melhor conservado do norte do país.

E em termos de dimensão, qual é o maior e o menor?
A maior área protegida do país é a Serra da Estrela, com mais de 89 mil hectares. Do lado oposto encontra-se o Parque Nacional do Alvão, com 7238 hectares.

Existem parques naturais que, além de área terrestre, também têm área marinha?
Sim, os parques do Litoral-Norte, da Arrábida e do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Este último é o que possui a maior área marinha, quase 29 mil hectares.

Há um parque natural que se distingue pelos répteis. Qual é?
O Parque Natural da Serra de São Mamede é a zona do país com maior número de espécies de anfíbios e répteis – das 17 espécies de anfíbios da fauna portuguesa, 14 existem aqui. Destes destacam-se o lagarto-de-água, o sapo-parteiro-ibérico, o tritão-ibérico e cágados.

Há um local particularmente importante para os peixes?
A bacia hidrográfica do Guadiana é a mais importante em Portugal para a conservação de peixes de águas interiores, representados por 11 espécies de peixes nativos e residentes, destacando-se o saramugo, a boga-do-guadiana, o barbo-de-cabeça-pequena e o caboz-de-água-doce. Este é também um importante local de reprodução ou crescimento para quatro espécies de peixes migradores: lampreia, sável, savelha e enguia-europeia.

Nas regiões autónomas também existem parques naturais?
Os Açores têm um parque natural por cada ilha, ou seja, um total de nove, todos criados entre 2008 e 2011, e que integram as áreas protegidas terrestres e áreas marinhas situadas até ao limite exterior do mar territorial contíguo à ilha. Na Madeira, existe o Parque Natural da Madeira, criado em 1982, e que abrange cerca de dois terços da ilha, englobando áreas como a floresta laurissilva, as reservas naturais das ilhas Desertas e das ilhas Selvagens.

GERARDO SANTOS / GLOBAL IMAGENSGERARDO SANTOS / GLOBAL IMAGENS

Estudo mostra que há 10,5 biliões de euros de faturas e créditos em atraso na Europa.

Prazo médio de pagamento das empresas agravou-se para 60 dias

DÍVIDAS Embora Portugal esteja abaixo da média europeia, o prazo é o dobro do pretendido por Bruxelas, que quer mexer na legislação. Setor público leva 68 dias em média a liquidar faturas.

TEXTO **ILÍDIA PINTO**

O prazo médio de pagamento de faturas entre empresas em Portugal está nos 60 dias, mais quatro do que no ano passado. Mesmo assim, abaixo da média europeia que está nos 62 dias. Já o setor público leva cerca de 68 dias a pagar o que deve, um número que baixou – no ano passado era de 70 –, mas que, mesmo assim, é mais do dobro dos 30 dias que a Europa pretende implementar como prazo máximo na diretiva europeia de pagamentos. A Intrum, empresa da área dos serviços de gestão de crédito, estima que haja 10,5 biliões de euros em faturas e empréstimos por pagar em toda a Europa. Uma quantia "exorbitante, quase o equivalente à soma do PIB de França, Alemanha e Reino Unido", destaca.

Os dados são do estudo *European Payment Report 2024*, estudo anual da Intrum que recolheu informações de mais de nove mil empresas em 25 países europeus , para concluir que 12% dos inquiridos assumem que as perdas por dívidas incobráveis "reduziram a sua capacidade de investir". Além disso, gastam, em média, 10,45 horas por semana a tentar recuperar pagamentos em atraso, o que, apesar de representar um ligeiro decréscimo face às 10,47 horas referidas na edição do ano passado, totaliza, ainda assim, "mais de um quarto do ano de trabalho: 73 dias úteis", realça o estudo.

No caso português, esse prazo é de 10,27 horas por semana, cerca de 30 minutos a menos do que o ano passado, mas ainda assim, "o tempo e os recursos que as empresas deixam de alocar à sua atividade principal para recuperar pagamentos em atraso é preocupante", defende o diretor-geral da Intrum Portugal. Para Luís Salvaterra, "é imperativo erradicar a cultura do 'pagar e morrer, quanto mais tarde melhor'". E lembra que as empresas têm ao seu dispor "vários instrumentos" para minimizar o impacto negativo causado por esta situação, nomeadamente legislação que penaliza quem não paga nos prazos, mas reconhece que a sua aplicação "ainda é muito reduzida".

> *"Os atrasos do setor público e das grandes empresas têm grande impacto nas PME. Em última análise, são uma ameaça à sua sobrevivência."*
>
> **Luís Salvaterra**
> Diretor-geral da Intrum Portugal

Este responsável aponta as "repercussões significativas" que os atrasos têm na saúde financeira das empresas, sublinhando que "quando os clientes não pagam a tempo, as empresas enfrentam dificuldades em honrar os seus próprios compromissos financeiros com fornecedores, funcionários e outras despesas operacionais, situação que pode conduzir à necessidade de recorrer ao crédito para cobrir as necessidades de tesouraria, implicando custos adicionais com juros". Além disso, podem limitar a capacidade de investimento, de expansão ou de entrada em novos mercados. "Os atrasos de pagamento são, em última análise, uma ameaça à sobrevivência das empresas", diz. Apesar de tudo, o estudo da Intrum mostra que 60% das empresas portuguesas consideram como prioridade estratégica para 2024 melhorar as suas práticas, para garantir pagamentos atempados. Mas há 18% de inquiridos portugueses a referir que vão solicitar prazos mais longos. A nível europeu, 34% das empresas inquiridas assumiram que há uma maior probabilidade de solicitarem prazos mais longos aos seus fornecedores ou de pagarem mais tarde do que o acordado. Para 41% dos inquiridos, os tempos são de corte nos custos, sendo que 20% assumem que serão "mais cautelosos" na assunção de compromissos financeiros e 15% planeiam reduzir o recrutamento.

"O ambiente de incerteza dos últimos anos provocado por sucessivas crises – pandemia, guerra, inflação, elevadas taxas de juro –, tem dificultado o retorno à normalidade para muitas empresas", admite o diretor-geral da Intrum Portugal, que aponta o dedo aos tribunais. "A morosidade associada à obtenção de pagamentos pela via legal é também uma das razões que suporta este ciclo vicioso de deixar arrastar as faturas no tempo".

Esta não é uma situação nova. Aliás, em 2008, o Governo liderado por José Sócrates aprovou, em Conselho de Ministros, o programa "Pagar a Tempo e Horas", com o objetivo de assegurar a redução dos prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços a entidades públicas. O programa previa uma política de monitorização, e de reporte trimestral, dos prazos médios superiores a 90, 60 e 30 dias. Já no debate sobre o Programa do Governo da AD, em abril passado, Luís Montenegro prometeu "lançar em breve um programa para colocar o Estado a pagar a 30 dias". Na altura especificou que, numa primeira fase, a ideia é criar uma conta-corrente entre a Autoridade Tributária e as empresas de modo a agilizar os pagamentos aos fornecedores. Depois, a medida será alargada a toda a administração central, assegurou.

A situação é uma preocupação também das instâncias comunitárias. Em setembro, a Comissão Europeia propôs uma revisão da diretiva sobre os atrasos de pagamentos, estabelecendo um prazo máximo de 30 dias para liquidação das faturas. Na apresentação da sua proposta, a Comissão explicou que uma em cada quatro falências se deve a atrasos nos pagamentos. Da parte do Parlamento Europeu, a questão também merece preocupação, mas foi considerado que, a par da limitação do prazo de pagamento a 30 dias, deveria ser "concedida flexibilidade às empresas para que possam beneficiar da liberdade contratual e negociar um prazo mais longo, quando tal seja necessário". Uma questão que ficará para decisão dos futuros eurodeputados, na sequência das eleições europeias de 9 de junho.

GUARDA COSTEIRA DE TAIWAN/AFP

Um elemento das forças armadas de Taiwan vigia um navio militar chinês que navega ao largo da costa norte da ilha.

Novo presidente vale a Taipé "punição severa" de Pequim

TENSÃO Regime comunista responde à chegada de Lai Ching-te ao poder em Taiwan com pugilato metafórico e dois dias de manobras militares em redor da ilha.

TEXTO **CÉSAR AVÓ**

O novo presidente de Taiwan, em funções desde segunda-feira, começa o mandato com um teste de fogo: dois dias de exercícios militares da República Popular da China em redor da ilha, como "punição severa dos atos separatistas das forças independentistas de Taiwan", segundo palavras do porta-voz do exército chinês. O Ministério da Defesa de Taiwan disse ter detetado 49 aviões chineses durante o primeiro dia das manobras de Pequim, "dos quais 35 cruzaram a linha mediana", em referência à linha que divide o estreito da Formosa, entre a ilha e a China continental.

A resposta à tomada de posse de alguém que Pequim considera um "perigoso separatista" não se fica pelos exercícios militares, complementa-se pela violência verbal. O porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Wang Wenbin, disse que os independentistas de Taiwan ficarão "com a cabeça partida e o sangue a jorrar depois de colidirem com a grande tendência da China para alcançar a unificação completa".

No discurso da cerimónia de tomada de posse, na segunda-feira, Lai Ching-te, também conhecido como William Lai, apelou para que a China "acabe com a intimidação política e militar contra Taiwan" e mantenha "a paz e a estabilidade no estreito da Formosa e na região". Aos 64 anos, Lai Ching-te, médico de formação, sucede a Tsai Ing-wen num inédito terceiro mandato consecutivo do Partido Democrático Progressista (PDP). As relações têm vindo a piorar entre Pequim, que defende o princípio de Uma só China, e reiterando a ameaça da unificação pela força, e Taipé, que deseja pelo menos manter o *statu quo* de democracia autogovernada. No passado, Lai defendia a independência da ilha que recebeu em 1949 o nacionalista Chiang Kai-shek, fugido do nascente regime comunista. Mais recentemente, o ex-primeiro-ministro e ex-vice-presidente moderou a linguagem, mas ainda assim, afirmar que Taiwan "já é independente" e não precisa se declarar formalmente separada da China é inaceitável aos olhos do regime de Pequim.

"Perante os desafios e ameaças externos, continuaremos a defender os valores da liberdade e da democracia e a salvaguardar a paz e a estabilidade na região."

Lai Ching-te
Presidente de Taiwan

"A independência de Taiwan e a paz no estreito são como água e fogo", comentou o governo chinês antes da tomada de posse de Lai, à qual assistiram dignitários de mais de 40 países, entre os quais oito chefes de Estado dos 12 países que reconhecem a República da China em vez da República Popular da China, mas também, por exemplo, EUA (uma delegação que incluía o ex-secretário de Estado Mike Pompeo) ou Japão (uma delegação de 30 deputados). O embaixador chinês no Japão, Wu Jianghao, também recorreu a imagens sugestivas para mostrar a irritação pelo facto de Tóquio se ter representado na cerimónia. "Se o Japão se atrelar à carruagem da divisão da China, o povo japonês será conduzido a um poço de fogo."

"O comportamento escandaloso de Lai Ching-te e de outros que traem a nação e os seus antepassados é vergonhoso. Todos os separatistas da independência de Taiwan serão pregados ao pilar da vergonha da história."

Wang Yi
Ministro dos Negócios Estrangeiros da China

Para os EUA foram reservadas duas iniciativas: sanções ao ex-representante Mike Gallagher, que em fevereiro chefiou uma delegação bipartidária a Taiwan; e sobretudo um comentário em que Pequim mostrou a sua "profunda insatisfação", e dirigido ao secretário de Estado, Antony Blinken, por ter felicitado Lai Ching-te. "A questão de Taiwan é o cerne dos interesses fundamentais da China e a primeira linha vermelha intransponível nas relações entre a China e os Estados Unidos. Exortamos os EUA a corrigir imediatamente os seus erros", declarou Wang Wenbin. Sinal claro da "parceria estratégica" sino-russa, a seu lado posicionou-se a Rússia, cujo presidente Putin visitou o homólogo chinês na semana passada, a segunda vez em meio ano. "Verificamos que Washington e os seus satélites continuam a agravar a situação no estreito da Formosa, a minar propositadamente a estabilidade e a segurança na região da Ásia-Pacífico e a impedir a unificação pacífica da China", comentou a porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Maria Zakharova.

As tensões também passam pelo Parlamento de Taipé, onde o PDP perdeu a maioria e os outros dois partidos se uniram para tentar introduzir reformas para este órgão ser reforçado em poderes. A jogada foi denunciada pelo PDP, que a comparou à Assembleia Nacional Popular de Pequim, já depois de na sexta-feira deputados se terem envolvido numa rixa.

cesar.avo@dn.pt

Ursula von der Leyen e os outros quatro candidatos à liderança da Comissão Europeia.

KENZO TRIBOUILLARD / AFP

Gastos em defesa europeia acendem o debate entre os *spitzenkandidaten*

COMISSÃO EUROPEIA No debate alargado em Bruxelas, falou-se de emprego, economia, clima, democracia, migração e tecnologia, sempre com o combate à extrema-direita como pano de fundo.

TEXTO **JOÃO FRANCISCO GUERREIRO,** BRUXELAS

Os candidatos à liderança da Comissão Europeia trocaram ontem as ideias que propõem para a Europa, num debate, em Bruxelas, que contou com a participação de jovens eleitores, que se juntaram em direto a partir das capitais europeias.

A partir da Polónia, duas jovens criadoras de conteúdos *online* questionaram o candidato dos socialistas europeus, Nicolas Schmidt, sobre a justificação do apoio à Ucrânia e os gastos militares, em detrimento de políticas sociais. "Eu preferiria não investir tanto dinheiro em Defesa ou em ajudar os ucranianos, mas nós não escolhemos a guerra, não escolhemos as ameaças vindas da Rússia e do regime fascista em Moscovo", respondeu Schmidt, para quem "é absolutamente importante para a nossa segurança [e] para ter uma vida livre e proteger os nossos valores, investir em defesa". Porém, salientou Schmidt, "isso não significa que não devamos investir na nossa coesão social".

O tema apareceu por várias vezes no debate. O candidato da esquerda, o austríaco Walter Baier lamentou gastos em Defesa demasiado elevados. "Infelizmente, só podemos gastar um euro uma vez. E agora sei que a NATO já gasta 1,3 biliões de euros em Defesa. Isto é três vezes mais do que China e Rússia juntas. Os países europeus da NATO gastam duas vezes mais em Defesa do que a Rússia", afirmou Baier, que defendeu o investimento em "habitações", apelando à moderação na despesa militar, incluindo no apoio à Ucrânia.

A resposta não tardou, pelo candidato dos socialistas europeus, Nicolas Schmidt: "Ouço esses números a toda a hora, quanto gastamos e quanto os russos gastam, mas tem de olhar para o que acontece todas as noites no céu da Ucrânia."

"Bombardeiam crianças, bombardeiam hospitais, bombardeiam instituições civis e casas. Você veio focar um ponto importante sobre habitação. Eles estão a destruir casas todos os dias na Ucrânia e, se não apoiarmos a Ucrânia de forma corajosa, bem sabemos que os russos estarão diretamente nas nossas", reforçou Schmidt.

O financiamento dos gastos militares foi tópico abordado pelo candidato dos liberais, o italiano Sandro Gozi, que sugere o "desenvolvimento de uma indústria de Defesa europeia", propondo "um plano de 100 mil milhões de euros para reforçar" o sexto "com uma dívida conjunta".

No entanto, salientou que "não há segurança real sem mais cultura e educação". Por essa razão, propõe que, "para cada euro que se gasta em Defesa, deve-se adicionar um euro para educação, cultura e conhecimento".

A candidata dos verdes considera que é preciso reformar a tomada de decisões na União Europeia, "acabando com a regra da unanimidade", nas questões de política externa e defesa. Além do mais, entende que há margem para uma participação mais colaborativa para os Estados-Membros "trabalharem juntos quando se trata de aquisições, quando se trata de investigação e desenvolvimento", no domínio da Defesa, "porque neste momento, na União Europeia, ainda temos demasiados projetos focados apenas a nível nacional", salientou, considerando que esta seria uma forma de tornar "eficiente o gasto de dinheiro dos contribuintes".

Também defensora do reforço do investimento em segurança, a candidata do PPE, Ursula von der Leyen, propõe "mais colaboração" na Defesa. "Temos de garantir que acaba a fragmentação que temos na União Europeia e que temos projetos europeus comuns."

Como exemplo, sugere "um escudo de defesa aérea para toda a Europa", segundo as propostas dos governos da Grécia e da Polónia. "É um projeto em que todos os europeus poderiam dizer: sim, pegamos no dinheiro e investimos, [mas] isto protege toda a Europa", concluiu.

Cinco detenções na purga à liderança militar russa

GUERRA Kremlin nega que haja uma campanha de perseguição em curso, depois de também ter sido substituído o ministro da Defesa.

A Rússia deteve ontem mais um alto oficial do Ministério da Defesa, Vladimir Verteletsky, acusado de "abuso de poder". No espaço de apenas um mês esta é já a quinta baixa na liderança militar, nesta purga que envolveu também a saída do ministro da Defesa, Serguei Shoigu – substituído pelo economista Andrei Belousov.

O Kremlin nega contudo que haja uma campanha de perseguição em curso, em plena guerra na Ucrânia. "A luta contra a corrupção é um trabalho contínuo, não é uma campanha", disse o porta-voz da presidência, Dmitri Peskov.

O último alvo foi o responsável pelo departamento que garante o cumprimento das ordens do Estado dentro do Ministério da Defesa. Na quarta-feira, tinha sido o subchefe do Estado-Maior para as Comunicações, o general Vadim Shamarin, a ser detido, acusado de "ter aceitado um suborno particularmente importante". Entre 2016 e 2023 terá recebido pelo menos 360 milhões de euros de uma fábrica que produz equipamento de comunicações.

A purga começou a 23 de abril, quando o vice-ministro da Defesa, Timur Ivanov, foi detido por suspeitas de receber subornos. Desde então, também foram presos o tenente-general Yuri Kuznetsov, responsável de pessoal do Ministério da Defesa, e o major-general Ivan Popov, antigo comandante do 58.º exército que tinha questionado o número elevado de baixas militares russas. Foi detido por suspeitas de fraude.

S.S. COM AGÊNCIAS

Reconhecer a Palestina terá "consequências graves"

ISRAEL Embaixadores de Espanha, Noruega e Irlanda foram "repreendidos". Embaixada em Portugal lamenta "perseguição" a convidados.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros israelita avisou ontem os embaixadores da Espanha, Noruega e Irlanda que o reconhecimento do Estado do Palestiniano terá "consequências graves". Malta e a Eslovénia também já indicaram que podem dar esse passo em breve. "Haverá consequências graves para as relações com estes países na sequência da sua decisão", disse o porta-voz, num comunicado divulgado após o encontro com os três embaixadores, que foram convocados para serem "repreendidos" um dia após o anúncio da decisão de reconhecer o Estado da Palestina a partir de 28 de maio.

Na quarta-feira, por causa dessa decisão, o ministro das Finanças israelita, Bezalel Smotrich, ameaçou cortar as transferências de fundos para a Autoridade Palestiniana, que são mediadas pela Noruega – ao abrigo dos acordos de Oslo.

A secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, disse temer "uma crise humanitária" se Israel concretizar a ameaça de negar aos bancos palestinianos o acesso ao seu próprio sistema bancário, bloqueando assim transações vitais na Cisjordânia ocupada.

Entretanto, a embaixada israelita em Portugal lamentou que os convidados das celebrações do 76.º aniversário da fundação de Israel, que decorreram na quarta-feira à noite no Cinema São Jorge, em Lisboa, tenham sido "perseguidos, ameaçados e injuriados". Em comunicado, indicou que a cerimónia foi feita num espírito de "paz, amor e inclusão", ao contrário dos protestos no exterior do edifício.

DN/LUSA

Opinião
Raúl M. Braga Pires

Amina Bouayach, Prémio Norte-Sul 2023

Foi com surpresa que reencontrei Amina Bouayach na terça passada, nas boas-vindas da Embaixada de Marrocos à galardoada. Acompanhei de perto o seu trabalho entre 2011/2014, durante o meu "momento de residente primaveril" em Rabat! As associações de direitos humanos em Marrocos constituíram aliás dois pilares importantes durante o processo da Primavera Árabe em Marrocos, sobretudo na manutenção dos equilíbrios. Porquê? Porque se, por um lado, serviram de "chapéu-de-chuva federador" de todas as associações desirmanadas umas das outras e sem força, por outro, foram "consciências das linhas vermelhas" que balizaram todo o processo.

Amina Bouayach faz parte deste mecanismo de "freios e contrapesos" que, no seu caso particular, à frente do Conselho Nacional de Direitos Humanos de Marrocos, tem uma abordagem particular, em três fases. A primeira, já referida, baseia-se na dinâmica da interacção entre organizações não-governamentais, Estado e actores institucionais. No fundo, esta primeira fase equivale à "terapia de grupo dos povos de tradição oral", onde a "palavra solta na assembleia" é garante de equidade! A segunda fase é, digamos, "profundamente islâmica", já que procura o "consenso impossível", donde decorre a discussão escatológica que cansa e conforta e donde resulta uma redundância, o "consenso geral", que mais não é "a maioria que pula e avança"! Por fim, a abordagem inclusiva de Tânger a Lagouira, do interior ao Atlântico, no desafio dos direitos da Mulher e da abolição da pena de morte, princípios básicos para um desejado desenvolvimento civilizacional, que verá frutos de bem-estar e conforto, já que a equidade também alavanca o económico.

Por isso mesmo, o embaixador de Marrocos, Othmane Bahnini, disse, no seu discurso, "o meu país tomou como opção o respeito pelos direitos humanos", desde já um legado a celebrar em Julho, por ocasião dos 25 anos de reinado de Mohamed VI. Tudo leva o seu tempo e as mentalidades nunca se mudam por decreto! Este marca um limite e o exemplo dos últimos anos foi a reforma/revisão do artigo 475.º do Código Penal, no permanente debate que a Primavera Árabe proporcionou, para alinhamentos e "consensos gerais". Este artigo, relativo à violação, abuso, assédio sexual e perda-de-virgindade, viu o Parlamento abolir por unanimidade (Jan. 2014), a segunda alínea do mesmo, a qual ilibava o violador, caso este se disponibilizasse a casar com a vítima! Este anacrónico ónus duplo sobre A Mulher, foi uma das bandeiras levantadas por Amina Bouayach, na "janela de contestação mais lata" que a Primavera de 2011 abriu. Após a discussão, esboço e aprovação da nova Constituição, havia que continuar uma "correcção de tiro" que transporta Marrocos definitivamente para o século XXI. O mote estava dado e demais artigos (486.º a 496.º) do mesmo código foram questionados e debatidos, já que "entravam na cama com o súbdito", relativamente ao concubinato e respectivas definições do que é forçado e do que é opcional, às liberdades individuais e ao direito à privacidade, bem como das respectivas penas a aplicar. Tudo revisto, tudo expurgado e actualizado com o calendário gregoriano!

Neste capítulo, dos direitos humanos e da política, "o relvado nunca fica completamente podado", imagem que ilustra um trabalho sem-fim, sempre com avanços e recuos. Parabenizamos uma amiga conhecida na agitação do momento em que tudo o que foi descrito no texto estava a acontecer, desejando-lhe energia extra para o que ainda está por vir. Bon courage, cher Amina. Mabrook, Mabrook, Mabrook!

No capítulo dos direitos humanos e da política "o relvado nunca fica completamente podado", imagem que ilustra um trabalho sem-fim, sempre com avanços e recuos.

Politólogo/arabista www.maghreb-machrek.pt
Escreve de acordo c om a antiga ortografia

Opinião
Victor Ângelo

Do Tribunal Penal Internacional à construção da paz

A violência que tem estado a destruir a Faixa de Gaza e o agravamento do conflito entre israelitas e palestinianos empurraram a crise ucraniana para as margens da atenção internacional. Para nós, europeus, isto é preocupante. A nossa prioridade tem de ser a defesa da Ucrânia.

Reconhecemos, todavia, a gravidade da situação que tem Gaza como centro das preocupações, incluindo o impacto problemático que a resposta desmesurada de Israel tem sobre dimensões importantes da cena mundial. Por exemplo, sobre o papel da ONU, que, apesar de desempenhar funções humanitárias de grande relevância, Israel tem repetidamente procurado enxovalhar. Ou ainda, por permitir projetar uma imagem negativa sobre certos Estados que pertencem ao nosso espaço geopolítico e que são vistos pelo resto do mundo como apoiantes incondicionais das opções israelitas e alheios à sorte e ao futuro do povo da Palestina. Também por mostrar a incoerência da política americana: toda a retórica sobre a defesa dos valores universais e os direitos humanos é depressa esquecida quando a obrigação seria encontrar um equilíbrio entre Israel e a Palestina.

Aliás, surge aqui uma outra questão, igualmente relacionada com os EUA e que é vital para a Europa democrática: em caso de crise grave, podem os europeus contar a cem por cento com o apoio norte-americano? Washington demorou seis meses, por questões de *lana caprina* interna, para aprovar um novo pacote de assistência à Ucrânia, pondo assim em risco a defesa legítima desse país e, na realidade, a nossa própria defesa. Pode haver confiança quando o principal parceiro da Aliança tem uma política interna incongruente e fragilizada? Dir-se-ia que Emmanuel Macron e outros têm razão quando lutam por uma Europa mais integrada e capaz de tratar da sua própria defesa. Algo que há muitos anos já Charles de Gaulle defendia. Os últimos tempos mostraram que os EUA pensam acima de tudo na proteção de Israel e numa rivalidade muito séria com a China. O resto é-lhes relativamente secundário.

Apesar de tudo, a crise de Gaza trouxe-nos esta semana um desenvolvimento indubitavelmente encorajador. Karim Khan, o britânico que é procurador do Tribunal Penal Internacional, lembrou-nos verdades basilares: a primeira, que existem regras internacionais que devem ser respeitadas, em caso de conflito; a segunda, que a arquitetura institucional em que assentam as Nações Unidas não pode ser ignorada. E uma terceira, particularmente importante. O TPI não foi estabelecido apenas para julgar líderes de África, do Terceiro Mundo ou de ditaduras. É uma instituição que deve funcionar quando os aparelhos de justiça de um qualquer Estado, por muito poderoso ou desenvolvido que seja, se revelem incapazes de sancionar as personalidades nacionais que tenham cometido crimes de guerra ou contra a humanidade, de exterminação de civis, de tortura, de violência sexual num quadro de conflito, ou qualquer outro ato de crueldade.

Participei, no final da década de 1990, em discussões que levaram ao Estatuto de Roma e à criação do TPI. E já nessa altura foi preciso frisar o caráter universal do Tribunal e combater certas posições eurocêntricas e de pretensa superioridade e isenção dos nossos sistemas de administração de justiça. Essa pretensão levou certos países a não aceitar ratificar o Estatuto de Roma, nem aceder ao TPI, em funções desde 2002.

Cabe agora ao coletivo de juízes do TPI reconhecer a seriedade com que Khan preparou os processos de acusação contra os três dirigentes do Hamas e, à parte, com acusações distintas, contra o primeiro-ministro e o ministro da defesa de Israel. Os factos que servem de fundamento aos requerimentos dos mandados de captura foram estudados à lupa e preparados por um vasto número de especialistas, a pedido do procurador. As acusações retidas têm mérito suficiente.

É isso que os principais Estados europeus devem sublinhar. E aconselhar os líderes americanos a evitar qualquer tipo de retaliação contra Khan e a sua equipa. Se Washington enveredar por essa via estará a dar argumentos a Vladimir Putin e a todos os ditadores e criminosos de guerra que por aí andam de faca afiada.

O anúncio do reconhecimento do Estado da Palestina pela Espanha, Irlanda e Noruega foi igualmente um acontecimento importante da semana. São agora uma dúzia os membros da UE que reconhecem a Palestina como um Estado. Juntam-se assim a mais de 140 países que têm a mesma posição. Isto é importante para que a questão seja vista de modo amplo e não apenas como mais uma disputa entre o Sul Global e os ocidentais. É igualmente um passo em frente, no sentido da edificação de dois Estados vizinhos e prontos para cooperar.

Conselheiro em segurança internacional.
Ex-secretário-geral-adjunto da ONU

SL BENFICA

Rui Costa deu entrevista coletiva sobre a época futebolística.

Schmidt fica e Di María talvez, porque é preciso fazer o que não foi feito esta época

BENFICA Rui Costa garante que Schmidt está comprometido com o clube. Confirmou que Carreras fica, a contratação de Leandro Barreiros e que processos em tribunal não o preocupam.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

Rui Costa considera que "estão reunidas todas as condições para Roger Schmidt continuar a ser treinador do Benfica" e por isso decidiu segurar o treinador que tem contrato até 2026. Se não considerasse que o alemão é a pessoa certa para o projeto "seria até mais fácil e populista" anunciar a sua saída. E não seria o valor da indemnização a travá-lo: "Essa questão não se colocou. Ele está de corpo e alma no clube, rejeitou muita coisa para ficar e acredita plenamente que pode voltar a fazer o que fez há um ano [ser campeão]", garantiu ontem numa entrevista à BTV.

Embora reconhecendo que a temporada que terminou apenas com a conquista da Supertaça tenha ficado "aquém do que eram as expectativas iniciais", o presidente do clube da Luz garantiu que jamais faria "deste treinador um bode expiatório", porque ele não foi o único responsável pelo que correu mal. Mas, agora, em nome da estabilidade do projeto, "importa é criar as condições necessárias para ele repetir" o sucesso da primeira época, que terminou com o título em 2022-23.

Rui Costa admitiu "muitas lacunas" esta época. Desde logo em termos de mercado, partindo da estrutura por ele liderada. "Nada me garante que um treinador novo me dê outras soluções e acredito plenamente nas capacidades de Roger Schmidt. Há um ano era endeusado, não foi um acaso. Temos de preparar a época de forma melhor, diferente, dando todas as condições para voltarmos a conquistar títulos."

Mea culpa à parte, é inegável que a relação do treinador com os adeptos está tremida. Schmidt chegou a mandar os adeptos ficar em casa se fosse para assobiar a equipa, e disse ser impossível ganhar campeonatos com tanta contestação. Como irá Rui Costa resolver essa animosidade? "Este ano houve episódios que não foram bonitos, é inegável que aceito e respeito as contestações, mas há um limite e não beneficiam quem está dentro de campo. Não é nesse clima que consegue expressar-se da melhor forma", respondeu o presidente na entrevista coletiva a vários órgãos de comunicação social, defendendo que a "época não foi uma catástrofe" e que o alemão não devia ser crucificado por não falar português.

> Rui Costa vai enviar auditoria feita à gestão de Luís Filipe Viiera ao Ministério Público e aos sócios do Benfica. Foram analisados 51 contratos.

Garantindo que não quer "atirar nada para debaixo do tapete", disse não ter sequer falado com José Mourinho quanto mais sondá-lo para treinar o Benfica. E prefere agora começar a preparar a nova temporada de forma positiva: "Se não começar bem tudo pode descambar, não tenho a menor dúvida que nesse caso eu seria o primeiro a ser julgado, por ter tirado um para meter um pior. Esse risco temos de correr."

Esperança por Di María

Di María, que está em final de contrato, pode ficar mais um ano. Rui Costa revelou que para a semana haverá uma reunião decisiva com o representante do argentino para definir se ele irá continuar na Luz mais um ano e vincou que "há esperança", uma vez que o regresso à Argentina estará fora de hipótese.

E deixou a garantia que a equipa será reforçada. "Não estou em condições hoje de vos dizer quem sai ou quem não sai, estou em condições de vos dizer que a equipa será reforçada meticulosamente para ser muito mais forte do que aquilo que foi neste ano", disse, antes de confirmar a continuidade de Álvaro Carreras (assinou por cinco anos) e a contratação de Leandro Barreiro, ex-Mainz.

E porque "não é normal numa equipa como o Benfica o ponta de lança não ultrapassar os 10 golos numa época", o Benfica irá ao mercado para contratar um goleador sem cometer loucuras financeiras. "O Benfica não vai investir todos os anos 100 milhões de euros" disse, admitindo que há margem para investir neste verão, garantiu o líder benfiquistas referindo-se ao maior investimento de sempre em reforços feito no verão passado. "O Benfica investiu 100 milhões de euros, mas não investiu 100 milhões para meses. Investiu 100 milhões em ativos. Há esse estigma da quantidade de dinheiro que o Benfica investiu, mas o Benfica não pegou em 100 milhões de euros e não os atirou à rua. Acreditamos que contratámos grandes jogadores, que podem render mais-valias futuras, caso do Marcos Leonardo, que se vai impor com toda a certeza, assim como outros", garantiu, contornando um possível regresso de Renato Sanches: "Não vou falar de coisas hipotéticas."

Auditoria concluída

Quando foi eleito, após a saída forçada de Luís Filipe Vieira depois de acusado de vários crimes, Rui Costa pediu uma auditoria aos negócios do clube. "A auditoria está finalizada. Demorou muito mais do que esperávamos porque foram analisados 51 contratos, que faziam parte do processo *Cartão Vermelho*. Finalmente está concluída, já foi apresentada à administração do clube e será agora entregue ao MP e apresentada aos sócios como prometido", revelou o líder encarnado, recusando dizer se pretende recandidatar-se e a comentar a possibilidade de Vieira encontrar um novo discípulo para as eleições de 2025.

Sobre se receia ser envolvido no processo que está a ser investigado pelo MP, relacionado com contratos de jogadores, uma vez que era da administração do antigo presidente, foi taxativo: "Não caí aqui de paraquedas, sirvo o Benfica desde os oito anos. Tenho a consciência tranquila. Sei muito bem o que faço no Benfica, na minha vida, e se há coisa que não permito é que se mexa com a minha honra, idoneidade e lealdade a este clube."

isaura.almeida@dn.pt

"Eu não quero que Roger Schmidt seja o meu Rúben Amorim, quero que Roger Schmidt seja o treinador de sucesso."

"Temos criado aqui dos maiores talentos que Portugal tem visto nos últimos anos. O António Silva e o João Neves são disso um bom exemplo e tenho a certeza absoluta que atrás deles virão mais. Apelidamos o Benfica Campus de fábrica de talento e assim esperamos continuar."

"Existem três vias para chegar à Liga dos Campeões. Ontem perdemos uma via imediata. Há uma segunda via imediata que é se a Atalanta ficar pelo menos em quarto lugar no campeonato italiano. Depois temos a terceira via que depende só de nós. Se chegarmos à via que depende só de nós, temos de fazer tudo para lá estarmos. Isso é inequívoco."

"João Neves deixem-me dizer-vos que não conhecem a personalidade deste rapaz, o perfil dele no balneário, e posso dizer que é bem marcante, mesmo nesta idade é um líder nato."

Rui Costa
Presidente do Benfica

Conceição quer oferecer Taça a Pinto da Costa e pede foco aos jogadores

JAMOR Treinador portista esqueceu o novo presidente do clube, André Villas-Boas, durante a antecipação do jogo com o Sporting para o Porto Canal. Pepe em dúvida até à hora da final.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

Sérgio Conceição quer vencer a terceira Taça de Portugal consecutiva no FC Porto na despedida de Pinto da Costa. "A ideia é conquistar mais um troféu para o Museu e oferecê-lo a alguém que se dedicou ao clube durante 42 anos. Seria uma bela forma de Jorge Nuno Pinto da Costa sair do clube juntando mais uma taça aos milhares de títulos conquistados nas diferentes modalidades", disse o técnico dos dragões ao Porto Canal, sem referir o nome de André Villas-Boas, que pode levantar o primeiro troféu como presidente no Jamor.

O jogo de domingo (17h15, RTP1) com o Sporting será difícil para as duas equipas, segundo o técnico portista, que espera uma final equilibrada. "Temos de entrar muito determinados e focados, porque neste tipo de jogos, pela experiência que tenho, os pormenores fazem a diferença e passam a ser pormaiores", acrescentou o detentor da taça.

Analisando o adversário, que acaba de ser campeão nacional, Conceição confessou que não sabe bem com o que contar: "Têm várias formas de defender: num primeiro momento de pressão, na zona intermédia do campo e numa zona mais baixa em 5-4-1 ou 5-2-3. Temos que olhar para isso, para a nossa dinâmica em posse, e perceber o que devemos fazer para desmontar essa organização defensiva, olhando para os pontos fortes do Sporting e precavendo-nos para a dinâmica interessante de um rival que fez muitos golos durante o campeonato."

Sérgio Conceição quer conquistar a terceira Taça de Portugal seguida.

(IVAN DEL VAL/GLOBAL IMAGENS)

Para Sérgio Conceição, a final da Taça é um dia de festa, de grande romaria ao Jamor... e de beber umas cervejas. "Nós temos que beber da motivação dos adeptos para também bebermos uma ou duas cervejinhas no fim, o que era bom sinal (risos). Até porque o Rúben (Amorim) já bebeu duas ou três e nós ainda não. Estamos todos empenhados em fazer o melhor para ganhar", brincou o treinador dos dragões, que se pode despedir do clube domingo no Estádio Nacional. Com ou sem troféu, é esperar pela conversa que terá com Villas-Boas, numa altura em que a imprensa francesa noticiou ontem que Conceição é a prioridade do Marselha.

O último clássico foi para o campeonato e terminou empatado (2-2), depois de o FC Porto estar a vencer por 2-0. Mas Gyökeres fez dois golos num minuto e impediu o triunfo portista. "Não foi só pela entrada do Gyökeres, ele aproveitou os movimentos de quem jogava na zona dele, os homens do meio-campo e dos alas, do Nuno Santos que apostava na profundidade, e ele mesmo provocava esses movimentos de ataque à profundidade e estávamos a permitir isso mais do que no resto do jogo. O Paulinho é diferente dele, o conhecimento do jogo e do adversário é muito, não se deve entrar em exageros na informação aos jogadores, no caso do Sporting é estancar a largura e profundidade e ver o que podemos explorar no adversário", explicou.

"Pepe está em dúvida até à hora do jogo, a evolução é gradual e lenta e não sei se vai estar apto", revelou ainda o treinador à SportTV, sem adiantar se treinou penáltis: "É segredo, não vou dizer."

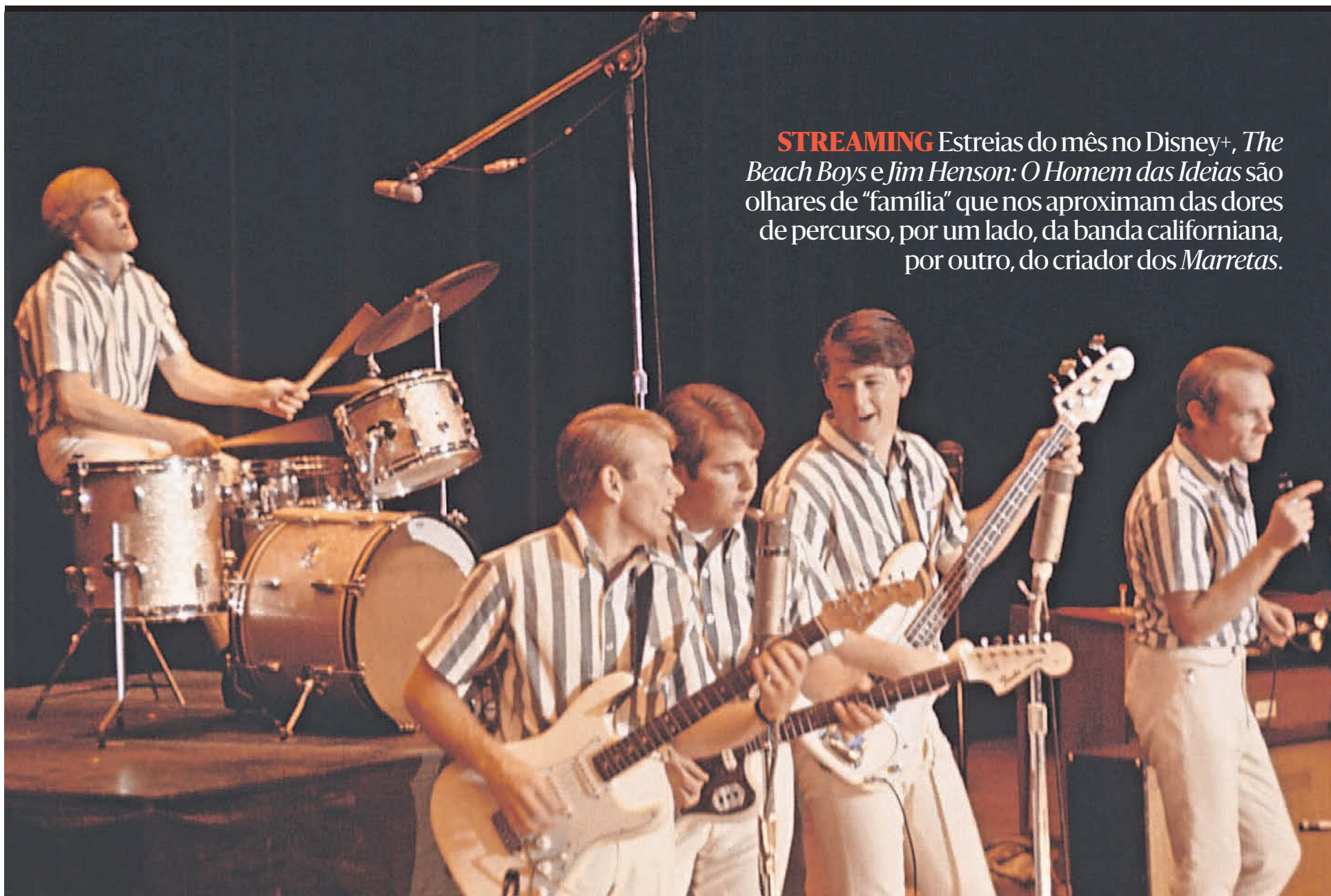
isaura.almeida@dn.pt

BREVES

Espargaró diz adeus ao MotoGP

O piloto Aleix Espargaró anunciou ontem que vai deixar o MotoGP no final da época. O espanhol (Aprilia) fez o anúncio no circuito de Montmeló, junto a Barcelona, onde se realiza a corrida deste fim de semana, afirmando que "chegou a altura de deixar as motas" a tempo inteiro e que "não podia escolher um sítio melhor para anunciar esta decisão. "O corpo diz-me que ainda sou competitivo e consigo lutar por posições na grelha, mas o coração diz que preciso de parar e ficar mais tempo com a família", afirmou. Espargaró está no MotoGP desde 2009. Ao todo, venceu três corridas, fez cinco *pole positions* e 11 pódios.

Quaresma renova e é leão até 2028

Eduardo Quaresma renovou ontem contrato com o Sporting até 2028, ficando blindado com uma cláusula de rescisão de 80 milhões de euros. "Sinto-me muito contente por ter renovado contrato. Já disse isto várias vezes, mas este clube é uma segunda casa para mim. É aqui que me sinto feliz e esta renovação foi muito importante, espero continuar cá muitos mais anos", referiu o defesa-central, que na última temporada participou em 29 jogos. "Tive de demonstrar trabalho para merecer esta confiança, mas o clube sempre me apoiou e ajudou em todas as fases da minha carreira", acrescentou.

STREAMING Estreias do mês no Disney+, *The Beach Boys* e *Jim Henson: O Homem das Ideias* são olhares de "família" que nos aproximam das dores de percurso, por um lado, da banda californiana, por outro, do criador dos *Marretas*.

***The Beach Boys* ou o verão sem fim.**

The Beach Boys e *Jim Henson*: dois documentários, dois retratos americanos

TEXTO **INÊS N. LOURENÇO**

Logo aos primeiros minutos de *The Beach Boys* ouve-se dizer que esta é "uma história de família". E não há como escapar ao retrato fotográfico dos Wilson: Brian, o irmão mais velho, Carl, o mais novo, Dennis, o do meio, e o primo Mike Love foram os alicerces de uma banda americana cuja formação variou ao longo do tempo, com o amigo Al Jardine a integrá-la em 1961, enquanto membro fundador, e a sair no ano seguinte para terminar os estudos; substituiu-o na altura o vizinho David Marks, que não aguentou a pressão (era um adolescente), e Jardine acabou por voltar ao seu posto, em permanência... Porque é que estamos a falar disto? Porque as entradas e saídas, se quisermos, as metamorfoses humanas, são parte do ADN emocional dos Beach Boys, o grupo definidor do sonho californiano, que germinou de simples hábitos familiares, como a música que os pais punham a tocar em casa ou a prática dos três irmãos de cantar em coro no banco de trás do carro. Detalhes que nos chegam através do documentário de Frank Marshall e Thom Zimny, em estreia hoje no Disney+, intitulado apenas *The Beach Boys*.

Partindo de entrevistas com os elementos vivos da banda – Brian Wilson, Mike Love, Al Jardine, David Marks e Bruce Johnston –, para além dos registos de arquivo dos restantes, entre outros depoimentos enriquecedores da cena musical, o que aqui se propõe é um traçar minucioso das fases de um projeto que se tornou um fenómeno instantâneo... até que aconteceu outro fenómeno chamado Beatles.

Com efeito, os rapazes de Hawthorne, Califórnia, que levaram o surf e o verão a quem ouvia a sua música no início dos anos 1960, ficaram sempre associados a essas raízes de sonoridade estival, das quais se tentaram demarcar ao longo dos anos, numa competição constante com The Beatles: as bandas estavam uma para a outra como um rival à altura, num regime de estímulo mútuo.

E nessa tentativa de se superarem, empurrando para o fundo da gaveta os sucessos da adolescência, os Beach Boys não conseguiram manter-se na crista da onda o tempo todo. Ou melhor, só mais tarde perceberam que a sua identidade californiana vale ouro e une gerações. O que justificou o lançamento da coletânea *Endless Summer*, em 1974, e a recuperação tardia do estupendo álbum de estúdio *Pet Sounds* (1966), incompreendido à época e escolhido em 2006 pela *Time* com um dos 100 melhores álbuns de todos os tempos.

Ao longo destas quase duas horas bem passadas, há muita honestidade em forma de desabafos sobre o pai dos manos Wilson, que tanto alavancou os Beach Boys como tentou interferir do ponto de vista criativo (as discussões com Brian fazem parte da mitologia da banda), e sobre a necessidade que alguns dos músicos sentiam de uma mudança de lógica que democratizasse o próprio processo de criação dos álbuns.

Talvez o principal mérito de *The Beach Boys* esteja precisamente nessa questão democrática. No facto de não ser um filme que cai no erro de pôr um Beach Boy, Brian Wilson, acima dos outros – para isso, já houve *Love & Mercy: A Força de um Génio* (2014), o terno drama de Bill Pohlad, protagonizado por Paul Dano e John Cusack, e o documentário *Brian Wilson: Long Promised Road* (2021), de Brent Wilson, que entra no território íntimo desse irmão considerado o prodígio do grupo, desde logo, na sua postura de reclusão. Alguém que nunca se sentiu confortável em *tournées*, trocando-as por temporadas de gestação criativa, sentado horas ao piano a escrever melodias e a elaborar notas de introspeção, que não eram propriamente sonoridades relacionadas com os primórdios dos Beach Boys (embora geniais). Um verdadeiro animal de estúdio.

Esta é, portanto, uma fotografia de grupo, que sabe encerrar a narrativa com a chave da amizade, reunindo os velhos companheiros de música à beira-mar para beber um copo...

O eterno The Muppet Man

A chegar também ao Disney+, no dia 31, depois da apresentação no

Festival de Cannes, *Jim Henson: O Homem das Ideias* oferece outro retrato americano, e outro domínio criativo não menos digno da palavra "família". A família tradicional, bem entendido, mas igualmente a família-equipa, as pessoas que trabalharam com Jim Henson (1936-1990), numa base mais ou menos regular, e conheceram de perto a agitação inventiva desta mente, num corpo tranquilo só mesmo na aparência.

Sublinhar o facto de o criador dos *Marretas* e *Rua Sésamo* ter sido um "homem de ideias" torna-se, por si só, a ideia do documentário de Ron Howard, que procura não deixar escapar o mínimo indício da vida interior de Henson, para além do seu legado tangível. Isto enquanto os ponteiros do relógio, e de resto toda a problemática do tempo, criam um nervoso miudinho no espectador: refere-se muitas vezes que ele tinha urgência na concretização das suas múltiplas ideias, que nutria uma obsessão temporal (há uma curta-metragem fabulosa que o ilustra, *Time Piece*), revelando-se mais adiante a origem trágica desse sentimento.

Como realizador que conhece bem os tempos da ficção, Howard não se inibe de "contar uma história" do princípio ao fim, recorrendo às habituais cabeças falantes para organizar o discurso sobre o homem Henson e a personalidade que construiu, de dentro para fora, ao longo da sua carreira. Um percurso profissional que, por exemplo, não conseguiu harmonizar com a vida familiar. Dos filhos aos colaboradores, com especial destaque para o grande companheiro criativo, Frank Oz, ouvimos os louvores mais sinceros, as descrições mais felizes de se estar num *set* com o marionetista e cineasta, e também as verdades que humanizam o artista.

Fascinante mesmo é descobrir que o responsável pela bonecada que ajudou muita gente a crescer, e revolucionou o humor no cerne da cultura popular americana, não teve ele próprio uma paixão de infância por marionetas. Nem sabia bem o que isso era. O seu desejo voltou-se em primeiro lugar para a televisão, e só depois veio a desbunda de colocar bonecos a cantar e a dançar dentro do pequeno ecrã, para gáudio dos telespectadores. Nesse início de capítulo, a origem do Sapo Cocas é apenas uma das comoventes passagens deste ato absoluto de nostalgia, a que se juntam pequenas curiosidades sobre outras marionetas, como seja o modo com que Oz chegou à compreensão de Miss Piggy enquanto personagem.

> Não se vê *Jim Henson: O Homem das Ideias* de ânimo leve. Mergulha-se na corrente afetiva.

Há momentos em que *Jim Henson: Idea Man* supera o dispositivo comum. São aqueles em que ensaia a verve experimental do retratado, munindo-se de imagens e de uma energia próxima do que seria a "ternura anárquica" daquela cabeça. Como se não bastasse espreitar os bastidores da *Rua Sésamo*, e vê-lo partilhar a alegria performativa, ou as rodagens de *O Cristal Encantado* (1982) e *Labirinto* (1986), onde as suas inovações técnicas sobressaem a par da estranheza de todo o imaginário desses filmes. O filho Brian Henson, que com ele colaborou no *Labirinto*, diz a certa altura que, através dessa experiência, percebeu como era melhor trabalhar com Jim Henson do que ser seu descendente... O laboratório de ideias era a sua casa, definitivamente.

À medida que avança, o documentário aperta a comoção, usando os *Marretas*, e não só, como mensageiros de uma inocência fundadora, daquela originalidade difícil de nomear, tão entranhada que está na nossa leitura do mundo. Não se vê, por isso, *Jim Henson: O Homem das Ideias* de ânimo leve. Mergulha-se na corrente afetiva, com a certeza de que Ron Howard – bem-sucedido nos seus documentários dos *Beatles* e *Luciano Pavarotti* – entende a linguagem da memória coletiva.

Alargar a experiência

The Beach Boys surge poucas semanas depois de o Disney+ ter estreado o restauro do clássico *Let it Be* (1970), de Michael Lindsay-Hogg, documentário indissociável da história dos processos criativos dos Beatles. Aqui está uma possível sessão dupla de "novidades".

Já no caso de *Jim Henson: O Homem das Ideias*, é legítimo que abra o apetite a revisitações dos *Marretas*. No mesmo serviço de *streaming*, é só pesquisar: da série aos filmes e especiais, está lá tudo, para devorar divertida e nostalgicamente.

A arte das marionetas.

Jim Henson, o criador.

JULIEN DE ROSA / AFP

O concerto terá a duração de três horas.

Taylor Swift atua hoje e amanhã em Lisboa. Consulte o guia para os concertos

MÚSICA Os horários, os melhores transportes e os objetos proibidos. Tudo o que precisa de saber para assistir ao concerto de estreia da artista norte-americana em Portugal.

TEXTO **MARIANA DE MELO GONÇALVES**

A estrela pop norte-americana Taylor Swift vai subir hoje (e amanhã) ao palco do Estádio da Luz, em Lisboa. O DN reuniu informação prática que precisa saber para ir ao concerto.

Comecemos pela informação mais importante: se não conseguiu bilhete até hoje, já não vai a tempo de o comprar. Não há mais bilhetes para o concerto. No entanto, a organização disponibiliza um ponto de informação aberto a partir das 10h00 para questões relacionadas com a emissão de bilhetes e apoio ao cliente. No Estádio da Luz, haverá uma carrinha de merchandising da cantora norte-americana que estará aberta das 10h à 1h da manhã, hoje e amanhã. Os preços variam entre 20 e 80 euros, dependendo dos artigos.

Por razões de segurança, o concerto tem vários objetos proibidos e que não podem entrar no recinto, como por exemplo pastas, sacos, malas, bolsas maiores do que um saco de plástico ou um saco não transparente. As medidas indicadas para a entrada de malas no estádio são: 44 cm de altura, 22 cm de largura, 15 cm de profundidade e o máximo de dois compartimentos. E depois de alguma polémica nas redes sociais, será permitida a entrada de garrafas de plástico até 50 cl.

Também não são permitidas câmaras profissionais, GoPro, computadores ou tablets.

As portas do estádio abrem às 16h00. No entanto, quem tem bilhete VIP poderá entrar entre as 15h00 e as 15h30.

Os Paramore são a banda que irá aquecer a audiência a partir das 18h15. Taylor Swift irá subir ao palco às 20h00.

Quanto à mobilidade, haverá condicionamentos ao trânsito durante os dias dos espetáculos Na Avenida Machado Santos desde as 8h00 de hoje até às 2h00 de domingo; na Avenida Eusébio da Silva Ferreira desde as 14h00 de hoje até às 02h00 de amanhã e desde as 14h00 de amanhã até às 2h00 de domingo; na Rua João de Freitas Branco até às 16h00 de domingo e na Praça Cosme Damião (Parque de Estacionamento EMEL) até às 24h00 de domingo. Já na Avenida do Colégio Militar o trânsito será cortado antes do final de cada concerto.

A PSP aconselha a chegar ao estádio através dos transportes públicos, devido aos condicionamentos nas vias. Antes de chegar, informe-se qual é a entrada correta consoante o seu bilhete.

Para quem vai para o estádio de metropolitano e tem bilhetes para o relvado e piso 3 é aconselhado sair na estação de Metro do Colégio Militar/Luz e para os portadores de bilhetes piso 0 e piso 1, a melhor saída é a do Alto dos Moinhos.

A CP vai disponibilizar um comboio especial Lisboa-Porto após os concertos. Há ainda um desconto de 30% neste dias nos bilhetes de ida e volta nos intercidades, regionais e inter-regionais. Também se pode chegar ao Estádio da Luz através dos autocarros da Carris. As carreiras que passam perto do recinto são: 750, 754, 768, 58B, 703, 729, 764, 765, 767, 778, 799 e 70B. Os horários podem ser consultados no *site* da transportadora.

E, muito importante para os fãs, as pulseiras da amizade vão poder ser trocadas durante as filas para entrar no estádio.

mariana.goncalves@dn.pt

Cannes celebra os espectadores de cinema

CINEFILIA As secções paralelas do Festival de Cannes continuam a revelar alguns filmes excelentes: com o seu *Spectateurs!*, o francês Arnaud Desplechin celebra as nossas viagens pelo mundo plural das imagens e dos sons.

TEXTO **JOÃO LOPES**

Quando fizermos o balanço da 77.ª edição do Festival de Cannes (o palmarés será conhecido amanhã, ao fim da tarde), será inevitável reconhecer que, direta ou indiretamente, em termos lineares ou simbólicos, vários cineastas estão a questionar-se sobre o momento histórico do cinema e o labirinto das suas linguagens – a começar, claro, por Francis Ford Coppola, com o seu monumental *Megalopolis*. Num tom bem diferente, deparámos com a mesma vontade especulativa e introspetiva, através do mais recente filme do francês Arnaud Desplechin: chama-se *Spectateurs!* e passou na seleção oficial, extracompetição, numa das chamadas "sessões especiais".

O título envolve uma mensagem que convém não simplificar. De facto, o ponto de exclamação está longe de ser meramente retórico: trata-se de revisitar o cinema através dos espectadores, ou melhor, do desejo de ser espectador. Em termos esquemáticos, poderemos dizer que Desplechin se aventura numa daquelas narrativas em que documentário e ficção se enlaçam, em particular através de um leque de evocações cinéfilas que vão desde os seus próprios filmes até momentos emblemáticos de títulos como *Os 400 Golpes* (1959), de François Truffaut, ou *A Idade da Inocência* (1993), de Martin Scorsese.

Milo Machado-Graner: ser ou não ser espectador, eis a questão.

Em qualquer caso, entenda-se, não estamos perante uma banal antologia de referências, capazes, por si, de definir aquilo que seria um "ponto de vista" sobre a história do cinema. Claro que, à sua maneira, Desplechin tem também qualquer coisa de historiador e crítico de cinema, mas o essencial joga-se na evocação – e, sobretudo, na atualização – de um conceito herdado do classicismo.

A saber: sentarmo-nos numa sala de cinema, perante um ecrã, envolvidos pelos sons de um filme, não é assistirmos a um monótono desenrolar de peripécias que podem ser condensadas numa sinopse.

O que mais conta é a sensação, porventura a utopia, de descobrirmos algo que, mesmo quando parece esgotar-se na "reprodução" do mundo à nossa volta, amplia, enriquece e, de algum modo, questiona esse mesmo mundo – a ponto de nos levar a perguntar não apenas como representamos a nossa vida, mas também o que é o nosso viver. Para essa viagem de inusitadas maravilhas, Desplechin conta com vários atores, incluindo Mathieu Amalric, Françoise Lebrun e o jovem francês, de ascendência portuguesa, Milo Machado-Graner, que descobrimos também em Cannes, em *Anatomia de uma Queda*, Palma de Ouro de 2023.

Reencontro com Demy

Quem também não é estranha a estas movimentações cinéfilas é a realizadora francesa Florence Platarets. O ano passado já tinha marcado presença na secção de Clássicos de Cannes, com *Godard par Godard*, uma magnífica evocação do autor de *Pedro, o Louco*. Regressou agora, na mesma secção, com Jacques Demy, *le Rose et le Noir*.

Prevalece a mesma lógica didática de revisitação da filmografia do cineasta abordado –Jacques Demy (1931-1990) –, sublinhando em particular a sua condição de criador de um certo tipo de musical, "à la française" (*Os Chapéus de Chuva de Cherburgo*, de 1964, surgiu também numa cópia restaurada). Mais do que isso: o novo documentário consegue construir algo próximo de um autorretrato, com muitas declarações de Demy, algumas inéditas.

O momento nada mau de Daniel Soares

CURTA-METRAGEM A confirmar a bela seleção de filmes nacionais em Cannes, hoje é o momento de *Bad for a Moment* (*Mau por um Momento*), de Daniel Soares, em competição na seleção oficial das curtas-metragens. Boa surpresa com João Villas-Boas, Isaac Graça e Ana Vilaça.

TEXTO **RUI PEDRO TENDINHA**, EM CANNES

Por Cannes ainda passa a sombra dos efeitos da viagem asiática de Miguel Gomes em *Grand Tour*. Cada vez mais, percebe-se que o filme dividiu as opiniões, embora as críticas favoráveis prevalecem – ainda assim, em comparação, longe do estado de graça de *Tabu*. Mas de Portugal não é só Gomes a concorrer à Palma de Ouro. Hoje é exibido *Bad for a Moment* - *Mau por um Momento*, de Daniel Soares, na competição das curtas. Mais um belo momento desta invasão lusa no maior festival de cinema do mundo.

Trata-se de um olhar sobre a gentrificação em Portugal. Um arquiteto com um projeto na Margem Sul parece estar a ter problemas de consciência e ainda mais fica quando tenta perceber por que razão o seu carro, um Tesla espampanante, foi vandalizado. São dois mundos que se tocam... E o filme encafua-se por aí, sem *clichés*, mas com uma curiosidade que não parece formatada. Esta produção da O Som e a Fúria impressiona também pela maneira prática e despachada como avança na narrativa. Daniel Soares é uma boa revelação, tal como o protagonista, João Villas-Boas, ator que regressa a Cannes depois de *Fogo Fátuo*, de João Pedro Rodrigues, onde tinha um pequeno papel. Sente-se que é um ator que merece ser visto para além do *fait-diver* de ser irmão de André Villas-Boas, o presidente do FC Porto.

***Mau por um Momento*, um filme a abordar em convenções uma ideia de crise da habitação.**

O prémio Angéniuex

E é já hoje também que acontece uma das tradições em Cannes: a atribuição do Prémio Pierre Angénieux, que todos os anos distingue uma figura de proa da direção de fotografia. O indiano Santosh Sivan foi o escolhido e numa conversa com o DN dizia com um sorriso largo que é uma honra enorme receber esta distinção, sobretudo após a dimensão dos nomes que o sucederam: de Vilmos Zsigmond a Darius Khondji, passando por Barry Ackroyd ou Roger Deakins.

"Vejo a direção de fotografia como música. Quando estou a iluminar sinto a melodia, a luz vem da composição. E é uma arte universal. É por isso que já trabalhei em Bollywood, Hollywood e na Europa. Todos se entendem." Esta lenda indiana está neste momento num projeto onde é o realizador, *Zuni*.

O HOMEM ELEFANTE
David Lynch

TVCine Edition

Para ver ou rever o mais clássico dos filmes de David Lynch, narrando a saga de um homem de rosto tragicamente desfigurado em plena época vitoriana. As fronteiras entre o "normal" e o "monstruoso" diluem-se numa narrativa de misteriosa pulsão poética, com John Hurt a interpretar o inesquecível John Merrick, um rosto que, decididamente, não basta para conhecer a alma – produzido por Mel Brooks, em 1980. **JOÃO LOPES**

MMXX
Cristi Puiu

Cinema Nimas

Está longe de ser Puiu em grande forma, mas também não envergonha. Um retrato da pandemia de covid em quatro fragmentos narrativos que dão conta de um período coletivo marcado pela irritabilidade e/ou dormência, incómodos com a máscara, muitos telefonemas e vida doméstica. Entre o absurdo delicioso, a conta-gotas, da primeira situação, e a negritude da última, algo se perde. Seja como for, a *malaise* entranha-se (dias 27 e 3 de junho, 18h30). **I.N.L.**

DUNA: PARTE DOIS
Max

Denis Villeneuve

Depois da passagem pelos cinemas, *Duna: Parte Dois* é um dos títulos que assinalam a estreia da marca Max (antes HBO Max). E é uma boa entrada no catálogo: ao contrário do primeiro filme, que pecava pelo excesso de imponência do *design* de produção, desta feita Villeneuve percebeu a importância de injetar vida no planeta Arrakis. Como resultado, o sentido de aventura trouxe ar aos pulmões desta adaptação de Frank Herbert. **I.N.L.**

FILMES&SÉRIES AGENDA

No paraíso dos espiões.

DAVOS 1917
de Adrian Illien na Filmin e RTP Play

Drama, romance, espionagem, não necessariamente por esta ordem. Eis os ingredientes de *Davos 1917*, uma série suíça que imprime no contexto de neutralidade desse país uma intriga do tempo da Primeira Guerra Mundial. No centro de tudo está uma jovem enfermeira, Johanna Gabathuler, que logo ao início surge grávida de um soldado alemão, sendo-lhe retirada a filha dos braços, à nascença, num gesto violento da família, que diz querer salvar-lhe a honra. Não muito depois disso, e na esperança de conseguir recuperar a criança, Johanna vê-se envolvida com os serviços secretos alemães, na figura de uma condessa, espécie de Mata Hari, que supostamente era sua paciente...

O principal palco dos eventos desta série com notórios valores de produção é um sanatório em Davos, cuja paisagem nevada no entorno fortalece a atmosfera de *thriller* de espionagem. Não deixamos, ainda assim, de estar perante um drama de guerra de preceitos elegantes, com intérpretes à altura do enredo – entre eles, o luso-guineense Welket Bungué. Os seis episódios estão disponíveis, em simultâneo, na plataforma Filmin e no site da RTP Play.

INÊS N. LOURENÇO

SARA
Marco Martins

RTP Play

Por certo uma das séries mais ousadas que, em anos recentes, surgiram entre nós (estão disponíveis os oito episódios), nela se desenvolve, entre sugestivos contrastes, o retrato de uma atriz (interpretada com metódica ambiguidade por Beatriz Batarda), hesitando entre um cinema de risco e as rotinas das telenovelas – os ecos simbólicos de todas estas atribulações são eminentemente portugueses, com ironia q.b. **J.L.**

A PEQUENA LOJA DOS HORRORES
Roger Corman

Filmin

Falecido na última semana, aos 98 anos, Roger Corman é uma lenda do cinema de baixo orçamento. Alguém de que soube pôr meios reduzidos à disposição da criatividade mais eficaz. Exemplo brilhante disso mesmo é o clássico *The Little Shop of Horrors* (1960), comédia negra sobre um florista e a sua planta carnívora... com um jovem Jack Nicholson a dar os primeiros passos. Ideias à solta, uma pitada de terror e humor inventivo – não falta nada. **I.N.L.**

BLOW OUT - EXPLOSÃO
Brian De Palma

Prime Video

Um engenheiro de som (John Travolta) grava ambientes noturnos para eventual utilização num filme de terror, acabando por registar o ruído de um acidente que parece indiciar um crime... Além do seu sofisticado *suspense*, a premissa ajuda a instalar uma fábula sobre o valor político e a pertinência moral do conhecimento cinematográfico do mundo à nossa volta. Tem data de 1981 e continua atualíssimo. **J.L.**

AS HORAS
Stephen Daldry

Netflix

Com a homenagem recente a Meryl Streep no Festival de Cannes (Palma de Ouro Honorária) e a publicação entre nós do novo romance de Michael Cunningham (*Dia*), autor de *The Hours*, calha bem regressar ao filme de 2002 que juntou Streep, Nicole Kidman e Julianne Moore num drama sobre mulheres de três gerações, vidas paralelas, que celebra a literatura de Virginia Woolf através de *Mrs. Dalloway*. Um objeto de sortilégio feminino. **I.N.L.**

MATÉRIA ESCURA
Blake Crouch

Apple TV+

Que o cansaço do multiverso não demova o espectador: no original *Dark Matter*, esta série de nove episódios explora o conceito "inaugurado" pelos super-heróis de uma forma adulta e com foco nos dilemas humanos. Adaptada pelo próprio escritor do livro homónimo, é uma história de ficção científica que mete a mecânica quântica ao serviço de uma troca de papéis entre duas versões do mesmo homem – Joel Edgerton é fabuloso na duplicidade. **I.N.L.**

PUBLICIDADE

emprego

Aviso (Extrato)

Procedimento concursal comum de recrutamento urgente para preenchimento 15 (quinze) postos de trabalho na categoria de assistente da carreira médica, na área da medicina geral e familiar – especialidade em Medicina Geral e Familiar, com reserva de recrutamento.

Faz-se público que se encontra aberto o seguinte procedimento concursal comum, de recrutamento urgente, para constituição de relação jurídica de emprego privado sem termo, cujo contrato será celebrado nos termos do Código do Trabalho e demais legislação laboral privada aplicável:

1 – Entidade contratante: Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM.

2 – Número e caracterização dos postos de trabalho a ocupar: 15 (quinze) postos de trabalho na categoria de assistente da carreira médica, na área da medicina geral e familiar – especialidade em Medicina Geral e Familiar, com reserva de recrutamento, cujo conteúdo funcional corresponde ao estabelecido no n.º 1 da cláusula 12.ª do Acordo de Empresa publicado no JORAM, n.º 14, III Série, de 21 de julho de 2023, e no n.º 1 do artigo 7.º-B do DL n.º 176/2009, de 4 de agosto, aditado pelo DL n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro.

3 – Área de formação académica e/ou profissional exigida: Licenciatura ou mestrado integrado em Medicina e grau de especialista em Medicina Geral e Familiar, bem como ter inscrição na Ordem dos Médicos e ter a situação perante a mesma devidamente regularizada.

4 – Prazo de candidatura: A candidatura deverá ser efetuada por correio eletrónico, com recurso à aplicação WeTransfer para envio dos documentos de candidatura, os quais deverão respeitar o formato PDF, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação do presente aviso na II Série do *Diário da República*, para o seguinte endereço de correio eletrónico: **recrutamento.rh@sesaram.pt**.

5 – Em situações de igualdade de valoração aplicam-se os critérios de ordenação preferencial previstos na cláusula 24.ª do Anexo II do Acordo de Empresa supraidentificado.

5.1 – Atento ao disposto na Lei n.º 4/2019, de 10 de janeiro, o candidato com deficiência com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, devidamente comprovada, tem preferência em caso de igualdade de classificação, não se aplicando os critérios de ordenação preferencial referidos no ponto 16. do aviso integral.

6 – Publicação Integral: O Aviso Integral encontra-se publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 100, de 23 de maio de 2024, como Aviso n.º 11115/2024/2 e disponibilizado na página eletrónica do SESARAM, EPERAM, em **https://www.sesaram.pt/portal/o-sesaram/outras-informacoes-sesaram/oportunidades-emprego**.

23 de maio de 2024

O Presidente do Conselho de Administração
Herberto Rúben Câmara Teixeira de Jesus

Aviso (Extrato)

Procedimento concursal comum de recrutamento urgente para preenchimento de 2 (dois) postos de trabalho na categoria de assistente da carreira médica, na área hospitalar – especialidade em Anestesiologia, com reserva de recrutamento.

Faz-se público que se encontra aberto o seguinte procedimento concursal comum, de recrutamento urgente, para constituição de relação jurídica de emprego privado sem termo, cujo contrato será celebrado nos termos do Código do Trabalho e demais legislação laboral privada aplicável:

1 – Entidade contratante: Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM.

2 – Número e caracterização dos postos de trabalho a ocupar: 2 (dois) postos de trabalho, para a categoria de assistente da carreira médica, da área hospitalar – especialidade em Anestesiologia, cujo conteúdo funcional corresponde ao estabelecido no n.º 1 da cláusula 11.ª do Acordo de Empresa publicado no JORAM, n.º 14, III Série, de 21 de julho de 2023, e no n.º 1 do artigo 7.º -A do DL n.º 176/2009, de 4 de agosto, aditado pelo DL n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro.

3 – Área de formação académica e/ou profissional exigida: Licenciatura ou mestrado integrado em Medicina e grau de especialista em Anestesiologia, bem como ter inscrição na Ordem dos Médicos e ter a situação perante a mesma devidamente regularizada.

4 – Prazo de candidatura: A candidatura deverá ser efetuada por correio eletrónico, com recurso à aplicação WeTransfer para envio dos documentos de candidatura, os quais deverão respeitar o formato PDF, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação do presente aviso na II Série do *Diário da República*, para o seguinte endereço de correio eletrónico: **recrutamento.rh@sesaram.pt**.

5 – Em situações de igualdade de valoração aplicam-se os critérios de ordenação preferencial previstos na cláusula 24.ª do Anexo II do Acordo de Empresa supraidentificado.

5.1 – Atento ao disposto na Lei n.º 4/2019, de 10 de janeiro, o candidato com deficiência com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, devidamente comprovada, tem preferência em caso de igualdade de classificação, não se aplicando os critérios de ordenação preferencial referidos no ponto 16. do aviso integral.

6 – Publicação Integral: O Aviso Integral encontra-se publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 100, de 23 de maio de 2024, como Aviso n.º 11116/2024/2 e disponibilizado na página eletrónica do SESARAM, EPERAM, em **https://www.sesaram.pt/portal/o-sesaram/outras-informacoes-sesaram/oportunidades-emprego**.

23 de maio de 2024

O Presidente do Conselho de Administração
Herberto Rúben Câmara Teixeira de Jesus

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO
DIREÇÃO-GERAL DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO FUNDÃO

AVISO N.º 11104/2024/2

Procedimento Concursal Prévio para Recrutamento do Diretor do Agrupamento de Escolas do Fundão

Nos termos do disposto dos artigos 21.º, 22.º e 22.º-A do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de dez dias úteis, após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, um concurso para provimento do lugar de diretor do Agrupamento de Escolas do Fundão.

1 – Os requisitos da admissão ao presente concurso são os estipulados nos números 3, 4 e 5 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação atual.

2 – O pedido de admissão é formalizado mediante requerimento, dirigido ao Presidente do Conselho Geral, em modelo próprio disponibilizado na página eletrónica do agrupamento (**http://www.esfundao.pt/**) ou nos Serviços Administrativos. O requerimento pode ser entregue pessoalmente nos Serviços Administrativos da Escola-Sede do Agrupamento de Escolas do Fundão, até às dezasseis horas e trinta minutos do último dia, ou remetido por correio registado com aviso de receção, expedido até ao último dia, inclusive, do prazo fixado pelo presente aviso.

3 – Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados da seguinte documentação, sob pena de exclusão:

a) *Curriculum Vitae* detalhado, datado, assinado e atualizado, onde constem, respetivamente, as funções que exerce ou exerceu, a formação profissional que possui, devidamente comprovada, sob pena de esta não ser considerada.

b) As provas documentais dos elementos constantes do currículo, nos termos e condições previstas no n.º 2 do artigo 22.º-A do Decreto-Lei n.º 75 de 2008, de 22 de abril, na sua atual redação.

c) Projeto de Intervenção no agrupamento, contendo obrigatoriamente a identificação dos problemas, a definição da missão, das metas e as grandes linhas de orientação da ação, bem como a explicitação do plano estratégico a realizar no mandato.

d) Declaração autenticada pelo serviço de origem onde o candidato exerce funções onde conste a categoria, o vínculo, o escalão e o tempo de serviço.

e) Fotocópia autenticada de documento comprovativo das habilitações literárias.

4 – Os candidatos podem ainda indicar quaisquer outros elementos, devidamente comprovados, que considerem ser relevantes para apreciação do seu mérito.

5 – A prova documental de quaisquer elementos adicionais que o candidato entregue é obrigatória nos termos e nas condições estabelecidas no número 2 do art.º 22.º-A do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na sua versão atual.

6 – As candidaturas serão apreciadas considerando:

a) A análise do *Curriculum Vitae* visando apreciar a sua relevância para o exercício de funções de Diretor e o seu mérito.

b) A análise do Projeto de Intervenção no Agrupamento, incluindo a relevância do projeto para o Agrupamento e o conhecimento do contexto social, educativo e organizacional que este evidencie.

c) O resultado da entrevista individual realizada com o candidato.

d) Elementos adicionais entregues pelos candidatos e relevantes para o desempenho do cargo a concurso ou para o prestígio e notoriedade do Agrupamento, quando devidamente comprovados.

7 – O método de seleção é o estipulado no artigo 22.º-B do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na sua atual redação, e o estipulado no Regulamento do Processo Concursal da eleição do diretor, disponível na página eletrónica do Agrupamento e nos serviços administrativos.

8 – Aos candidatos assiste o direito de solicitar junto dos serviços administrativos da Escola-Sede do Agrupamento de Escolas do Fundão, durante o período normal de expediente, cópia do Regulamento do Procedimento Concursal.

9 – O enquadramento legal do presente concurso é o que decorre do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na sua atual redação e do Código de Procedimento Administrativo.

10 – A lista provisória dos candidatos admitidos e excluídos será afixada na escola-sede do agrupamento, no prazo de dez dias úteis após a data-limite da apresentação das candidaturas e divulgada no mesmo dia na página eletrónica do agrupamento, sendo esta única forma de notificação dos candidatos.

Fundão, 3 de maio de 2024

O Presidente do Conselho Geral
Carlos Manuel Dias Vicente

Aviso (Extrato)

Procedimento concursal comum de recrutamento urgente para preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na categoria de assistente da carreira médica, na área hospitalar – especialidade em Cardiologia, com reserva de recrutamento.

Faz-se público que se encontra aberto o seguinte procedimento concursal comum, de recrutamento urgente, para constituição de relação jurídica de emprego privado sem termo, cujo contrato será celebrado nos termos do Código do Trabalho e demais legislação laboral privada aplicável:

1 – Entidade contratante: Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM.

2 – Número e caracterização dos postos de trabalho a ocupar: 1 (um) posto de trabalho, para a categoria de assistente da carreira médica, da área hospitalar – especialidade em Cardiologia, cujo conteúdo funcional corresponde ao estabelecido no n.º 1 da cláusula 11.ª do Acordo de Empresa publicado no JORAM, n.º 14, III Série, de 21 de julho de 2023, e no n.º 1 do artigo 7.º -A do DL n.º 176/2009, de 4 de agosto aditado pelo DL n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro.

3 – Área de formação académica e/ou profissional exigida: Licenciatura ou mestrado integrado em Medicina e grau de especialista em Cardiologia, bem como ter inscrição na Ordem dos Médicos e ter a situação perante a mesma devidamente regularizada.

4 – Prazo de candidatura: A candidatura deverá ser efetuada por correio eletrónico, com recurso à aplicação WeTransfer para envio dos documentos de candidatura, os quais deverão respeitar o formato PDF, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação do presente aviso na II Série do *Diário da República*, para o seguinte endereço de correio eletrónico: **recrutamento.rh@sesaram.pt**.

5 – Em situações de igualdade de valoração aplicam-se os critérios de ordenação preferencial previstos na cláusula 24.ª do Anexo II do Acordo de Empresa supraidentificado.

5.1– Atento ao disposto na Lei n.º 4/2019, de 10 de janeiro, o candidato com deficiência com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, devidamente comprovada, tem preferência em caso de igualdade de classificação, não se aplicando os critérios de ordenação preferencial referidos no ponto 16. do aviso integral.

6 – Publicação Integral: O Aviso Integral encontra-se publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 100, de 23 de maio de 2024, como Aviso n.º 11114/2024/2 e disponibilizado na página eletrónica do SESARAM, EPERAM, em **https://www.sesaram.pt/portal/o-sesaram/outras-informacoes-sesaram/oportunidades-emprego**.

23 de maio de 2024

O Presidente do Conselho de Administração
Herberto Rúben Câmara Teixeira de Jesus

Aviso (Extrato)

Procedimento concursal comum de recrutamento urgente para preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na categoria de assistente da carreira médica, na área hospitalar – especialidade em Cirurgia Plástica Reconstrutiva e Estética, com reserva de recrutamento.

Faz-se público que se encontra aberto o seguinte procedimento concursal comum, de recrutamento urgente, para constituição de relação jurídica de emprego privado sem termo, cujo contrato será celebrado nos termos do Código do Trabalho e demais legislação laboral privada aplicável:

1 – Entidade contratante: Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPERAM.

2 – Número e caracterização dos postos de trabalho a ocupar: 1 (um) posto de trabalho, para a categoria de assistente da carreira médica, da área hospitalar – especialidade em Cirurgia Plástica Reconstrutiva e Estética, cujo conteúdo funcional corresponde ao estabelecido no n.º 1 da cláusula 11.ª do Acordo de Empresa publicado no JORAM, n.º 14, III Série, de 21 de julho de 2023, e no n.º 1 do artigo 7.º -A do DL n.º 176/2009, de 4 de agosto, aditado pelo DL n.º 266-D/2012, de 31 de dezembro.

3 – Área de formação académica e/ou profissional exigida: licenciatura ou mestrado integrado em Medicina e grau de especialista em Cirurgia Plástica Reconstrutiva e Estética, bem como ter inscrição na Ordem dos Médicos e ter a situação perante a mesma devidamente regularizada.

4 – Prazo de candidatura: A candidatura deverá ser efetuada por correio eletrónico, com recurso à aplicação WeTransfer para envio dos documentos de candidatura, os quais deverão respeitar o formato PDF, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação do presente aviso na II Série do *Diário da República*, para o seguinte endereço de correio eletrónico: **recrutamento.rh@sesaram.pt**.

5 – Em situações de igualdade de valoração, aplicam-se os critérios de ordenação preferencial previstos na cláusula 24.ª do Anexo II do Acordo de Empresa supraidentificado.

5.1 – Atento ao disposto na Lei n.º 4/2019, de 10 de janeiro, o candidato com deficiência com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, devidamente comprovada, tem preferência em caso de igualdade de classificação, não se aplicando os critérios de ordenação preferencial referidos no ponto 16. do aviso integral.

6 – Publicação Integral: O Aviso Integral encontra-se publicado no *Diário da República*, II Série, n.º 100, de 23 de maio de 2024, como Aviso n.º 11113/2024/2 e disponibilizado na página eletrónica do SESARAM, EPERAM, em **https://www.sesaram.pt/portal/o-sesaram/outras-informacoes-sesaram/oportunidades-emprego**.

23 de maio de 2024

O Presidente do Conselho de Administração
Herberto Rúben Câmara Teixeira de Jesus

ATA N.º 7, AUGI 39, CMSintra

Assembleia de Comproprietários 2024.05.12

AUGI ALTO DO MIRADOURO

ADMINISTRAÇÃO CONJUNTA DA AUGI SITA NO ALTO DO MIRADOURO

EXTRATO DA ATA N.º 7

No dia doze do mês de maio do ano dois mil e vinte e quatro, pelas dez horas, na sede do Grupo Recreativo e Desportivo de Camarões, sita na Rua do Ginjal, N.º 10 – Camarões, 2715-311 Almargem do Bispo, Sintra, reuniu-se a Assembleia de Comproprietários bem como os donos de construções neles edificadas desde que devidamente participadas na matriz e ainda os promitentes-compradores de parcelas, do prédio integrado na Área Urbana de Génese Ilegal, sita no Alto do Miradouro, União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar, concelho de Sintra, descrito na segunda conservatória do registo predial de Sintra sob o número quatro mil trezentos e oitenta e cinco da freguesia de Almargem do Bispo, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 69 secção JJ da referida união de freguesias, com a presença de 34 proprietários, o que corresponde uma permilagem de cinquenta e cinco por cento conforme lista de presenças em anexo a esta ata, contando ainda com a presença do Sr. Presidente da União das Freguesias de Almargem do Bispo, Pero Pinheiro e Montelavar e do Solicitador Rui Santos, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM: Adesão à Lei 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei 70/2015, de 16 de julho, e Lei 71/2021, de 4 de novembro.

PONTO DOIS: Eleição da Comissão de Administração da AUGI.

PONTO TRÊS: Eleição da Comissão de Fiscalização da AUGI.

PONTO QUATRO: Deliberação do local da sede da Comissão de Administração e Comissão de Fiscalização.

PONTO CINCO: Abertura e Movimentação da conta bancária da AUGI.

PONTO SEIS: Apreciação e votação das propostas de honorários das equipas técnica, jurídica e contabilista certificado para execução do processo de loteamento.

PONTO SETE: Deliberar o pagamento de quotas ordinária e extraordinária.

PONTO OITO: Assuntos de interesse geral.

Deu-se início ao **ponto um**, questionando os presentes se, à luz da explicação anteriormente dada, algum dos proprietários tinha questões a colocar sobre a relevância da adesão do processo de reconversão à Lei 91/95. Foram colocadas algumas questões, as quais foram respondidas. Findo o período de discussão, foi o ponto colocado à votação, sendo **aprovado por unanimidade**.

Findo o ponto um, de imediato se deu início ao **ponto dois**, tendo sido proposta pelo Sr. Luís Rodrigues a seguinte Lista Única para a **Comissão de Administração Conjunta da AUGI**, a saber:

Presidente: Luís Filipe Sampaio Rodrigues; **Tesoureiro:** Luís Miguel Figueiredo Coroado; **Vogal:** Márcio César Jesus Nunes; **Vogal:** Filipe Daniel Figueiredo Coroado; **Vogal:** Bruno Filipe Viegas dos Santos Inácio de Matos. A presente lista foi votada e **aprovada por unanimidade**, tomando posse nesta mesma Assembleia.

Na mesma sequência e encerrado o ponto dois, deu-se início ao **ponto três** da ordem de trabalhos, tendo sido proposta pelo Sr. Luís Rodrigues a seguinte Lista Única para a **Comissão de Fiscalização da AUGI**, a saber: **Presidente:** Luís Carlos Martins de Sá Francisco; **Vogal:** Ricardo Emanuel Jesus Nunes; **Vogal:** Denis de Sousa Sobrinho. A presente lista foi votada e **aprovada por unanimidade**, tomando posse nesta mesma Assembleia.

Foi dado início ao **ponto quatro** da ordem de trabalhos, sendo proposto que a sede da Comissão de Administração e da Comissão de Fiscalização fosse fixada na seguinte morada: **Alto do Miradouro, número 49, Vivenda Matos, 2715-245 Almargem do Bispo, Sintra**. A proposta foi **aprovada por unanimidade**.

Nada mais havendo a tratar no ponto quatro, deu-se início ao **ponto cinco**, onde o presidente da Comissão de Administração Conjunta eleita mencionou que já existe uma conta bancária aberta à ordem da Administração Conjunta da AUGI sita no Alto do Miradouro, conta número 0248 001431900 da Caixa Geral de Depósitos, tendo, inclusive,um saldo de €25.926, pelo que faz todo o sentido manter a mesma conta, procedendo, contudo, à atualização dos membros da Comissão de Administração eleita para efeitos de movimentação da mesma, propondo a manutenção da dita conta bancária. Esta proposta foi **aprovada por unanimidade**, ficando a Comissão de Administração mandatada para proceder à atualização de dados e membros da Comissão de Administração eleitos. Mais ficou aprovado por unanimidade que a forma de movimentação da conta bancária número 0248 001431900 da Caixa Geral de Depósitos, N.º de Cliente 181313595, com número de identificação de pessoa coletiva 901 333 905, seja feita com a **assinatura conjunta de dois membros da Comissão de Administração da AUGI, sendo sempre obrigatória a assinatura do seu tesoureiro**.

De seguida, foi dado início ao **ponto seis** da ordem de trabalhos, tomando a palavra o tesoureiro eleito da Comissão de Administração Conjunta para apresentação das propostas de honorários das equipas técnica, jurídica e contabilista certificado para execução do processo de loteamento, a saber:

Para serviços de contabilidade, foi a proposta da empresa **"Inforbilidade", aprovada por unanimidade**, no montante de €100 (cem euros)/mês + IVA.

Para contratação de apoio jurídico, foi **aprovada por unanimidade** a proposta do gabinete "Rui Santos – Solicitador", que apresenta um valor de €600 (seiscentos euros) + IVA por lote de terreno a propor em sede de processo de loteamento;

Para contratação de equipa técnica de arquitetura e engenharia, foi **aprovada por unanimidade** a proposta apresentada pelo *atelier* "Traço Criativo, Lda.", que apresenta o montante de € 41.265 (quarenta e um mil duzentos e sessenta e cinco euros) + IVA.

Findo o ponto seis da ordem de trabalhos, deu-se início ao **ponto sete**.Foi apresentada a seguinte proposta: **Quota Ordinária: €75** (setenta e cinco euros) por mês / avo a pagar entre o dia um e oito de cada mês, com início no mês de **junho de 2024. Quota Extraordinária: €75** (setenta e cinco euros) por avo, a pagar no mês de **junho de 2024**. Postas à votação, foram ambas as propostas **aprovadas por unanimidade**. Mais foi proposto e **aprovado por unanimidade** a aplicação de uma **penalização de €5** por cada pagamento de quotização efetuada fora do prazo previsto no parágrafo anterior. Mais ficou deliberado que as atas passam a ser realizadas em suporte informático.

Nada mais havendo a tratar, a reunião encerrou pelas doze horas e trinta minutos do mesmo dia, tendo sido lavrada a ata que depois de lida vai ser assinada pelas Comissões de Administração e de Fiscalização eleitas, ficando apensa à mesma a folha de presenças assinada por todos.

Feita a leitura da ata, a mesma foi posta à votação e **aprovada por unanimidade**.

As Comissões de Administração Conjunta e Fiscalização Eleitas

ANÚNCIO

Lino Manuel Gomes Franco, Presidente da Junta de Freguesia de Lousa, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 56.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, torna público que, por deliberação tomada pública pela Junta de Freguesia, em reunião ordinária de 5 de março de 2024, no uso da competência que lhe está cometida na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do Anexo ao referido diploma legal, se encontra aberto o concurso público para alienação de veículo em fim de vida, propriedade da freguesia de Lousa, pelo prazo de 15 dias úteis a contar da data da publicação do presente anúncio.

As peças do procedimento, o Programa e o Caderno de Encargos do Concurso Público poderão ser consultados na página da freguesia www.jf-lousa.pt ou na secretaria desta Autarquia, sita na Rua Heróis do Ultramar, n.º 39 C 2670-759 Lousa, das 9 às 12.30 e das 14 às 17 horas.

As propostas e os documentos que acompanham deverão ser redigidos em português e deverão ser entregues até às 17 horas do décimo quinto dia útil a contar da data da publicação do anúncio no *Diário da República*, pelos concorrentes ou seus representantes na secretaria da Junta de Freguesia ou remetidos por correio, sob registo ou aviso de receção, desde que a receção ocorra dentro do prazo do estabelecido para a apresentação das propostas.

O valor base de licitação é de 500,00€.

O ato do concurso público realizar-se-á no dia 18 de junho de 2024, pelas 19.30 horas, na sala multiusos da Junta de Freguesia, Rua Heróis do Ultramar, n.º 39 C 2670-759 Lousa, Lrs.

Lousa, 23 de maio de 2024

O Presidente da Junta de Freguesia
Lino Manuel Gomes Franco

necrologia

SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO

(1935-2024)

1 MÊS

Na passagem de um mês da sua partida, terá lugar uma breve leitura de evocação à memória de Sérgio Ribeiro, pelas 17 horas de dia 30 de Maio, no Museu de Ourém. Os seus familiares agradecem o apoio prestado nestes momentos difíceis, e as homenagens feitas ao seu ente querido. Para sempre presente.

Os *chefs*, vindos de todo o país, vão servir pequenos pratos de produtos locais e da época, a preços acessíveis.

> Além dos *chefs* e produtores, este ano, 14 restaurantes do concelho vão associar-se ao festival, apresentando pratos da época.

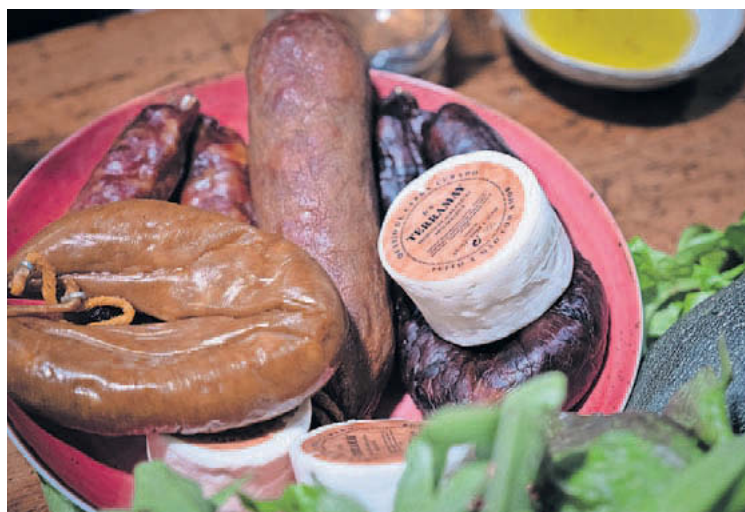
Um festival que nos lembra que somos o que comemos

ALANDROAL Festival *Soil to Soul* associa música e gastronomia à agricultura regenerativa. Durante o fim de semana, o castelo da vila alentejana é invadido por *chefs* de todo o país para realçar a importância da regeneração dos solos para uma alimentação saudável.

TEXTO **SOFIA FONSECA**

"Somos o que comemos." É esta a frase que serve de mote ao Festival *Soil to Soul*, que regressa este fim de semana ao Castelo de Alandroal, e que serve de alerta para a importância de uma alimentação sustentável e de uma agricultura regenerativa. O conceito é sério, mas a abordagem faz-se de forma animada e bem saborosa através de uma programação diversificada, que inclui música, artesanato e, claro, gastronomia.

"Vamos reunir vários *chefs* com as suas equipas a cozinhar para as pessoas pequenos pratos de produtos locais, produtos da época, a preços muito acessíveis", realça o presidente da Câmara de Alandroal, João Grilo, em declarações à agência Lusa. Francesco Ogliari (restaurante Tua Madre, Évora), Bruno Caseiro e Tomoe Hayase (Cavalariça, Évora), André Cruz (restaurante Feitoria), Lara Espírito Santo e George McLeod (Restaurante Sem, Lisboa), Diogo Formiga, Mauro Alison e Vítor Adão (restaurante Plano, Lisboa) Anne Karen (restaurante Pastus, Oeiras), David Jesus, (L'And & Vineyards, Montemor-o-Novo), Diogo Formiga (Encanto, Lisboa) ou Angélica Salvador (Indiferente, Porto) são alguns dos *chefs* que vão estar por estes dias no castelo a fazer boa comida, saudável e sustentável.

"A agricultura regenerativa deve ser a base para uma gastronomia sustentável e comida honesta. Desta forma fecha-se o ciclo: do solo à alma", defende Thomas Sterchi, fundador do movimento internacional *Soil to Soul*, nascido em Zurique, na Suíça, que trouxe o festival há três anos para o Alandroal.

"É um espaço para promover e debater, de uma forma descontraída associada à gastronomia, as temáticas da sustentabilidade do solo e da produção agrícola, do impacto humano no território, na preservação dos ecossistemas e da biodiversidade, bem como a nossa ligação ao território, como o preservamos e deixamos para as gerações futuras", resume o autarca de Alandroal.

"É muito relevante a promoção do conhecimento relativo à produção alimentar saudável, ao reforço da ideia de que os produtos alimentares têm a sua estação ótima e que não é durante todo o ano", reforça Paulo Amado, que dirige o evento em Portugal.

Além dos *chefs* e produtores, este ano, 14 restaurantes do concelho vão associar-se ao festival, apresentando pratos da época, nos seus espaços de restauração. O evento contará também com artesão da região e com vários oradores que irão abordar, em diversos debates, a cadeia de valor que vai desde a produção até ao consumidor, alertando para a relevância deste movimento.

O *Soil to Soul* tem entrada gratuita e contará com dois concertos (um em cada dia), a cargo de Sean Riley & The Slowriders, e de Gizmo Varillas, estando ainda programada a atuação do DJ Rai, nos dois dias.

A MAIOR TIRAGEM DE TODOS OS JORNAIS PORTUGUESES

Diario de Noticias

Sabado, 24 de Maio de 1924

GENTE QUE VALE

UM ARTISTA GLORIOSO

O pintor José Malhôa

COISAS DO PASSADO

UM SECULO DE HISTORIA da ceramica portuguesa

A exposição que se inaugura hoje no Museu de Arte Antiga

A VIAGEM AEREA

O SUCESSOR DO "PATRIA" apresta-se para levantar vôo

VAI PROSSEGUIR O GLORIOSO "RAID"

PORTUGAL CONTINENTAL E INSULAR

Uma visita ao arquipelago dos Açores

O QUE VALEM OS AÇOREANOS

A LEPRA

TODOS OS DIAS...

O DIAMANTE VERDE QUE SERÁ?

O "DIARIO DE NOTICIAS"

Amanhã, domingo, 25

O DN DE HÁ CEM ANOS

AS NOTÍCIAS DE 24 DE MAIO DE 1924 PARA LER HOJE

ARQUIVO DN **CRISTINA CAVACO**, **LUÍS MATIAS** E **SARA GUERRA**

PREÇO 10 CENTAVOS (100 réis)

PORTUGAL CONTINENTAL E INSULAR

Uma visita ao arquipelago dos Açores

Partiram ontem a bordo do "Lima" algumas das figuras mais notaveis da sciencia, das letras, do jornalismo e da arte do nosso país

O QUE VALEM OS AÇOREANOS

(Do nosso correspondente particul...

NAPOLEÃO E FONTAINEBLEA...

GENTE QUE VALE

UM ARTISTA GLORIOSO

O pintor José Malhôa

O mais completo e mais perfeito tipo da graça, do chiste e da invulgar vivacidade portuguesa

Nos dificeis segredos da sua Arte, Malhôa desbaliza os mais cotados nomes da pintura

A VIDA ANEDOTICA DO GRANDE MESTRE

A exuberante, ridente, multiforme e multicôr paisagem portuguesa, cheia de imprevisto, de sedução e de encanto, encontrou em José Malhôa um dos mais ferteis, fieis e devotados admiradores, um consciente e brilhante interprete!

Se o inolvidavel Silva Porto foi o mestre dos mestres portugueses, Malhôa, que em muitas telas o ombreia e em tantas o excede, é duma fertilidade estonteante, e, nisso, como em tantos segredos da sua grande Arte, desbaliza os mais cotados pintores! E não cultiva só a paisagem, é um retratista assombroso. Ha simples carvões do pujante Mestre que valem as melhores telas!

Perdoem-me esta expansão, não é meu intuito fazer critica, nem competencia tenho para tanto.

Estes breves apontamentos visam mais a parte anedotica, em que Malhôa é fecundissimo tambem.

Vibratil, conservando hoje o irrequietismo dos 20 anos, é o mais completo e perfeito tipo da graça, do chiste, da mais invulgar vivacidade portuguesa!

Adaptavel a todos os meios, sentia-se tão bem numa festa regia, como num banquete de homenagem, como... entre os mais rusticos homens do campo! Seduz geralmente a sua natural afabilidade, a sua sciencia inultrapassavel de saber viver com todos!...

Uma vez, num baile do Paço, com a sua condecoração, cuja insignia nunca abandona,—até no «atelier» usa a fitinha distintiva—conversava dos primeiros degraus duma escada, que ligava duas salas, com uma dama sedutora, extremamente decotada. Malhôa ouvia atentamente, mas mais atentamente ainda fitava os olhos nas alvas pomas, que se lhe patenteavam.

A dama nota o insistente olhar, e verbera: «—O sr. Malhôa não está dando atenção alguma ao que lhe digo.» E logo Malhôa, gentil: «—O', minha senhora, eu estou prestando a maior atenção a V. Ex.ª, uma atenção dupla até: vejo com os olhos e oiço com os ouvidos, quasi num extasi!»

Ha anos, encarnava, a pedido, um Cristo, de Simões de Almeida, na igreja de Figueiró. Ouviu como que a vibração de arripios de alguem aflito, que estava por detrás dele, as manifestações de horror intensificaram-se, o grande Mestre voltou-se, e uma devota suplicante: «—O' senhor Malhôa, não o faça sofrer mais!»

Malhôa carregava as tintas sanguineas nos joelhos do Nazareno!...

Usa sempre uma gravata desconforme. Quando as nossas relações eram duma bela, sã e intima cordealidade, manifestou-me o desejo de fazer o meu retrato! Recusei!!!

Creio que foi a primeira e ultima vez que alguem ousou esboçar sequer tão insolita recusa.

O Mestre, quasi indignado, e muito justamente, inquiriu...

—Olhe, meu caro Malhôa, eu entendo que só duas categorias de individuos podem possuir um retrato de tão glorioso pincel: os vaidosos, que lho pagam, pelo orgulho de serem fixados por um pintor de tal categoria, e os homens notaveis, que tão alta honra mereçam...

Não desistiu Malhôa, tinha a ideia fixa!

Tempos depois, ao sair do verdadeiro Templo da Arte, que era o «atelier» do Mestre, acompanhando-me á porta, com a bondosissima esposa, que foi a leal, paciente e animadora companheira ideal do Mestre, sai-se o grande pintor com esta: «—Olha, Julia, sabes uma cá do nosso Magalhães? Não quere que eu lhe faça o retrato!...

A bonissima esposa mostrou-se surpresa, e delicada, amavelmente, fez-me sentir o meu feio proceder: curvei-me reverente perante a excelsa senhora, e disse: «—O querido Mestre far-me-á o retrato... quando quiser.»

Radiaram os olhos dos adoraveis conjuges!

Fiquei na suposição de que após o meu assentimento não se faria o retrato!... Haviam-me assegurado que Malhôa, obtida a anuencia, não pensaria mais em tal!!!

Questão de teimosia!...

Decorreram meses, e, contra a malevola informação, não pude esquivar-me á honra insigne!

Eu possuia um famoso cão da Serra da Estrela, que muito amava, e que um qualquer bandido, alma feita de lôdo e de abjecção, não sei porque repugnante vingança, matou!!!

Malhôa sabia quanta adoração eu votava ao «Herminio».

Um dia, chega á Ameixoeira, onde ia muitas vezes com o caridoso intuito de me distrair, e diz-me: «—Vou dar-lhe uma grande alegria: quero pintar a cabeça do «Herminio».

Sensibilizado ao extremo, caí nos braços do grande Artista, numa suprema expansão de grato jubilo.

Malhôa afastou-me brandamente, e acrescentou: «—Alto lá, com uma condição, é que o dono do «Herminio» figure no quadro; até já tenho nome para ele: «Os dois amigos»

Começaram as sessões... o que foi o «Herminio», como modelo, está descrito num folheto «Cão da Serra». Simplesmente assombroso!...

Começaram as sessões... e o Mestre larga uma das dele: «—O' Magalhães, essas gravatas, que o amigo usa, não dão nada em retrato. Tem de pôr uma gravata como as minhas.

—O' Mestre, mas eu não sou artista!

—Qual artista, qual carapuça!... Não é artista?! E', sim, senhor, digo-lho eu!

Que fazer? Condescender. Condescendi, e lá figuro no retrato, hoje existente no Museu de Arte Contemporanea, com uma aparatosa gravata ramalhuda!...

A vida tem coisas imprevistas e inexplicaveis! Depois de tudo isto, e de muito mais sensibilizador e cativante... amuámos. e, ha longos anos, assim estamos: Amuadissimos!!!

O que disse a respeito do Mestre admiravel não é baixa lisonja. Repugna-me falar dos vivos por causa de malsinações provaveis, se não certas.

O quadro «Dois Amigos», um dos melhores pasteis do Mestre, está deteriorado! E' incompreensivel que o director do Museu de Arte Contemporanea não promova o indispensavel restauro, e que José Malhôa deixe perder-se uma sua obra primacial!

Compensemos uma nota amarga com um facto jocoso: o glorioso Artista combinou, em tempos, com um camponio qualquer de Figueiró, fazer-lhe a cabeça. Prepara-se tudo: o homem na posição devida, o grande Mestre ao cavalete, e, quando ia começar mais uma obra-prima, levanta-se radiante e muito senhor de si o modelo, coloca-se por detrás do prodigioso pintor e exclama:—«Ora agora é que eu vou vêr como se faz um retrato!»

Já que falei do Museu de Arte Contemporanea, seja-me licito apresentar um alvitre, na certeza de que ninguem considera o edificio onde ele existe recomendavel para tal fim: pessimo aspecto externo, má entrada, corredores pifios e escuros até lá chegar, e... exposição subterranea! Têm-se gasto na adaptação de novas salas, mais subterraneas ainda, sem luz adequada, algumas centenas de contos! Existem dezenas de quadros na arrecadação por não haver onde os colocar... e o Estado continua comprando telas!...

O facto de ter ali nascido o museu, não colhe, ninguem, por ter nascido num estabulo, por exemplo, lá vive indefinidamente. Mesmo que os «ateliers» contiguos ás salas existentes se aproveitem para museu, subsistem as condenaveis razões apontadas contra ele.

O alvitre: Congregarem-se os senhores artistas, com o auxilio do governo e da Camara Municipal, lançarem uma taxa suplementar sobre as entradas de todas as suas exposições, sobre todos os trabalhos, que vendam, promoverem festas, conferencias, subscrições publicas, etc., etc., e conseguirem edificar e inaugurar um edificio, propositadamente feito, digno de ser o nosso Museu de Arte Contemporanea.

Questão de boa vontade. Lucravam os artistas, lucrava o país, lucrava a arte, enfim.

CRUZ MAGALHAES.

INTERCAMBIO MEDICO-PORTUGUÊS

A LEPRA

Uma conferencia notavel do sr. dr. Rocha Brito, da Faculdade de Medicina de Coimbra

Na Sociedade de Sciencias Medicas

A fim de intensificar o inter-cambio medico-português, o ilustre clinico e professor da Faculdade de Medicina de Coimbra, sr. dr. Rocha Brito, fez ontem na séde da Sociedade de Sciencias Medicas uma conferencia a todos os titulos notavel sobre a lepra.

Presidiu o sr. dr. Costa Sacadura, que fez o elogio do conferente.

Depois de se referir ao que observou em Gulion, nas Filipinas, demonstrou, com grande copia de factos e argumentos que a lepra existe em Portugal abundante, não só importada do Brasil e das colonias mas autóctone. Ha um seculo — lembrou — Bernardino Antonio Gomes, numa estatistica que não podia deixar de ser rudimentar, computava o seu numero no continente em 800 casos. Uma estatistica mais recente do professor Zeferino Falcão dava esse numero em 1.500 casos. Mas, de facto, devem existir actualmente em Portugal um numero bem superior a este se atendermos á dificuldade de diagnostico nas formas precoces e nervosas; não falando na lepra latente para a qual o congresso de Strasburgo, o ano passado, pela boca autorizada do professor Marchoux chamou a atenção.

— A lepra — disse o ilustre professor — não é hereditaria. Restringindo-se a citar as experiencias de Francotte nas Tremelárias e de Tordyce em outros organismos inferiores, trouxe o conferente a certeza aceita pela quase totalidade dos dermatologistas que a lepra, á semelhança de outras doenças infecciosas, como a tuberculose e a sifilis, não é transmitida de ser a ser pelas células germinativas.

Mais:

A lepra é contagiosa. Igualmente com factos e numerosos argumentos scientificos, esta tese, que é sem duvida o eixo da profilaxia, é sustentada com convicção e vigor. Descendo a minucias, para o que lhe serviram os modernos trabalhos experimentais sobre a doença de Stefansky—a lepra dos ratos—os pontos até hoje bastante obscuros do mecanismo desse contagio, esclareceu-os, afirmando que, ao contrario do que supunham alguns leprologos e parasitologistas, esse contagio não é feito como em muitas doenças por qualquer parasita intermedio. Nem o stegomya, nem os ácaros, nem o demodex, nem outro qualquer agente animado podem ser incriminados, a não ser acidentalmente, de transportarem o agente especifico da lepra, por isso que o contagio se faz directamente, de organismo para organismo, pelas feridas e ulceras, pelo muco nasal, e por qualquer solução de continuidade da pele ou mucosas do leproso.

Referindo-se ao tratamento do terrivel mal, disse:

Apesar de todos os esforços até hoje tentados pela sciencia, dos mais antigos aos mais recentes, o mais que se pode fazer é, ou estacionar a doença, ou retardá-la na sua fatal evolução. Um ou outro caso de cura que se registe, são uma parcela minima».

O sr. dr. Rocha Brito fez por fim uma curiosissima descrição do hospital dos Lazaros do Rio de Janeiro, sustentado pela irmandade da Candelária, instituição portuguesa e que o conferente visitou em setembro de 1922, em missão de estudo da iniciativa do então ministro do Comercio sr. dr. Vasco Borges. Este hospital, em tempos remotos era tão triste e pobre, que na sua portada tinha inscritas as palavras do Dante -«Lasciate ogni speranza, voi che intrate». Hoje, após a verdadeira metamorfose que sofreu, foram essas palavras substituidas por estas outras: «Aqui a esperança renasce».

O sr. dr. Rocha Brito foi no final muito aplaudido.

lotaria popular
EXTRAÇÃO: 021/2024
1.º PRÉMIO: 84737
2.º PRÉMIO: 83040
3.º PRÉMIO: 58082

EURODREAMS
SORTEIO: 042/2024
CHAVE: 7-8-13-14-23-31 + 1

NÃO DISPENSA A CONSULTA DOS RESULTADOS OFICIAIS

Inaugurada a 7.ª edição da ARCO Lisboa

A Cordoaria Nacional abre hoje as portas ao público para mais uma edição da Arco Lisboa. A feira de arte, contemporânea de Lisboa, que vai na sua 7.ª edição, decorre até domingo, dia 26. Ontem, dia da inauguração oficial, estiveram presentes a ministra da Cultura, Dalila Rodrigues, e o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Moedas. A feira conta com a participação de 84 galerias (28 portuguesas) divididas em três áreas: o Programa Geral e as secções comissariadas Opening Lisboa e As Formas do Oceano.

PAULO SPRANGER/GLOBAL IMAGENS

Sistema de segurança das fronteiras ainda em *stand-by*

SCHENGEN Depois do alerta deixado pelo Governo, Comissão Europeia e Sistema de Segurança Interna anunciaram que, para já, não está em causa uma suspensão. Mas, se nada for feito, a livre circulação pode estar em risco.

TEXTO **RUI MIGUEL GODINHO**

São 25 os milhões de euros necessários para renovar o sistema de controlo de fronteiras (chamado ETIAS), que tem de ser montado, testado e validado em julho, para poder entrar em funcionamento no outono. Mas, como houve derrapagem dos prazos para o financiamento europeu, o negócio terá agora de ser feito por ajuste direto. O problema? A despesa extraordinária já foi aprovada pelo Conselho de Ministros, mas ainda não tem o aval do Tribunal de Contas. A primeira fase – a tal que tem de ser validada em julho – tem um custo de três milhões de euros.

Ainda assim, o Sistema de Segurança Interna (SSI) e a Comissão Europeia anunciaram ontem que Portugal não corre o risco de ficar suspenso do espaço Schengen, como tinha dito ao DN António Leitão Amaro, ministro da Presidência (que tem na sua alçada as migrações). Nessas declarações, em final de abril, Leitão Amaro afirmava que se sabia da exigência de colocar em funcionamento "há anos, e nada foi feito". Com isso, dizia o ministro, havia "o risco de passar para a lista vermelha de Schengen".

Agora, o SSI (que com a extinção do SEF passou a estar responsável pela aquisição deste *software*) anunciou que, desde essas declarações, "Portugal tem vindo a recuperar dos atrasos" e que a situação, para já, não é tão grave quanto o preconizado por Leitão Amaro. E quer o Governo, quer o SSI "estão a recuperar dos atrasos verificados e a cumprir o calendário estabelecido". Mas, alerta a nota do gabinete do secretário-geral, "um eventual incumprimento dos novos regulamentos" colocaria o país "numa potencial situação de suspensão do direito da livre circulação de pessoas", o que levaria não só a repor "controlos internos" bem como a "necessidade" de uma mudança de "regras e procedimentos" dos países que já têm este sistema inteligente de fronteiras.

Antes, fonte oficial da Comissão Europeia, em declarações ao jornal *ECO* garantia estar a "cooperar estreitamente" com os Estados-membros para que todos estes sistemas estejam em funcionamento até ao outono. E sobre Portugal? "Não existe qualquer possível suspensão desse género em cima da mesa." A prioridade é "concentrar na situação atual" para garantir que tudo estará pronto a funcionar a 100% aquando da entrada em vigor.

O DN questionou o SSI para saber em que fase está o procedimento concursal, mas não obteve resposta em tempo útil.

COM VALENTINA MARCELINO

BREVES

Governo propõe aumento de 180 euros. Polícias rejeitam

O Governo apresentou ontem uma nova proposta aos sindicatos da PSP, que passa por alterar o suplemento que já existe na vertente fixa de 100 para 280 euros, um aumento de 180 euros. Mas os polícias recusam a terceira proposta do Executivo. O Presidente do Sindicato Nacional da Polícia (SINAPOL), Armando Ferreira, disse que não voltará à mesa das negociações se o Governo não mudar de posição. "O SINAPOL assumiu um compromisso com os seus associados e com os polícias em geral de que estava nestas negociações para igualar o direito ao suplemento de missão tal como era atribuído à Judiciária. Aquilo que nos foi dito é que isso jamais irá acontecer. E, obviamente, se não vai ser isso que vai acontecer nós não podemos continuar a vir para reuniões porque não estamos a fazer nada nestas reuniões", disse o dirigente sindical após a reunião com a ministra da Administração Interna. Atualmente o suplemento por serviço e risco nas forças de segurança inclui uma componente fixa de 100 euros e uma variável de 20% do salário base. Esta foi a terceira proposta que o Governo propôs aos sindicatos da PSP.

Ministério nega linchamento de criança nepalesa em Lisboa

O Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) rejeitou ontem qualquer linchamento de uma criança nepalesa por alunos de uma escola na Amadora (Lisboa), confirmando a abertura de um inquérito pela escola a agressões entre dois alunos em novembro. Houve de facto uma agressão entre dois alunos, mas nenhum tinha nacionalidade nepalesa. "Face às notícias surgidas na comunicação social, o diretor do agrupamento tomou conhecimento, no final da semana passada, de relatos que indiciavam um episódio de agressão entre dois alunos, e não de um 'linchamento' a envolver 'cinco ou seis', ocorrido em novembro e não há 'dois meses'. Nenhum dos alunos é de 'nacionalidade nepalesa', nem tem 'nove anos'. Na sequência destes relatos, a direção do agrupamento abriu um processo de inquérito, que ainda decorre", adiantou o MECI em resposta à Lusa. Na passada semana, o MECI já tinha afirmado não ter qualquer indício de um linchamento de uma criança de nacionalidade nepalesa. O Centro Padre Alves Correia , que denunciou o episódio, inicialmente noticiado pela Rádio Renascença, admitiu também na semana passada que "foi um erro" divulgar informações sobre a nacionalidade e a idade da criança alegadamente agredida numa escola e reconheceu que a utilização do "termo linchamento" não foi adequada.

Conselho de Administração - Marco Galinha (Presidente), Kevin King Lun Ho, António Mendes Ferreira, Victor Santos Menezes, Vitor Coutinho, Diogo Queiroz de Andrade, Rui Costa Rodrigues, José Pedro Soeiro **Direção interina** Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** António Santos **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão,195-219 – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascenção **Direção Comercial** Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. – 41,51%, KNJ Global Holdings Limited – 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 20,40%, Grandes Notícias, Lda. – 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena – 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registado na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E.mail: apoiocliente@dn.pt